UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

MARIANA PEREIRA HORTA RODRIGUES

Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 – 1900

São Paulo
2010

MARIANA PEREIRA HORTA RODRIGUES

Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 – 1900

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração:
História e Fundamentos da Arquitetura e
do Urbanismo

Orientador:
Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: marianahortarodrigues@usp.br / mariana_horta_rodrigues@yahoo.com.br

R696p Rodrigues, Mariana Pereira Horta
Patrimônio rural do município de Casa Branca : 1830-1900. -- São Paulo, 2010.
239 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo - FAUUSP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

1. Arquitetura rural – Casa Branca (SP) – Século 19
2. História da arquitetura – São Paulo I. Título

CDU 043:728.6

À minha família, Marcelo e Pedro.

Aos meus pais, Heraldo e Eliana.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

À minha orientadora, pelo apoio incansável nesta caminhada.

Aos amigos Rodrigo Nogueira, Adolpho Legnaro Filho e Norma Torres.

Ao Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay, de Casa Branca, pelo
acesso livre ao acervo.

Aos proprietários das fazendas visitadas, pela compreensão e auxílio na pesquisa.

À FAPESP, pela bolsa de pesquisa.

Corta extensa e quase despovoada zona da parte sul-oriental da vastíssima província de Mato Grosso a estrada que da Vila de Sant'Ana de Paranaíba vai ter ao sítio abandonado de Camapuã. Desde aquela povoação, assente próximo ao vértice do ângulo em que confinam os territórios de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso até ao Rio Sucuriú, afluente do majestoso Paraná, isto é, no desenvolvimento de muitas dezenas de léguas, anda-se comodamente, de habitação em habitação, mais ou menos chegadas umas às outras; rareiam, porém, depois as casas, mais e mais, caminham-se largas horas, dias inteiros sem se ver morada nem gente [...].

Ali começa o sertão chamado bruto.

Pousos sucedem a pousos, e nenhum teto habitado ou em ruínas, nenhuma palhoça ou tapera dá abrigo ao caminhante contra a frialdade das noites, contra o temporal que ameaça, ou a chuva que está caindo. Por toda a parte, a calma da campina não arroteada; por toda a parte, a vegetação virgem, como quando aí surgiu pela vez primeira.

A estrada que atravessa essas regiões incultas desenrola-se à maneira de alvejante faixa, aberta que é na areia, elemento dominante na composição de todo aquele solo, fertilizado aliás por um sem-número de límpidos e borbulhantes regatos, ribeirões e rios, cujos contingentes são outros tantos tributários do claro e fundo Paraná ou, na contravertente, do correntoso Paraguai [...].

O legítimo sertanejo, explorador dos desertos, não tem, em geral, família. Enquanto moço, seu fim único é devassar terras, pisar campos onde ninguém antes pusera pé, vadear rios desconhecidos, despontar cabeceiras e furar matas, que descobridor algum até então haja varado.

Cresce-lhe o orgulho na razão de extensão e importância das viagens empreendidas; e seu maior gosto cifra-se em enumerar as correntes caudais que transpôs, os ribeirões que batizou, as serras que transmontou e os pantanais que afoitamente cortou, quando não levou dias a rodeá-la com rara paciência [...].

Nascera Cirino de Campos [...] na província de São Paulo, na sossegada e bonita Vila de Casa Branca, a qual demora umas 50 léguas do litoral. Filho de um vendedor de drogas, que se intitulava boticário e a esse ofício acumulava o importante cargo de administrador do correio, crescera debaixo das vistas paternas até a idade de doze anos, completos os quais fora enviado, em tempos de festas e a títulos de recordações saudosas, a um velho tio e padrinho, morador na cidade de Ouro Preto [...].

O menino, transido de medo, passou a tarde a chorar num canto sombrio da casa, onde lembrou, até lhe vir o sono, a alegre vida de outrora, os folguedos que fazia com os camaradas na viçosa relva do Cruzeiro à entrada da Vila de Casa Branca e sobretudo os carinhos da saudosa mãe [...].

Visconde de Taunay

RESUMO

RODRIGUES, M. P. H. *Patrimônio rural do município de Casa Branca: 1830 – 1900*. 2010. 239 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A arquitetura rural paulista do século XIX é tratada a partir de dez exemplares de casas sedes e construções relacionadas ao beneficiamento do café em fazendas localizadas no Município de Casa Branca, no Nordeste do Estado de São Paulo, região conhecida como Sertão do Rio Pardo. O estudo apresenta reflexões a respeito das influências culturais paulistas e mineiras, principalmente, e considerações estéticas em relação ao neoclassicismo e ao ecletismo. A metodologia está fundamentada no trabalho de campo, na revisão bibliográfica e na pesquisa de documentos primários e fontes orais. Discute-se a arquitetura oitocentista paulista e as peculiaridades locais reveladas nas propriedades rurais consideradas como corpus da pesquisa, fundadas entre 1830 e 1900, que tiveram a sua história vinculada à cultura cafeeira em algum momento de sua conformação. Cada uma dessas dez fazendas é apresentada isoladamente, com descrição do conjunto arquitetônico e dos materiais e técnicas construtivas empregados, com destaque para a análise das características do partido arquitetônico das casas sedes. Desde as propriedades rurais fundadas por migrantes mineiros, como as fazendas pecuaristas, até aquelas fundadas como fazendas de café por famílias paulistas abastadas, todas apresentam características arquitetônicas bastante interessantes e revelam, em conjunto, a diversidade tipológica da arquitetura rural desse interior paulista.

Palavras-chave: Fazendas de café. Arquitetura rural. Arquitetura paulista. História da Arquitetura.

ABSTRACT

RODRIGUES, M. P. H. Heritage of the municipality of the Casa Branca: 1830 to 1900. 2010. 239 f Dissertation (Master of Architecture and Urban Design) - School of Architecture and Urban Design, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

The architecture of country scenes of the nineteenth century is treated from ten copies of head houses and buildings related to the processing of coffee farms located in the City of Casa Branca, in the northeast of São Paulo, a region known as the Hinterland of Rio Pardo. The study presents reflections on the cultural influences of São Paulo and Minas Gerais, mainly, and aesthetic considerations in relation to neo-classicism and eclecticism. The methodology is based on fieldwork, the literature review and research of primary documents and oral sources. It discusses the architecture of nineteenth-century São Paulo and local peculiarities revealed in the farms considered as a corpus of research, founded between 1830 and 1900, which had its history linked to the coffee culture at some point in their conformation. Each of the ten farms is presented separately, with description of the architectural and materials and construction techniques employed, with emphasis on examining the characteristics of the architectural layout of the houses headquarters. Since the farms founded by migrant miners, ranchers and farms, till those founded as coffee plantations by rich families from São Paulo, all have very interesting architectural features and show together, the type diversity of the rural architecture of São Paulo.

Keywords: Coffee plantations. Rural architecture. São Paulo's Architecture. History of Architecture.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. O ambiente rural casa-branquense no século XIX.....	15
2.1. Dados geográficos do município de Casa Branca.....	19
2.2. Ocupação e povoamento do nordeste paulista.....	20
2.3. O café no Sertão do Rio Pardo.....	27
3. Partido arquitetônico das casas sedes.....	33
4. Diversidade tipológica na arquitetura rural casa-branquense.....	64
5. Fazendas do “ciclo do gado”.....	90
5.1. Propriedades rurais mineiras.....	90
5.2. Fazenda Cachoeira: caso emblemático.....	92
5.2.1. Dados Gerais.....	93
5.2.2. Histórico.....	94
5.2.3. Conjunto Arquitetônico.....	97
5.2.4. Construções relacionadas à pecuária extensiva.....	101
5.2.5. Construções relacionadas à cafeicultura.....	109
5.2.6. A casa sede: descrição e contextualização.....	115
5.2.7. Interpretação da casa sede.....	128
5.3. Fazenda Prudente do Morro: modelo de transformação da casa sede.....	133
5.3.1. Dados Gerais.....	134
5.3.2. Histórico.....	135
5.3.3. Conjunto Arquitetônico.....	137
5.3.4. Construções relacionadas à pecuária extensiva e à cafeicultura.....	138
5.3.5. A casa sede: descrição e contextualização.....	144
5.3.6. Interpretação da casa sede.....	152
5.4. Fazenda Santa Maria da Pinga.....	155
6. Fazendas do “ciclo cafeeiro”.....	162
6.1. Cafeicultura.....	163
6.2. Fazenda Santa Cruz.....	168
6.3. Fazenda Santa Paulina.....	172
6.4. Fazenda Santa Veridiana.....	177
6.5. Fazenda Capão Alto.....	187

6.6. Fazenda Brejão.....	195
6.7. Fazenda Aurora.....	208
6.8. Fazenda Campo Alegre.....	222
7. Conclusão.....	226
Referências.....	229
Apêndice A – Povoamento açoriano.....	235
Apêndice B – Árvore genealógica da família “Horta”.....	238
Apêndice C – Plantas das casas sedes.....	239

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX, especialmente a partir da década de 1850, a arquitetura brasileira passou por transformações associadas diretamente às modificações socioeconômicas e tecnológicas que incidiram sobre o país.

Nesse período transitório entre Brasil Colônia, Império e República, ocorreu uma visível modernização das áreas rurais, tanto em relação à organização do espaço, modificado pelos novos modos da produção cafeeira, como dos avanços tecnológicos e inovações estéticas das edificações, que recaíram especialmente sobre os centros urbanos.

O êxito da lavoura cafeeira associado às novas possibilidades econômicas e sociais, iniciadas com a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e com a chegada da Missão Francesa em 1816, garantiu o necessário acúmulo de riqueza e população para as grandes transformações ocorridas no centro-sul do país.

Nesse processo, as ferrovias modernizaram os meios de locomoção e viabilizaram a comunicação das regiões interioranas com a capital paulista e a Corte no Rio de Janeiro, disseminadoras dos costumes europeus que iriam influenciar as transformações nos modos de habitar e construir, associados diretamente às inovações tecnológicas e aos novos padrões estéticos.

Ao mesmo tempo em que a Província de São Paulo tornava-se o maior produtor de café do mundo, a partir do último quarto do século, período de grandes transformações no campo, houve o incremento da atividade capitalista que repercutiu sobre novas atividades tipicamente urbanas, como o surgimento das casas comissárias, vinculadas à exportação do café, e de redes bancárias. Desse modo, muitos fazendeiros passaram a gozar de morada fixa nas cidades, com o objetivo de acompanhar pessoalmente as transações comerciais, enquanto suas propriedades eram administradas por terceiros. Esse quadro, em paralelo com o avanço das estradas de ferro e com a imigração, consolidou a rede urbana paulista.

Nesse contexto, em 1872 institui-se a cidade de Casa Branca, antiga Freguesia de Nossa Senhora das Dores, cuja evolução urbana atinge o auge do seu desenvolvimento a partir da chegada da Estrada de Ferro Mojiana, em 1878. Nesse período, a aglomeração contida no entorno da Igreja Matriz expande-se até a estação ferroviária, onde se estabelece a praça de comércio. O desenvolvimento urbano dessa cidade paulista, atingido nesse final de século, é notável e associa-se diretamente ao auge da produtividade cafeeira na região.

Foi justamente a partir da observação desse desenvolvimento urbano, tema contemplado no Trabalho Final de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo por mim apresentado sob o título *Evolução urbana de uma cidade do interior paulista: Casa Branca no Caminho de Goiás*, que surgiu o interesse pela área rural do município, numa relação de causa e efeito, cujas atividades agrárias teriam incrementado a economia local a partir de 1854, data da introdução da lavoura cafeeira que atinge o pico produtivo na década de 1880.

A presente pesquisa iniciou-se, portanto, no campo, com o objetivo principal de identificar e registrar o patrimônio arquitetônico das propriedades rurais casa-branquenses fundadas no século XIX, cujo histórico deveria estar relacionado à atividade cafeeira, em algum momento da conformação da fazenda. A partir da delimitação desse corpus, do qual foram selecionadas dez propriedades rurais, pretender-se-ia contribuir para a compreensão dessa arquitetura local inserida no quadro da arquitetura rural paulista do período estabelecido, especialmente em relação ao partido arquitetônico das casas sedes, mas abordando, inclusive, o conjunto de edificações que compuseram a paisagem das fazendas de café, suscitando discussões a respeito da arquitetura tradicional paulista, da influência da arquitetura mineira e das peculiaridades locais.

Por fim, a análise das dez fazendas selecionadas, fundadas entre os anos 1830 e 1900, revelou a complexidade e diversidade das características arquitetônicas dos conjuntos das casas sedes, bem como dos agenciamentos físicos das demais edificações, dos modos de produção rural e formas de beneficiamento do café. Levantou também questionamentos a respeito das origens e das particularidades dessa arquitetura, diretamente relacionadas com o histórico da ocupação e povoamento desse Sertão do Rio Pardo.

O primeiro passo da pesquisa consistiu, portanto, no registro do patrimônio arquitetônico das sedes dessas fazendas, no levantamento de dados históricos e na catalogação das informações. A partir da identificação desses conjuntos edificados, buscou-se o embasamento teórico necessário para a compreensão dessa arquitetura rural, que revelou grande diversidade tipológica, tanto em relação à morada do fazendeiro, quanto em relação aos agenciamentos físicos e à arquitetura de produção dessas propriedades rurais.

A princípio, a preocupação assentou-se sobre as influências culturais que poderiam ter incidido sobre essa produção arquitetônica, estudos que resultaram na elaboração do **Item 2**, a respeito do **ambiente rural casa-branquense do século XIX**, que explora as características geográficas do Município de Casa Branca, as origens da ocupação e do povoamento regional

e a chegada da cafeicultura, diretamente relacionada com as transformações que transcorreram no meio urbano e no meio rural.

O histórico de ocupação do solo desse Nordeste paulista, no qual destaca-se o povoamento mineiro, açoriano e paulista, permitiu a distinção de dois grupos de propriedades rurais: aquelas fundadas no início do século XIX, de raízes pecuaristas mineiras, e aquelas fundadas a partir da segunda metade do século considerado, como fazendas cafeicultoras.

Diante desse panorama, a partir de uma revisão bibliográfica sobre a arquitetura rural paulista, que abrangeu as características da arquitetura das “casas bandeiristas”, das casas rurais mineiras do século XVIII, e da arquitetura neoclássica e eclética no Brasil, pôde-se chegar à elaboração do **Item 3**, que aborda o **partido arquitetônico das casas sedes** das fazendas oitocentistas paulistas, com respeito às possíveis origens, influências e transformações das residências dos fazendeiros, iniciando-se, já neste momento, uma primeira análise dos exemplares casa-branquenses, questões aprofundadas no capítulo seguinte.

No **Item 4**, portanto, é apresentada a **diversidade tipológica da arquitetura rural casa-branquense**, com destaque para as influências culturais que possivelmente incidiram sobre essa produção arquitetônica, apresentada a diversidade tipológica como resultante da complexidade cultural e dos diversos ciclos econômicos pelos quais passou o município nesse século XIX.

Do **Item 2** ao **Item 4**, buscou-se estruturar um panorama socioeconômico e arquitetônico geral dessa região do Sertão do Rio Pardo, inserida na Província de São Paulo, com a pretensão de estabelecer relações diretas com cada fazenda inventariada, destacando importantes pontos de reflexão, especialmente sobre as casas sedes. Assim, nesses primeiros capítulos, a presente dissertação insere o objeto pesquisado no contexto geral da arquitetura rural paulista, com a intenção de preparar o olhar do leitor para a visualização das fazendas, no momento seguinte, estando, assim, já imbuído do arsenal teórico necessário para o entendimento da importância desse patrimônio edificado.

Em sequência, são apresentadas as dez fazendas casa-branquenses abordadas na presente pesquisa, organizadas em dois grupos distintos. O **Item 5** aborda as **fazendas do “ciclo do gado”**, de origens mineiras, enquanto o **Item 6** refere-se às **fazendas do “ciclo cafeeiro”**, da segunda metade do século XIX.

Do primeiro grupo, destaca-se a Fazenda Cachoeira, seguida pela Fazenda Prudente do Morro, propriedades rurais que revelaram a ocupação de duas áreas geograficamente distintas: a dos cerrados, ocupados pela pecuária; e a da terra roxa ou Mata Atlântica, ocupada pelos cafezais, posteriormente.

A Fazenda Cachoeira relaciona-se ao povoamento por migrantes do Sul de Minas Gerais, que se deslocaram para a região à procura de pasto para seu gado, e que desenvolveram aqui uma pecuária extensiva, além da agricultura, mas que também incorporou, nos anos 1890, a produção cafeeira que se fortalecia na região, adaptando o seu espaço ou incorporando novos edifícios associados aos modos específicos da produção rural necessários para o beneficiamento do grão, compondo uma paisagem peculiar de criação de gado, produção de gêneros alimentícios e cultivo do café para exportação.

Na Fazenda Prudente do Morro, a casa sede de 1905 revela-se cúmplice dos modernismos trazidos pelo café, na configuração de uma paisagem mais urbana, na relação com as demais construções e nos modos de morar. A morfologia diferencia-se trazendo elementos novos, como detalhes arquitetônicos inovadores, frontões, telhas francesas e ladrilhos hidráulicos.

O interesse específico sobre essas duas fazendas, Cachoeira e Prudente do Morro, justifica-se pelas particularidades de suas casas sedes, tipicamente mineira ou relacionada aos novos modos de vida da elite cafeeira. Além disso, essas duas propriedades resumem ou abordam em si todas as fases econômicas pelas quais passou o Município de Casa Branca no seu histórico agropecuário, desde as primeiras décadas de 1800 até a presente data.

Do grupo das fazendas cafeeiras, destaca-se a análise sobre os espaços produtivos e de beneficiamento do café, com especial atenção para a Fazenda Aurora, que se apresenta como a sede cafeeira mais completa, ao lado da Fazenda Brejão, que, inclusive, processa o café nos mesmos moldes do século XIX.

Finalmente, no **Item 7**, é apresentada a **conclusão**, a partir de uma análise comparativa entre as fazendas, especialmente sobre as casas sedes.

Com esta abordagem, pretende-se contribuir para o aprofundamento das discussões a respeito da arquitetura rural paulista no século XIX, com a intenção de complementar a historiografia específica sobre tema tão relevante para a configuração espacial do Estado de São Paulo.

2 O AMBIENTE RURAL CASA-BRANQUENSE NO SÉCULO XIX

A pesquisa das propriedades rurais casa-branquenses do século XIX, que tiveram a sua história relacionada à produção cafeeira em algum momento de sua conformação, revelou a complexidade e a diversidade das características arquitetônicas dos conjuntos das casas sedes bem como dos agenciamentos físicos, dos modos de produção rural e das formas de beneficiamento do café. Foram identificados dois grupos de fazendas muito específicos e distintos: do primeiro fazem parte as fazendas mais antigas, surgidas durante o “ciclo do gado”¹; o segundo compreende aquelas que tiveram na cafeicultura sua atividade original principal.

Esses dois grupos de propriedades rurais revelam o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas diretamente às características geomorfológicas dos sítios ocupados, geograficamente distintos, bem como aos grupos migratórios que povoaram a região em momentos específicos.

O mapa de localização das dez propriedades inventariadas denuncia essas questões aqui enumeradas, uma vez que apenas uma fazenda localiza-se ao Norte do atual Município de Casa Branca, com o Rio Pardo dentro dos seus limites; as demais encontram-se a Oeste, estando duas delas, hoje, em terras do Município de Santa Cruz das Palmeiras².

¹ O termo “ciclo do gado” diz respeito à atividade desenvolvida pelos mineiros no século XIX, tanto em suas terras de origem quanto na Província de São Paulo.

BENINCASA, *Fazenda paulista: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. 2007. 669 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007, p. 23, 24.

² As fazendas Santa Veridiana e Aurora, embora pertencentes ao Município de Santa Cruz das Palmeiras, foram consideradas alvo da presente pesquisa porque, nos primórdios de sua ocupação, eram circunscritas a Casa Branca. A implantação dessas fazendas data respectivamente de 1868 e 1869, porém somente em 1884 foi criada a Paróquia de Santa Cruz das Palmeiras, desmembrada do território da Matriz de Casa Branca, Freguesia desde 1814.

Mapa 1 – Localização das propriedades rurais abordadas na presente pesquisa, numeradas de 01 a 10, em relação ao núcleo urbano do Município de Casa Branca (A) e aos municípios limítrofes. Ao Norte, Tambaú e Mococa; a Leste, São José do Rio Pardo e Itobi; a Oeste, Santa Cruz das Palmeiras. As datas referem-se ao ano provável de conformação das fazendas pelos proprietários originais.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay do Município de Casa Branca.

Legenda:

- 1- Fazenda Prudente do Morro (1830)
- 2- Fazenda Cachoeira (1830/ 1840)
- 3- Fazenda Santa Maria (1828)
- 4- Fazenda Santa Cruz (1850)
- 5- Fazenda Santa Veridiana (1868)
- 6- Fazenda Aurora (1869)
- 7- Fazenda Campo Alegre (1889)
- 8- Fazenda Santa Paulina (1900)
- 9- Sítio Capão Alto (1900)
- 10- Fazenda Brejão (1864)

A partir da localização geográfica desses sítios, confirma-se a relação das fazendas de gado com o povoamento mineiro, população que adentrou a região pelo Sul de Minas Gerais, via Rio Pardo, limite entre Casa Branca e Mococa, bem como o fato do histórico econômico dessas fazendas estar relacionado diretamente com as características do solo do município. Dessa forma, o Norte é caracterizado pela presença de um solo mais pobre, justamente onde se desenvolve a pecuária extensiva, enquanto a região Oeste caracteriza-se por um terreno mais fértil, onde se localizam as fazendas de café, no limite entre Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras. Sobre esses fatos já refletia o professor Geraldo Majella Furlani:

O município (de Casa Branca), ao longo de sua história econômica, sempre externou sua indiscutível vocação agrária. Esta passa a se destacar a partir de 1841, ocasião em que os mineiros, que aqui chegaram desde 1819, completaram a organização de suas fazendas. A vegetação natural dos cerrados é utilizada como pastagem ao gado bovino. O solo pobre dos cerrados não favorecia a agricultura, que se restringia ao massapé (área cristalina) e à terra-roxa (massa eruptiva básica), destinados preferencialmente à cana. Além do gado bovino, principal riqueza no quadro econômico daquela época, a criação de suíno também era praticada, encarregando-se de fornecer carne e toucinho. Em 1854, o Dr. Martinho da Silva Prado introduz o café no município, que só ganharia importância a partir de 1878, com o advento da E.F. Mojiana, que garantiu o escoamento da produção e a introdução da mão de obra estrangeira. Todavia, um fato irônico: as duas áreas cafeicultoras do município de Casa Branca localizam-se em sua periferia e justapunham-se aos Municípios de São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Vargem Grande do Sul, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú.³

Com essas informações e a partir do inventário de cada fazenda podemos afirmar que as propriedades rurais fundadas no início do século XIX relacionam-se com o povoamento mineiro e surgem como fazendas de gado, nas quais desenvolveram-se a pecuária extensiva e o cultivo de produtos alimentícios para consumo e comércio local. Encontram-se nesse grupo a fazenda Prudente do Morro, fundada em 1830, e a fazenda Cachoeira, cuja casa sede é de período anterior a 1859, além da Santa Maria da Pinga, fundada em 1828, que difere das demais por ter o seu histórico relacionado à produção açucareira. Nos três casos, o café foi introduzido posteriormente.

As demais propriedades, fundadas na segunda metade do século XIX, possuem o café como o principal produto cultivado desde a implantação da fazenda. Nas fazendas Santa Cruz, Santa Paulina, Capão Alto e Campo Alegre, fundadas em 1850, 1900, 1900 e 1889,

³ FURLANI, Geraldo Majella. *O município de Casa Branca*. 2ª edição. Casa Branca: Impressos São Sebastião Editora e Gráfica Ltda., 2003, p. 126.

respectivamente, a produção cafeeira pode ser considerada moderada, haja vista as características da estrutura cafeeira, enquanto que nas fazendas Santa Veridiana, Brejão e Aurora, de 1868, 1864 e 1869 respectivamente, era alta a produtividade, pois, além de ocuparem as terras mais férteis do limite entre o Município de Casa Branca e Santa Cruz das Palmeiras, desenvolveram um modo bastante apurado de beneficiamento do grão. Nesse grupo, as famílias fundadoras têm origens diversas e, mesmo as que têm antepassados mineiros, não se relacionam com o primeiro grupo de migrantes daquela Província, que se transferiram para as terras paulistas no início dos anos 1800 em busca de terras para desenvolver a pecuária.

A Fazenda Cachoeira destaca-se nesse contexto como modelo típico de fazenda agropecuária mineira em território paulista, vinculada com os primórdios de ocupação da região. Seu histórico relaciona-se diretamente com um ciclo importante de fazendas de gado bovino, suíno, cavalar, muar e de produção de alimentos que abasteciam as tropas que passavam pelo Caminho de Goiás e a região aurífera de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, além da região açucareira de Campinas, Sorocaba e Itu.

Da mesma forma, a fazenda Prudente do Morro também surge como fazenda de gado, mas introduz precocemente o café provavelmente na década de 1850, quando esse produto foi implantado no Município de Casa Branca, fato que influenciou a reconstrução de sua casa sede.

A Fazenda Aurora também mantém a tradição mineira voltada para a pecuária extensiva, mas concomitantemente introduz o café, para o qual será implantada toda uma infraestrutura específica e peculiar.

Diante desse cenário agropecuário, surge o interesse pelo conhecimento do histórico de ocupação e povoamento dessa região conhecida como Sertão do Rio Pardo, a fim de se compreender as influências culturais vinculadas com a história de sua população, bem como o entendimento do período do apogeu econômico do município, com o café e a estrada de ferro.

2.1 Dados geográficos do município de Casa Branca

Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca, Território de Moji Mirim⁴:

Alvará de 25 de outubro de 1814

Vila do Termo de Moji Mirim, abrangendo as freguesias de Casa Branca e Caconde e o curato de São Simão:

Lei n.º 15, de 25 de fevereiro de 1841

Cidade de Casa Branca:

Lei n.º 22, de 27 de março de 1872

Comarca, com os Termos de Casa Branca, Caconde e São Simão:

Lei n.º 46, de 06 de abril de 1872

Ano	Total de habitantes
1765*	16
1825	2635
1872**	10281
1890	13482
1900	16133
1920	26397
1940	21993
1950	21123
1954	22452
1960	17212
1970	18170
1980	21751
1991	25308
2000	26800

Tabela 1 – População do Município de Casa Branca

Fonte:

*dados de 1765 retirados da pesquisa de Amélia Trevisan (1979, p.27)

** dados do recenseamento oficial (FURLANI, 2003, p.108)

Localização: Está situada a Nordeste do Estado de São Paulo, no trajeto da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 21° 46' 29" latitude Sul e 47° 05' 16" longitude Oeste. A distância em relação à capital do Estado é de 201 km, em linha reta.

Em seus primórdios, localizava-se no chamado “sertão do rio Pardo”, região que abrangia o território desde o rio Jaguari Mirim ao Sul até o rio Grande ao Norte, e que, administrativamente, pertenceu ao antigo Município de Jundiá, passando a compor o Município de Moji Mirim, quando da criação deste último, em 1769. Sobre o âmbito da administração eclesiástica, a área encontrava-se sobre a jurisdição da freguesia de Moji Guaçu.

Mapa 2 - Localização do Município de Casa Branca em relação ao Estado e ao Município de São Paulo.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol XI.

⁴ A grafia adotada para a palavra Moji segue a gramática atual, referente a palavras de origem indígena que devem ser escritas com "j". No entanto, ao longo do texto aparecem outras grafias referentes a nomes próprios, como a Companhia Mogyana.

Limites:**N:** Mococa e Tambaú**NE:** São José do Rio Pardo**E:** Itobi**SE:** Vargem Grande do Sul**S:** Aguaí**SO:** Santa Cruz das Palmeiras**O:** Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú**NO:** Tambaú

Mapa 3 – O Município de Casa Branca e seus limites.

Fonte: FURLANI, 2003, p. 12.

2.2 Ocupação e povoamento do nordeste paulista

Saint-Hilaire⁵ [...] percebeu claramente a semelhança dessas casas paulistas da região de Casa Branca a Batatais, com aquelas que vira em São João Del Rei e tinha carradas de razão, porque a maioria das famílias ali residentes, como já dissemos, era proveniente daquela cidade mineira.

Carlos Lemos

O Município de Casa Branca localiza-se na região outrora conhecida como “Sertão do Rio Pardo”⁶, percorrida pelos bandeirantes desde o século XVIII que, seguindo o “Caminho de Goiás”⁷, saíam do Planalto de Piratininga em direção à Vila Boa de Goiás em busca do ouro que foi ali encontrado em 1725.

⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província cisplatina e missões do Paraguai*. São Paulo: Martins, 1940.

⁶ O Sertão do Rio Pardo corresponde, geograficamente, à área da Província de São Paulo situada entre os rios Jaguari ao Sul e Grande ao Norte.

BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo (1725-1835)*. 1995. 268 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 08.

⁷ Apesar das trilhas existentes desde o século XVII, somente após a descoberta do ouro em Vila Boa de Goiás a antiga ligação dos paulistas com as terras dos índios goianos ganhou foros de estrada ou caminho. O Caminho de

XVIII, e a década de 1810. A primeira, ligada à descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, refere-se ao estabelecimento de paulistas na região. A segunda, fruto da decadência da mineração e da expansão pecuária, foi responsável pela fixação dos mineiros em terras paulistas¹².

Na primeira fase de ocupação desse sertão, originalmente habitado pelos índios caiapós, ao processo inicial de concessão de sesmarias relaciona-se o histórico de parcelamento do solo e sua apropriação. Afirma-se ainda que:

Entre a passagem do Anhanguera e a chegada do café, na segunda metade do século XIX, toda uma história deixou de ser contada. A do século XVIII, pouco conhecida, diz respeito aos paulistas que permaneceram nos pousos, aos poucos sesmeiros e aos posseiros que puderam ser identificados com suas famílias e descendentes na região; apesar de ignorados, foram eles os responsáveis pela expansão da ocupação do Nordeste paulista, precedendo a chegada dos mineiros.¹³

Os paulistas que ocuparam essas terras do Nordeste da Província de São Paulo foram compostos por sesmeiros e posseiros, que se fixaram nos pousos ao longo da Estrada do Anhanguera e desenvolveram uma “economia de beira de estrada”, voltada para a produção de alimentos e a criação de gado para consumo próprio e abastecimento dos viajantes¹⁴. Assim, afirma-se que “Casa Branca é uma cidade que nasceu às expensas de uma estrada, viveu e conheceu grande desenvolvimento como centro comercial, onde se abastecia um vasto *hinterland* que se estendia até Minas e Goiás”¹⁵. Os sesmeiros da década de 1720 correspondiam a brancos de origem portuguesa ou vindos do Vale do Paraíba. Esses sesmeiros aliaram-se às famílias mineiras abastadas através de casamentos e adotaram a pecuária leiteira nas suas atividades produtivas. Os posseiros, por sua vez, são compostos por brancos e pardos, mestiços descendentes de portugueses, índios e negros, provenientes de Santana de Parnaíba, Guarulhos e freguesias próximas à Sé de São Paulo¹⁶.

Curiosamente, a Fazenda Prudente do Morro e a Fazenda Cachoeira têm suas origens nesse processo. A família Corrêa adquire, ainda no século XVIII, uma sesmaria que se estendia das proximidades de Moji Guaçu até a atual São Simão, desmembrada posteriormente em inúmeras propriedades. Apesar das afirmações de Lucila Brioschi¹⁷ a respeito da ocupação

¹² BRIOSCHI, 1995, p. 72.

¹³ Ibid., p. 218, grifo nosso.

¹⁴ Ibid., p. 128.

¹⁵ PANTOJA, 1942, p. 25.

¹⁶ BRIOSCHI, op. cit., p. 219.

¹⁷ BRIOSCHI, 1995, p. 218.

paulista nesse século XVIII, encontramos aqui uma família de raízes mineiras tomando posse de uma grande gleba¹⁸.

No entanto, apesar dessa ocupação primária pelos paulistas, que efetivaram a ocupação local, é somente a partir de fins do século XVIII e início do XIX, com a migração mineira, que se estabelece um povoamento capaz de elevar o pouso a arraial.

A propósito, uma característica que chama a atenção para a área estudada, segundo Bacellar e Brioschi¹⁹, é que o seu povoamento deu-se predominantemente por mineiros durante todo o século XIX. Segundo esses autores, a influência mineira não se esgotou no processo migratório dos anos 1800, mas persistiu na economia baseada no comércio local de produtos alimentícios e na criação de gado, na preservação de vínculos com o Sul de Minas e na conservação de traços culturais, como a arquitetura e o modo de falar. Foi com essas características mineiras que a população local recebeu paulistas, fluminenses do Vale do Paraíba e imigrantes de outras nações, povos que trouxeram novos produtos para serem cultivados, uma nova organização do espaço e novas relações de trabalho.

Na historiografia, considera-se que o povoamento mineiro teria ocorrido nessa região principalmente no século XIX, em função da decadência da mineração e da expansão pecuária²⁰. Vindos da região mineradora de Ouro Preto ou da região de São João Del Rei, sul de Minas Gerais, cuja economia mineradora desenvolveu-se paralelamente à criação de gado, ou seja, da região do Rio das Velhas e do Rio das Mortes²¹, esses migrantes adentram o território paulista seguindo o Rio Pardo, afluente do Rio Grande que nasce em Minas Gerais, principalmente pelo caminho que se abre em 1760 e liga Cabo Verde a Ouro Fino, considerado o mais importante caminho para o povoamento do Nordeste de São Paulo²².

Assim, nesse processo migratório, grandes glebas foram abertas e ocupadas com a criação de gado, a produção de queijos e o plantio de milho e feijão. As primeiras foram apossadas a partir de 1800, obedecendo ao sentido principal do fluxo migratório sul - mineiro, ou seja, foram sendo estabelecidas na sequência leste-oeste, primeiro ocupando a margem direita do Rio Pardo, em seguida a margem esquerda. Esses mineiros desenvolveram, portanto, a pecuária associada à policultura, como ocorreu nas Fazendas Prudente do Morro e Cachoeira,

¹⁸ O histórico dessa sesmaria concedida à família Corrêa no século XVIII mereceria um estudo detalhado, com base não só na História Oral mas em fontes primárias, constituindo-se como um possível tema para pesquisas futuras.

¹⁹ BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 17.

²⁰ BRIOSCHI, op. cit., p. 105.

²¹ Ibid., p. 210.

²² BACELLAR & BRIOSCHI, op. cit., p. 47.

introduzindo uma arquitetura mineira com o aproveitamento de grandes espaços para o estabelecimento de rebanhos²³ e uma atividade agropecuária associada ao trabalho escravo²⁴. Foi o povoamento mineiro que deu foros de Arraial ao pouso, mas a constituição da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca não foi consequência desse povoamento espontâneo e sim de necessidades políticas do Governo de D. João VI que, por ato oficial, decretou o estabelecimento da Paróquia.

Eu, o Príncipe Regente de Portugal, e do Mestrado, cavallaria, e Ordem de Nosso Senhor JESUS Christo. Faço saber, que sendo-me presente com representação do Reverendo Bispo de São Paulo do Meo Conselho, o requerimento dos moradores do Certão da estrada de Goyas no dito Bispado, em que me expunhão a grande falta de Pasto, e Socorros Espirituaes, que sofrião pela longetude da Sua Freguezia, pedindo-me, que afim de remediar tão grandes males lhe fizesse a Graça de erigir huma nova Freguezia naquele Certão: o que visto, e repportas dos Procuradores Geral das Ordens, e da minha Real Coroa, é Fazenda, que tudo subio a minha Real Prezença em consulta da Meza da Consiencia, e Ordens. Hey por be, que no Certão da estrada de Goyas do Bispado de São Paulo d'aquem do Rio Pardo no lugar denominado Caza Branca, seja erecta huma nova Freguezia com a invocação de Nossa Senhora das Dores, a qual os moradores do dito Certão edificarão à sua custa no prefixo termo de quatro annos, e ficará lemitada esta nova Freguezia desde o Rio Jaguari athe o pouzo do Cubatão. Pelo que mando a todas as pessoas, a que o Cumprimento deste Alvará competir o cumprão, e guardem, como nelle se contem, sendo passado pela Chancellaria da Ordem, e registrado nos Livros da Câmera do Bispado de São Paulo, e nos das Freguezias, que por este sou servido mandar erigir, e nada que ella houver de ser desmembrada, e valera como Carta, posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da ordenação em contrario.²⁵

Nos estudos de Amélia Trevisan²⁶ e de Maria Aparecida Pantoja²⁷, afirma-se a preocupação do governo em controlar a arrecadação de tributos²⁸, já que havia sido descoberto ouro nas cabeceiras do Rio Pardo²⁹, além da necessidade de fixar famílias açorianas³⁰ que se

²³ BRIOSCHI, 1995, p. 220.

²⁴ Ibid, p. 210, 211.

²⁵ Alvará Régio de D. João VI sobre a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca, em 25 de outubro de 1814. Transcrição da carta segundo Adolpho Legnaro Filho, diretor do Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay, do Município de Casa Branca.

²⁶ TREVISAN, 1979.

²⁷ PANTOJA, 1942.

²⁸ Foi a partir das descobertas de ouro no interior do Brasil que a Coroa portuguesa passou a se preocupar em estabelecer sistemas regulares de controle administrativo para garantir a arrecadação de tributos sobre os metais preciosos explorados e o fez principalmente através da criação de Vilas por Cartas Régias.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo Edusp, 2004, p. 99, 100.

²⁹ O ouro nas cabeceiras do Rio Pardo foi descoberto por volta de 1765, o que resultou na instalação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Cabeceiras do Rio Pardo, atual Caconde, a primeira freguesia desse Sertão do Rio Pardo. Foi essa área, ao Norte do Rio Pardo, a responsável pelo crescimento da população do Nordeste paulista.

BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 45.

encontravam na Província de São Paulo sob promessas de posse de terras. Apesar das dificuldades, os ilhéus conseguiram se fixar e a sua propriedade ficou conhecida como Fazenda Cachoeira dos Ilhéus que, no fim do século XIX, foi dividida judicialmente e fracionada em diversos sítios e fazendas, denominadas: Morro, Bom Jesus, Prata, Morro dos Ilhéus, Capão Doce e outras³¹. Essa população de ilhéus, mesmo que dos vinte casais tenham se estabelecido apenas seis no território de Casa Branca, deixou descendentes que compuseram a sociedade casa-branquense³² e provavelmente também tenham deixado marcas na cultura local.

A presença dessa população de açorianos, no entanto, poderia vincular-se muito mais ao superpovoamento das Ilhas Atlânticas, em fins do século XVIII, do que à real necessidade de povoamento dessas terras paulistas, já que o grande destaque é dado ao povoamento mineiro. Considera-se, então, como principal motivo do Decreto Régio a necessidade de controle por parte da Coroa sobre essas terras próximas ao Rio Pardo, já que a região esteve sob tensão durante os séculos XVIII e XIX, em função do ouro descoberto, da população que ali se aglomerava e das proximidades com a divisa com Minas Gerais. Em resumo: havia necessidade de controle para que não houvesse evasão de tributos³³.

Dessa forma, embora o pouso de Casa Branca, com população paulista e mineira, tivesse se organizado para requerer a implantação da Freguesia³⁴, a Coroa portuguesa a instituiu por Decreto Régio com o objetivo de atender aos seus próprios interesses.

Até a primeira metade do século XIX, portanto, três grupos distintos iniciaram a constituição dessa sociedade: os paulistas, os mineiros e os açorianos. A esse período, associa-se principalmente a constituição de fazendas de gado tipicamente mineiras, nas quais se desenvolviam a pecuária extensiva e a produção de gêneros alimentícios para consumo e comércio local, que abasteciam o Arraial e as tropas de viajantes. A partir da segunda metade daquele século, modificam-se radicalmente as características agropecuárias em decorrência de uma nova fase do povoamento local associado à expansão da cafeicultura. Nesse momento, são os paulistas, predominantemente, que implantarão fazendas voltadas principalmente para

³⁰ Ver Anexo A – Povoamento açoriano.

³¹ Os poucos estudos feitos sobre os ilhéus de Casa Branca repetem-se e detêm-se sobre as afirmações de Saint-Hilaire e Luís D'Alincourt: "[...] assustados à vista das enormes árvores que deviam derrubar antes de preparar e semear as terras, fugiram quase todos [...]" e "[...] vieram vinte e quatro casais, dos quais existem unicamente 6 [...] por causa do esquecimento que houve de se lhes fornecer tudo quanto o Estado lhes tinha prometido".

Saint-Hilaire e D'Alincourt apud TREVISAN, 1979, p.74.

³² Ver Anexo B: Árvore genealógica da família Horta.

³³ BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 74.

³⁴ Em 1811 a população local, organizada pelo Padre Godói, requereram ao bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, a criação da Freguesia. Concessão expedida apenas em 1814. TREVISAN, 1979, p. 39.

a exportação³⁵, como as fazendas Santa Veridiana, Brejão e Aurora. Os grandes lucros associados a esse produto vão também despertar os interesses dos outros proprietários rurais, com a consequente alteração da configuração produtiva, espacial e arquitetônica daquelas primeiras fazendas voltadas para o comércio interno. É nesse período que o Município de Casa Branca atinge o auge do seu desenvolvimento urbano e populacional, associado à economia rural, com a chegada da Estrada de Ferro Mojiana.

2.3 O café no Sertão do Rio Pardo

A passagem do café pelo Estado de São Paulo, com suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas percorridas, constitui sem dúvida um dos estudos mais curiosos e importantes da história econômica paulista. Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do “ouro verde”, dele tudo emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas.

Sérgio Milliet

Apesar da contribuição fundamental de paulistas e mineiros para o povoamento e desenvolvimento da Província de São Paulo, o Sertão do Rio Pardo, segundo Brioschi, só adquire expressão na historiografia paulista quando recebe a designação de Alta Mojiana, com a chegada do café e da estrada de ferro, no final do século XIX³⁶.

À Mojiana coube servir uma das mais ricas regiões paulistas, atingindo também o chamado Sul de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, onde se articulava com outras ferrovias, escoando toda a produção agrícola e pecuária dessa grande região em direção ao porto de Santos³⁷.

³⁵ BACELLAR & BRIOSCHI, 1999, p. 17.

³⁶ BRIOSCHI, 1995, p. 14.

³⁷ BENINCASA, 2007, p. 273.

Mapa 7 – Detalhe das linhas da “Alta Mogyana” – em destaque, Casa Branca e Ribeirão Preto. Ano de 1922.

Fonte: Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay, de Casa Branca.

Foto 1 – Estação ferroviária da Fazenda Santa Veridiana.

Fonte:

<<http://www.estacoesferroviarias.com.br/s/locais/staveridiana.htm>> Acesso em: 10 Jun. 2009.

A região correspondente às fazendas inventariadas foi servida não só pela Estrada de Ferro Mojiana mas também pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro. As fazendas Santa Veridiana e Brejão receberam os trilhos da Paulista e puderam escoar sua produção cafeeira diretamente por suas estações particulares. Foi justamente nas zonas da Paulista e da Mojiana que as fazendas de café mais se desenvolveram, tornando-se, essa região, a maior produtora de café de São Paulo nos anos de 1880 a 1890³⁸.

³⁸ BENINCASA, 2007, p. 275.

Segundo Benincasa³⁹, a partir da análise de censos de 1886 e 1920, chega-se à conclusão de que este é o período em que São Paulo teve o seu desenvolvimento consolidado, tornando-se o maior produtor de café do mundo. É nessa época também que o Estado recebe grande contingente de imigrantes europeus e asiáticos vindos especialmente para trabalhar nas lavouras.

Produção de Café e População					1886				
1836									
Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total	Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	105.679	45,65	510.406	86,50	Norte	338.533	32,66	2.074.267	19,99
Central	102.733	44,30	70.378	11,93	Central	299.216	28,86	3.008.350	29,00
Mojiana	20.341	8,79	.821	0,14	Mojiana	163.831	15,80	2.262.599	21,81
Paulista	2.764	1,26	8.461	1,43	Paulista	133.697	12,90	2.458.134	23,69
Araraquarense	—	—	—	—	Araraquarense	43.358	4,18	420.000	4,05
Noroeste	—	—	—	—	Noroeste	—	—	—	—
Alta Sorocabana	—	—	—	—	Alta Sorocabana	58.004	5,60	151.000	1,46
Total	231.517	100,00	590.066	100,00	Total	1.036.639	100,00	10.374.350	100,00

1854					1920				
Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total	Zona	População	Porcentagem s/ a população total	Café Produção em arrobas	Porcentagem s/ a produção total
Norte	146.055	38,00	2.737.639	77,46	Norte	490.660	13,43	767.069	3,47
Central	126.429	39,27	491.397	13,91	Central	769.802	21,07	2.780.525	12,58
Mojiana	51.265	15,92	81.750	2,31	Mojiana	811.974	22,23	7.852.020	35,33
Paulista	21.889	6,81	223.470	6,32	Paulista	537.237	14,71	4.148.462	18,77
Araraquarense	—	—	—	—	Araraquarense	579.653	15,87	4.152.438	18,79
Noroeste	—	—	—	—	Noroeste	136.454	3,74	722.119	3,27
Alta Sorocabana	—	—	—	—	Alta Sorocabana	326.994	8,95	1.676.228	7,59
Total	321.918	100,00	3.534.256	100,00	Total	3.652.774	100,00	22.098.861	100,00

Tabela 2 – Produção de Café e População. Comparação entre os anos 1836/ 1854 e os anos 1886/ 1920. Enquanto na Zona Mojiana, a produção cafeeira em 1854 é cerca de 81.000 arrobas, em 1886 já atinge mais de 2.000.000 de arrobas e em 1920, quase 8.000.000 de arrobas de café. *Fonte:* MILLIET, 1982, p. 21, 22.

Nesse Sertão do Rio Pardo, muitas fazendas têm a sua fundação vinculada à fixação, nessas terras, de famílias importantes na história da cafeicultura paulista. Destacam-se as fazendas Santa Veridiana e Brejão, fundadas pela família Prado, que partiu da zona de Araras e Limeira rumo a Ribeirão Preto⁴⁰, passando, portanto, por Casa Branca e Palmeiras. As fazendas da família Prado foram grandes produtoras de café e destacam-se também pelo enorme

³⁹ BENINCASA, 2007, p. 275.

⁴⁰ Ibid., p. 276.

contingente de imigrantes estrangeiros que receberam em suas terras. A participação na vida política local e nacional e a fundação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro estão entre alguns feitos dessa dinastia⁴¹.

De situações idênticas gozavam outras famílias. Casamentos, camaradagem entre colegas de escola, relações de negócios apertavam os laços entre elas. Podiam surgir rivalidades políticas, ásperas, às vezes, porém concerniam mais à eleição deste ou daquele, que às divergências doutrinárias. Tinham todos os mesmos interesses profundos e estavam de acordo quanto às grandes linhas que a administração devia seguir. Até a década de 30, foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com o seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão-de-obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente um problema deles.⁴²

Afirma-se que o café foi introduzido no Município de Casa Branca em 1854⁴³ pelo Dr. Martinho da Silva Prado, mas essa lavoura só ganharia importância a partir de 1878⁴⁴, com o advento da Estrada de Ferro Mojiana, que garantiu o escoamento da produção e a introdução da mão de obra estrangeira mais especializada⁴⁵.

⁴¹ A família Prado inicia suas atividades econômicas no Brasil do século XVIII, como grandes tropeiros que compravam mulas no Sul do país e as revendiam no Nordeste. Antônio Prado embrenha-se também no comércio da “rota do açúcar” e constrói grande fortuna, passando a atuar como uma espécie de banqueiro da elite paulista e a atuar na política nacional. Tendo participado da Independência do Brasil, com fortuna e prestígio político, Antônio Prado iria fundar a dinastia familiar que influenciou a história paulista e brasileira por um século. A primeira fazenda é adquirida pela família em 1839, por Veridiana Prado e Martinho da Silva Prado. Trata-se da Fazenda Campo Alto em Moji-mirim, inicialmente engenho de açúcar, cuja cana começou a ser substituída por pés de café em 1849. Já em 1867, a rentabilidade do café superava a do açúcar e a fazenda foi transformada em modelo de produtividade e lucratividade, cujas rendas permitiram ao Barão de Iguape adquirir outras propriedades rurais, como a Fazenda Brejão, a Santa Cruz, a Guataparã, Santa Veridiana e São Martinho. No quadro da arquitetura paulista destacam-se as casas rurais com influências ecléticas e sobretudo o palacete francês de Veridiana Prado, na Chácara de Santa Cecília, na capital paulista, construção de 1882. Além das fazendas, possuíam também outros negócios relacionados ao café: a “Companhia Prado e Chaves”, a maior *trading* de café do Brasil; a “Companhia Mecânica Importadora”; e a “Companhia Paulista de Estradas de Ferro”. Assim, a riqueza do café e as atividades empreendedoras no comércio e na indústria asseguraram aos Prado uma fortuna considerável e uma marcante influência política, prestígio que reverberou na sociedade e na vida cultural do país até o século XX.

D’AVILLA, Luiz Felipe. *Dona Veridiana. A Trajetória de uma Dinastia Paulista*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

⁴² MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hulcitech, Polis, 1984, p. 140 apud BENINCASA, 2007, p. 276.

⁴³ Ver Tabela 2. A produção de café em Casa Branca inicia-se em 1854 e atinge o auge em 1886.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 53.

⁴⁴ Casa Branca localiza-se no tronco (km 165,269) da antiga Cia. Mojiana de Estradas de Ferro, cujo tráfego a alcançou em 14/01/1878, transformando-a em importante nó ferroviário, com reflexos penetrantes em sua história.

FURLANI, 2003, p. 151.

⁴⁵ FURLANI, *Ibid.*, p. 126.

Comparando essas informações com os dados históricos das fazendas casa-branquenses, não se consegue, no entanto, confirmar qual propriedade teria sido a precursora dessa atividade produtiva. Numa pesquisa sobre a família Prado, chega-se à informação de que Martinho Prado, marido de Veridiana Prado, foi o primeiro membro da família a plantar o café em suas terras e o fez em 1849⁴⁶ na fazenda Campo Alto em Moji Mirim, adquirida em 1839 como engenho de açúcar. Na região do Município de Casa Branca, constam como antigas propriedades da família Prado a Fazenda Brejão, aberta por Martinho Prado em 1864, e a Fazenda Santa Veridiana, presenteada a Antônio Prado em 1868, já como uma fazenda de café consolidada. Portanto, é mais provável que essa data de 1854 diga respeito à implantação do café na Fazenda Santa Veridiana.

É nesse período associado à cafeicultura e à estrada de ferro que Casa Branca passou por uma fase verdadeiramente revolucionária. A população atinge o pico de seu crescimento e o centro urbano expande-se. Segundo Pantoja⁴⁷, Casa Branca torna-se o posto mais avançado da estrada de ferro e o problema do transporte e da mão de obra é resolvido. Com isso, a função agrícola domina a vida na cidade, complementada pela função comercial. A influência da estrada de ferro também se faz notar no crescimento urbano e populacional: o povoamento, detido até a Praça Barão de Moji Guaçu, junto à Igreja Matriz, começa a se estender colina acima, para atingir a estação da estrada de ferro, localizada na parte alta da cidade.

Gráfico 1 – População: recenseamentos. Em curva crescente desde 1872, o crescimento populacional de Casa Branca atinge o pico em 1920. *Fonte:* FURLANI, 2003, p. 109.

A cultura cafeeira manteve-se no município até 1924, quando começa a diminuir sua produção em consequência do esgotamento dos solos, da praga da broca e da concorrência das novas áreas abertas ao café, e cai em completa

⁴⁶ D'AVILLA, 2004, p. 214.

⁴⁷ PANTOJA, 1942, p. 36.

3 PARTIDO ARQUITETÔNICO DAS CASAS SEDES

Arquitetura é toda e qualquer intervenção no meio ambiente criando novos espaços, quase sempre com determinada intenção plástica, para atender a necessidades imediatas, ou a expectativas programadas e caracterizadas por aquilo que chamamos de partido. Partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida.

Carlos Lemos

Para a análise arquitetônica das casas sedes das fazendas casa-branquenses inventariadas, com as considerações a respeito do partido arquitetônico adotado em cada residência dessas propriedades rurais, consideraram-se alguns elementos determinantes de suas características, a partir das influências culturais e os modos de vida rurais sobretudo paulistas e mineiros, determinantes dos modos de construir e habitar. Assim, serão considerados os seguintes pontos:

- Implantação no terreno.
- Programa de necessidades: caracterização da planta com seus elementos constitutivos isolados, como alpendres, salas centrais, dormitórios, corredores, cozinhas, capelas, porões, quarto de hóspedes, etc.
- Técnicas construtivas e materiais.
- Considerações estéticas.

Essas casas sedes, remanescentes do século XIX, sofreram alterações ao longo dos anos, como uma adaptação dos usos originais. Reformas, restauros, demolições ou aglutinações, essas alterações da planta original garantiram, em sua maioria, o uso contínuo dessas construções, até o presente. Reformulações espaciais necessárias para que essas edificações continuassem vivas, em sua maioria, habitadas por novos proprietários ou pelos descendentes dos primeiros fazendeiros, herdeiros que tiveram os seus hábitos de vida modificados paralelamente às mudanças econômicas e sociais que transcorreram por esse século estudado. O que nos é pertinente, no entanto, é a reconstituição das plantas originais dessas moradas, uma vez que a pesquisa propõe a análise da arquitetura do século XIX, época da fundação dessas fazendas, como registros materiais de uma época remota. Assim, o interesse primário incide sobre a autenticidade histórica dos remanescentes materiais dessas edificações oitocentistas, com a reconstituição do desenho de suas plantas efetuada a partir da observação

dos detalhes arquitetônicos, do desenho dos telhados, da diferença entre materiais, ou até mesmo da observação do desenho da própria planta ou da volumetria geral da construção, que podem revelar os puxados e cômodos construídos posteriormente, e também a partir dos relatos orais, de uma história passada de geração para geração. Esses desenhos foram desenvolvidos e estão apresentados nos itens 5 e 6, a partir da reconstituição da história de cada fazenda, e serão aqui retomados⁴⁸. Será este material iconográfico⁴⁹ o considerado para as análises arquitetônicas que serão aprimoradas no item 4.

Desenho 1 – Plantas das casas sedes, com imagens na mesma escala. Na sequência: 1. Fazenda Cachoeira; 2. Fazenda Aurora; 3. Fazenda Campo Alegre; 4. Fazenda Prudente do Morro; 5. Fazenda Brejão; 6. Fazenda Santa Veridiana; 7. Sítio Capão Alto. Para visualizar as imagens ampliadas, ver Anexo C ou os itens 5 e 6. *Fonte:* 1,2,4 e 7: desenhos de autoria de Mariana Pereira Horta Rodrigues (MPHR); 3: BENINCASA, arquivo pessoal; 5 e 6: BENINCASA, 2007, p. 417, 419.

⁴⁸ Das dez fazendas consideradas na presente pesquisa, foram pesquisadas nove casas sedes, já que a morada original da Fazenda Santa Maria já havia sido demolida no momento da pesquisa de campo. Dessas nove construções, pudemos realizar o desenho de sete plantas, pois não conseguimos retornar às Fazendas Santa Cruz e Santa Paulina para realização desse material.

⁴⁹ Ver Anexo C – Plantas das casas sedes.

A respeito da constituição geral das plantas das casas sedes das fazendas casa-branquenses apresentadas, identificadas como remanescentes do século XIX e, portanto, originais dessas residências rurais, determinadas pelos programas de necessidades, consideramos os estudos de Carlos Lemos⁵⁰, que distingue em toda casa paulista até o século XIX, antes do ecletismo trazido pelo café, um programa de necessidades com três grupos distintos de atividades do cotidiano:

- 1- atividades relativas ao convívio com estranhos;
- 2- atividades relativas à vida doméstica caracterizada pela intimidade intramuros;
- 3- atividades relativas ao trabalho caseiro, sobretudo a culinária.

Esses três grupos distintos, segundo o autor, determinariam, nas plantas das moradias, áreas muito bem definidas:

- 1- corredor ou alpendre de distribuição ou de permanência temporária de estranhos; sala da frente; repouso ou dormitório de hóspedes; oratório ou capela particular.
- 2- sala de jantar ou “varanda”, palco de atividades múltiplas: a “sala-praça” onde tudo acontecia no dia a dia, área de distribuição e passagem obrigatória, “sala central”; repouso ou dormitórios: alcovas ou camarinhas.
- 3- Cozinha interna ou ligada diretamente ao corpo principal da moradia; cozinha externa próxima à casa; dependência de serviços de uso variável, podendo ser depósito, despensa e também local de trabalho doméstico alheio à culinária, como a tecelagem.

A princípio, devemos nos questionar se todas as residências das fazendas abordadas poderiam ser investigadas segundo esse programa de necessidades identificado por Carlos Lemos, já que se refere a casas paulistas anteriores ao ecletismo, mas que já revelariam certas transformações advindas das riquezas proporcionadas pela produção cafeeira. Assim, no corpus considerado, formado por dez propriedades rurais e nove casas sedes, distinguimos três grupos de residências:

- Residências com claras influências mineiras, caracteristicamente com uma arquitetura mais simples ou mais sóbria, construídas até a metade do século XIX.
- Residências construídas no período cafeeiro, a partir da segunda metade do século XIX, e que revelam inovações com referências clássicas.

⁵⁰ LEMOS, Carlos. *Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 15, 16.

- Residências construídas no período cafeeiro, em fins do século XIX e início do XX, e que podem ser associadas ao ecletismo.

Numa análise geral das plantas, observamos que, num primeiro momento, todas apresentam os três grupos de atividades descritas por Lemos⁵¹, mesmo que se altere a composição do conjunto. Essa análise, no entanto, só pode ocorrer a respeito dos usos originais, daí a necessidade de discussão das transformações transcorridas nessas casas e os possíveis usos primários, apresentada nos itens 5 e 6.

A partir do desenho 1, cujas plantas foram posicionadas em função das suas semelhanças, em relação ao grupo de atividades relacionado com o convívio com estranhos, em destaque em amarelo, podemos identificar nas casas sedes⁵²:

- 1. Fazenda Cachoeira (anterior a 1859): alpendre reentrante ou corredor frontal com dois cômodos laterais isolados do restante da residência, correspondentes atualmente a escritório e depósito, que poderia ter sido um dormitório para visitas.
- 2. Fazenda Aurora (1869): alpendre frontal verdadeiro, com telhado a recobrir apenas a porta de entrada, vestíbulo ou hall, escritório e alcova (demolida a divisório interna), utilizada neste caso para dormitório de visitantes.
- 3. Fazenda Campo Alegre (1889): alpendre em “U”, vestíbulo ou hall, saleta e cômodo isolado, que poderia ser uma capela.
- 4. Fazenda Prudente do Morro (1905): alpendre em “L”, sala de visitas e escritório.
- 5. Fazenda Brejão (1864): alpendre frontal, sala de visitas e escritório.
- 6. Fazenda Santa Veridiana (1868): alpendre e passeio coberto em “U”, sala de visitas, saleta, biblioteca, escritório, salão de jogos e dormitórios no piso inferior, com acesso externo direto.
- 7. Sítio Capão Alto (1900): sala de visitas e cômodo lateral.

A partir desses exemplares, podemos perceber que a área de convívio com estranhos evolui da simples formalidade de recepção de visitantes para o lazer, ou seja, aos alpendres somam-se escritórios, bibliotecas, salas de visitas e salão de jogos, mas apenas na casa sede da Fazenda Cachoeira aparecem os cômodos isolados com acesso direto e único pelo exterior da residência, sem passagem pelo seu interior.

⁵¹ LEMOS, 1999, p. 15, 16.

⁵² Dados sobre os possíveis programas de necessidades originais das casas sedes obtidos a partir de entrevistas com os proprietários das fazendas ou com antigos moradores das mesmas. As fontes orais constituem documentos importantes e foram consideradas segundo o Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO USP), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Bom Meihy.

Tomando-se como base o segundo grupo de atividades, relacionado à vida íntima familiar, no desenho 1, em laranja, aparecem em destaque os cômodos nos quais desenvolvia-se apenas o convívio familiar e o consumo das refeições: as salas de jantar resguardadas dos olhares dos estranhos, com acesso restrito selecionado pelos alpendres, vestíbulos, sala de visitas ou corredores internos. Nas plantas 1, 2, 3, 4 e 7, referentes às fazendas Cachoeira, Aurora, Campo Alegre, Prudente do Morro e Capão Alto, essa sala interna é passagem obrigatória para os demais cômodos, enquanto na Brejão e Santa Veridiana ela já se apresenta isolada.

Do grupo de atividades relacionado ao trabalho doméstico, destaca-se a cozinha em vermelho, que aparece sempre como um anexo, isolada das áreas de convívio.

O ecletismo explica muito sobre as transformações na configuração interna das residências, relacionada a novos modos de vida:

O exercício dos misteres domésticos era, então, compartimentado em ‘zonas’ distintas, separadas umas das outras de maneira tal que houvesse interdependência entre elas. Ia-se de uma a outra sem necessidade de se atravessar a terceira. Isso significava o abandono dos velhos costumes que toleravam cômodos ou zonas de passagem obrigatória. Adeus à grande varanda de distribuição. [...] A antiga sala de jantar, passagem obrigatória a quem se destinasse à cozinha, no entanto, perdurou na referida casa de aluguel [...]. À francesa, somente os abastados moravam, mandando levantar seus palacetes nos bairros recém-abertos. A perfeita interdependência das zonas da habitação era conseguida através da introdução, na planta, do vestíbulo distribuidor dos passos. Esse novo cômodo da moradia era uma área ‘neutra’, mera passagem que, no entanto, podia acumular a velha função de faixa de transição entre o público e o privado [...] ⁵³.

Para uma análise mais detalhada do programa de necessidades que caracterizou a ordenação espacial dessas residências convém focalizar os vários momentos históricos que regeram as transformações nos modos de morar da população paulista no século XIX, na região abordada, desde as influências das características predominantes das residências rurais do Sul de Minas Gerais e das regiões de Ouro Preto e São João Del Rei até as influências neoclássicas e ecléticas, não obstante estas últimas tenham contribuído com transformações sutis e sem o mesmo rigor formal das edificações das capitais e regiões urbanas próximas ao Rio de Janeiro, chegando a mesclar-se numa estética própria dos ambientes rurais.

Em relação à organização interna da casa paulista dita tradicional, de raízes portuguesas e indígenas, o professor e arquiteto Carlos Lemos ⁵⁴ afirma que uma constante presente também na casa rural das regiões ainda em processo de desbravamento – sobretudo no sertão

⁵³ LEMOS, 1999, p. 255.

⁵⁴ Ibid., p. 29-31.

compreendido ao longo da Bacia do Rio Grande explorado pelos mineiros, no século XIX – foi a presença de alojamentos para hóspedes no corpo da morada principal, porém isolados das dependências familiares. Em seus estudos, Lemos⁵⁵ afirma que houve enormes semelhanças entre a arquitetura dita bandeirista⁵⁶ e a arquitetura tradicional mineira naquilo que dizia respeito ao esquema funcional da moradia, isto é, quanto aos critérios de circulação e de segregação de pessoas estranhas e à questão da hospitalidade que, nesse momento, representava uma obrigação social que garantia a sobrevivência das comunidades, já que havia enormes distâncias a percorrer entre as propriedades rurais e as vilas.

O isolamento familiar, relacionado diretamente à reclusão feminina, também determinou, segundo Lemos⁵⁷, a definição de uma área de receber pessoas estranhas, uma faixa de recepção responsável pela separação entre o público e o privado, destinada a facilitar a permanência de pessoas estranhas no exterior da residência e resguardar a intimidade da família, e que garantia, inclusive, o isolamento do quarto de hóspedes e da capela. Lemos⁵⁸ chama atenção também para o fato de essa faixa nunca ter sido exclusividade paulista, pois está presente em inúmeras propriedades rurais brasileiras, assumindo diferentes modelos, com a presença do corredor, do alpendre, pretório ou varanda⁵⁹. Na “casa bandeirista” de Luís

⁵⁵ LEMOS, 1999, p. 96.

⁵⁶ Segundo Carlos Lemos, teria sido Luís Saia o primeiro autor a usar a expressão “bandeirista” para designar a produção do mameluco de São Paulo em suas próprias terras, na Bacia do Rio Tietê, distinguindo-a, assim, de suas obras no sertão, onde buscava ouro e escravos, quando teria fundado arraiais e construído à sua moda. Dessa afirmação, poderíamos refletir sobre as diferenciações entre a casa bandeirista do Planalto de Piratininga e adjacências e as casas dos bandeirantes ou de tradição bandeirista construídas nas regiões percorridas por esses desbravadores. Ao longo do texto, perceberemos que Lemos considera a influência bandeirante apenas nas regiões paulistas açucareiras, como no dito “quadrilátero do açúcar”. O Nordeste paulista não teria sofrido influência dessa arquitetura dos bandeirantes, mas apenas mineira.

Ibid., p. 11, nota 1.

⁵⁷ Ibid., p. 96.

⁵⁸ Id.

⁵⁹ As nomenclaturas referentes a esses espaços diferenciados foram discutidas primordialmente por Carlos Lemos em *Casa Paulista e Cozinhas, Etc.* e devem ser consideradas em seus significados originais, do período colonial, e atuais, a saber: “corredor” é entendido originalmente como um espaço aberto reentrante situado entre as paredes mestras da construção, para o qual deitavam portas a sala central, o quarto de hóspedes e a capela. Atualmente, pode designar a passagem estreita e comprida situada entre compartimentos; “alpendre”: medida sombreadora das paredes externas da construção; alpendre domiciliar moderador de temperatura; “varanda” ou sala de jantar, localizada nos fundos da morada, local de intimidade da família, ou a grande sala central que, posteriormente tornou-se espaço aberto.

Ibid., p. 21-27.

Essas definições são mais bem esclarecidas no *Dicionário de Arquitetura*:

- “alpendre”: corresponde a todo teto suspenso por si só ou suportado por pilastras ou colunas, sobre portas ou vãos de acesso. A todo acesso abrigado corresponde um alpendre. Pode aquela peça formar saliência no frontispício da construção ou estar engastada entre as paredes da mesma, como espaço coberto reentrante. Hoje em dia, alpendre é sinônimo de área abrigada, de terraço coberto. Nos primeiros séculos no Brasil, os alpendres posteriores eram chamados de “corredores” e os dianteiros chamados de “pretórios” ou “passeios”. A palavra varanda é empregada comumente para designar grande alpendre, cujas funções sejam a de mera zona de estar familiar.

- “varanda”: locais de estar das residências. O alpendre grande e profundo, muito comum nas casas

Saia⁶⁰, por exemplo, essa faixa organiza-se entre as paredes mestras da construção, com um corredor central servindo de ligação entre o quarto de hóspedes e a capela. Esse corredor ou alpendre reentrante aparece não só em São Paulo, mas em Minas Gerais e Pernambuco, como afirma o professor Geraldo Gomes⁶¹, já que “[...] nos três casos, as varandas (entaladas) pernambucana, paulista e mineira participam da mesma tradição ibérica, e que dificilmente sofreram contaminação mútua em solo americano”⁶².

Especificamente sobre essas varandas entaladas entre as paredes mestras da construção, ou alpendres reentrantes, há dois exemplos clássicos que aparecem nos estudos de Lemos⁶³ e Cícero Cruz⁶⁴: a varanda da casa do Sítio do Padre Inácio, em Cotia, e a varanda da Fazenda Boa Esperança, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Foto 2 – Elevação frontal da “Casa do Sítio do Padre Inácio”, em Cotia, São Paulo. Monumento restaurado. *Fonte:* Foto de 1958 de autoria de Herman Graeser apud LEMOS, 1999, p. 52.

Desenho 2 – Planta do piso inferior da “Casa do Sítio do Padre Inácio”, em Cotia, São Paulo. Destaque para a varanda frontal e os cômodos laterais. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 52.

antigas, onde se tomavam as refeições e onde se passava o dia. Daí a sala de jantar comum ser chamada, no interior, de varanda.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C.. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: EDART, 1972.

⁶⁰ SAIA, *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁶¹ SILVA, Geraldo Gomes da. *Engenho e arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

p. 85.

⁶² CRUZ, 2008, p. 49.

⁶³ LEMOS, op. cit., p. 52.

⁶⁴ CRUZ, Cícero. *Fazendas do sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. 2008. 357 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008, p. 334.

Foto 3 – Elevação frontal da Fazenda Boa Esperança, região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Detalhe da varanda entalada ou alpendre reentrante. *Fonte:* CRUZ, 2008, p. 334.

Foto 4 – Vista da varanda da Fazenda Boa Esperança. *Fonte:* CRUZ, 2008, p. 334.

Sobre a organização da planta da casa rural mineira, ainda afirma Sylvio de Vasconcellos:

A varanda interessa a quase toda a fachada (da casa mineira) cuja composição se define no ritmo de seus apoios verticais repetidos. De um lado, rematando-a, fica um pequeno cômodo, a capela ou quarto de hóspedes, partido que, em planta, pode ajustar-se ao paulista ou evoluindo destes mas que igualmente participam da tradição portuguesa. Para os fundos aparece o puxado em L, e aí se instalam os serviços [...]. Os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada – uma da frente, outra de trás – com corredores de permeio facilitando o trânsito autônomo entre determinadas peças.⁶⁵

Segundo as afirmações de Vasconcellos⁶⁶, esse alpendre ou varanda – fronteiro, lateral ou traseiro – possuía, muitas vezes, capela numa lateral e o quarto de hóspedes do lado oposto, com o telhado em puxado. No entanto, nos vários exemplares arquitetônicos considerados por Daici Freitas⁶⁷, a partir dos estudos de Ivo Porto de Menezes⁶⁸ e do próprio Sylvio de Vasconcellos⁶⁹, bem como de relatos de viajantes como Saint-Hilaire⁷⁰ e John Mawe⁷¹, a autora conclui que esse elemento assume várias feições, inclusive restringindo-se ao patamar

⁶⁵ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Colonial Mineira*, Separata do 1º Seminário de Estudos Mineiros, UFMG, 1957, p. 13, 14 apud CRUZ, 2008, p. 43.

⁶⁶ Id.

⁶⁷ FREITAS, Daici Ceribeli Antunes de. *Arquitetura rural no nordeste paulista: influências mineiras, 1800 – 1874*. 1986. Dissertação (Mestrado) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, instituição complementar da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 43, 44.

⁶⁸ MENEZES, Ivo Porto de. *Arquitetura rural em Minas Gerais: século XVIII e início do XIX. 12 Barroco: Arquitetura Rural em Minas Gerais, século XVIII e inícios do XIX*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1983.

⁶⁹ VASCONCELLOS, op. cit.

⁷⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, apud FREITAS, 1986.

⁷¹ MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978, apud FREITAS, 1986.

da escada ou até deixando de existir. Da mesma forma, Cícero Cruz⁷² também destaca as diferenças entre a arquitetura rural da região central de Minas Gerais, em cujas casas aparece a varanda entalada, e aquela do Sul mineiro, na qual apenas aparece um pequeno telhado cobrindo a escada de acesso.

A respeito dessas afirmações sobre as varandas mineiras, é preciso considerar que os textos de Sylvio de Vasconcellos são pioneiros em relação aos estudos realizados sobre a arquitetura rural mineira e que este autor generaliza as informações, analisando essa arquitetura de forma única, sem considerar as diferenciações que poderiam existir entre as várias regiões daquela Província. Da mesma forma, Ivo Porto de Menezes afirma que “a sede é vasta residência, abrindo-se em varanda fronteira, geralmente de telhado puxado, com capela e quarto de hóspedes nas laterais”⁷³. Ao contrário, Daici Freitas apresenta em seu mestrado as peculiaridades de cada região, do Vale do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, resultando numa percepção diferenciada em relação às características da casa rural, especialmente sobre a presença ou não da varanda. Os estudos de Cícero Cruz a respeito das fazendas do extremo Sul mineiro, na divisa com São Paulo, também analisam os textos de Sylvio de Vasconcellos e desvendam as particularidades da arquitetura mineira própria de cada região.

Precisamos ainda considerar e ressaltar que nesse sertão da Bacia do Rio Grande foi a cultura mineira que prevaleceu, responsável pela caracterização de uma arquitetura peculiar desse Nordeste paulista, sem qualquer compromisso, segundo Lemos⁷⁴, com a tradição bandeirante referente às ocupações ao longo da Bacia do Tietê.

Mesmo que essas arquiteturas possuam pontos semelhantes, como a organização interna das plantas, com destaque para a grande sala central e para a presença do alpendre frontal ladeado por capela e quarto de hóspedes, relacionados à reclusão feminina, ao resguardo familiar e à hospitalidade, ou seja, critérios de segregação de pessoas estranhas e de circulação, os partidos arquitetônicos são completamente diferentes. A casa paulista do período bandeirante caracteriza-se por assentar-se sobre plataforma plana, ao rés do chão; na casa mineira, de forma geral, respeita-se a topografia do terreno, e o piso habitável está elevado do solo.

A arquitetura rural da Bacia do Tietê, até a introdução do complexo açucareiro, é considerada por Lemos⁷⁵ como evolução da casa do bandeirante, com referências isoladas da arquitetura mineira. Quanto à região Norte de Campinas, especialmente no Sertão do Rio Pardo, a

⁷² CRUZ, 2008, p. 47.

⁷³ MENEZES, Ivo Porto de. *Fazendas mineiras: documentário arquitetônico n.º 6*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1969.

⁷⁴ LEMOS, 1999, p. 96.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 72.

arquitetura residencial rural mineira teria tido influência indiscutível. Esses pontos congruentes entre as duas tradições devem ser relacionados às raízes portuguesas, mas, conforme mencionamos, os partidos arquitetônicos são bastante distintos, fruto de implantações e técnicas particulares. As origens portuguesas da arquitetura bandeirante, no entanto, são mais antigas e datam do primeiro século de ocupação do Brasil. Quanto às raízes portuguesas⁷⁶ da arquitetura mineira introduzida nesse Nordeste paulista, pertencem a períodos posteriores, do século XVIII, período em que, em Portugal, foi desenvolvido e aprimorado por técnicos especialistas o sistema estrutural conhecido como “gaiola”, em função da catástrofe ocorrida em Lisboa, em decorrência dos terremotos que destruíram a cidade em 1755. Segundo Lemos⁷⁷, em tese, o grande mérito desse novo sistema construtivo refere-se à estrutura de madeira apta a sustentar os soalhos dos sobrados e os frechais dos telhados independentemente das alvenarias envoltórias. Assim, afirma-se que foi no início do século XIX que ocorreu a introdução, na Província de São Paulo, da técnica aperfeiçoada, chamada por Lemos de “erudita”⁷⁸, da taipa de mão, com a estrutura autônoma de madeira e a implantação respeitando as inclinações do terreno natural, a partir de uma racionalização do uso e corte da madeira com equipamentos apropriados. Essa seria uma diferença entre a taipa de sebe presente em Minas Gerais desde os primórdios da ocupação do seu território, em fins do século XVII, e a presente no Sertão do Rio Pardo, na primeira metade do XIX. A primeira, mais primitiva, sem a mesma racionalização produtiva já encontrada nas terras paulistas. É preciso deixar claro, entretanto, que a “gaiola”, desenvolvida a partir dos aprimoramentos técnicos pós-1755, já era uma constante nas construções que ocupavam os terrenos montanhosos de Minas Gerais desde 1730, período em que esta província passa por uma rápida urbanização e recebe muitos artesãos reinóis⁷⁹; técnica introduzida, portanto, por portugueses no território mineiro, como técnica construtiva tradicional daquele país e que teria sido aprimorada ao longo dos anos.

Cícero Cruz⁸⁰ também aponta as diferenças entre a arquitetura mineira até a primeira metade do século XVIII e aquela posterior à segunda metade, especialmente da região Sul, com destaque para o sentido evolutivo decorrente do terremoto de Lisboa e as definições de “pé-

⁷⁶ Os portugueses que povoaram Minas Gerais no século XVIII eram provenientes, em sua maioria, do Arcebispado de Braga, dos Bispados do Porto, de Coimbra e de Lamego, do Arcebispado de Lisboa e dos Bispados de Angra ou Açores e Évora. CARRATO, José Ferreira. *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais; notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo: Ed. Nacional, 1986, p. 03 apud FREITAS, 1986, p. 12.

⁷⁷ LEMOS, 1999, p. 125.

⁷⁸ Ibid., p. 126.

⁷⁹ FREITAS, op. cit., p. 13.

⁸⁰ CRUZ, 2008.

direito” e “esteio”, baseado na observação do corpus de sua pesquisa de mestrado e segundo entrevista concedida por Ivo Porto de Menezes⁸¹. Segundo os apontamentos desses autores, nas Minas Gerais setecentistas, “ergue-se a construção sobre esteios de madeira (e) [...] a parte baixa da construção não se fecha por paredes, quando muito, com balaústres de seção quadrada [...]”⁸², cujo esteio vai até o chão, onde é enterrado, constituindo uma estrutura conhecida como nabo; enquanto no século XIX, o esteio para no baldrame, mantendo-se afastada da umidade do solo. A estrutura autônoma de madeira é a mesma, mas, em cada caso, a peça de madeira cuja função é suportar as cargas verticais recebe uma denominação específica. Quando esta peça estrutural vertical estende-se do frechal ao chão, enterrada, recebe a denominação de “esteio”; no encontro com o baldrame, chama-se “pé-direito”⁸³. Essa diferenciação aparece exemplificada nas edificações rurais do Sul de Minas Gerais, nas quais a estrutura autônoma de madeira assenta-se diretamente sobre muros ou alicerces de pedra, e o porão, a parte baixa da construção, é fechado por paredes, ora de pedras, funcionando como o próprio alicerce, ora de pau a pique, apenas como vedação, e sempre aparecem aberturas⁸⁴.

Assim, a partir da observação de cem exemplares de casas sedes de fazendas do Sul de Minas Gerais, bem como de outras regiões daquele Estado, construídas no século XVIII e XIX, Cícero Cruz chega à conclusão de que:

Todas as fazendas mineiras utilizam-se da mesma técnica construtiva, a estrutura autônoma de madeira, mas com o passar dos anos parece ter havido um apuro técnico e as casas do século XIX possuem a estrutura um pouco diferente de suas antepassadas do século XVIII. Nas fazendas do século XVIII, o esteio vai até o chão onde é enterrado; no século XIX, esta peça para no baldrame, mantendo-se afastada da umidade do solo⁸⁵.

Se considerarmos outras particularidades mineiras destacadas por Cícero Cruz⁸⁶, é possível diferenciar as principais características da arquitetura da região central e do Sul de Minas Gerais. Assim, no Vale do Rio das Mortes, as casas sedes das fazendas do século XVIII caracterizam-se principalmente pela presença do esteio enterrado no solo, com presença do nabo, os barrotes do assoalho aparecendo na fachada e apoiados sobre o baldrame, vergas em arco, e o porão com vãos abertos ou com gradeado de madeira. Nas casas sedes das fazendas

⁸¹ Entrevista de Ivo Porto de Menezes concedida a Cícero Cruz em 1999. CRUZ, 2008, p. 50.

⁸² VASCONCELLOS, 1957, p. 13, 14 apud CRUZ, 2008, p. 43.

⁸³ CRUZ, op. cit., p. 49, 50.

⁸⁴ Ibid., p. 44.

⁸⁵ Ibid., p. 49.

⁸⁶ Ibid., p. 50-57.

do século XIX, da região do Rio das Mortes, o esteio da estrutura para no baldrame, aparecendo os alicerces de pedra ou o porão vedado com pau a pique; os barrotes encaixam-se no baldrame; há um retorno do uso da verga reta, e a planta apresenta-se em “L”.

Foto 5 – Fazenda Jaborandi, Altinópolis, São Paulo. Exemplo de estrutura de madeira com esteio enterrado no chão. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 100.

Foto 6 – Fazenda Ribeirão Fundo, São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais. Exemplo de estrutura de madeira com esteio enterrado no chão. *Fonte:* foto de Áurea Pereira da Silva apud LEMOS, 1999, p. 103.

Foto 7 – Fazenda Cunhal, Água Limpa, MG. Neste caso, o esteio da estrutura de madeira apóia-se no baldrame e este assenta-se sobre o alicerce de pedra. *Fonte:* CRUZ, 2008, p. 68.

Sobre as primitivas fazendas dos pioneiros mineiros chegados ao Nordeste paulista em inícios do século XIX, originários do Vale do Rio das Mortes e do Rio das Velhas, Lemos⁸⁷ afirma que delas existem apenas vagas notícias. Um registro dessas fazendas primitivas aparece no desenho de Visconde de Taunay sobre a Fazenda Alegria⁸⁸. Nessa imagem, podemos observar a presença, na construção referente à casa sede, das principais características da arquitetura rural mineira e da implantação do conjunto: a casa elevada do solo, provavelmente com planta quadrada, com presença do porão que aparece fechado e acessado por portas; a estrutura de madeira aparente; o telhado de quatro águas; a escada de acesso ao pavimento superior; o cercamento do terreiro com paliçadas de madeira e o portão de entrada. Um ponto interessante é que não aparece o alpendre, mas a escada lateral dá acesso diretamente à porta de entrada.

Desenho 3 - Fazenda Alegria do Capitão Diogo Garcia da Cruz, nas proximidades do Rio Pardo, entre Cajuru e Mococa, por volta de 1821. *Fonte:* desenho de Visconde de Taunay apud LEMOS, 1999, p. 98.

⁸⁷ LEMOS, 1999, p. 98.

⁸⁸ Id.

Foto 8 – Fazenda Cachoeira, Casa Branca, SP. A casa sede e as construções voltadas para a pecuária. Fonte: foto de MPHR.

Um exemplar remanescente desse período, no entanto, faz parte do corpus desta pesquisa de mestrado: a Fazenda

Cachoeira da família Villela de Andrade, com casa sede anterior a 1859, provavelmente da década de 1830 ou 1840, como demonstram os relatos orais e a documentação pesquisada. Nessa fazenda de Casa Branca, encontram-se em bom estado de conservação não só a casa sede, mas outras construções relacionadas aos primórdios da atividade produtiva desta fazenda pecuarista, como o curral, chiqueiro, estrebaria, estábulo, bebedouro, bezerreiro, cocheira, açudes e canais condutores de água. Outras fazendas, comprovadamente de proprietários originais mineiros, também são expostas na dissertação de Daici Freitas⁸⁹, como a Fazenda Itatinga⁹⁰, em Batatais, que, no momento do levantamento de campo, na década de 1980, possuía, além da casa sede, os currais, o paiol, ruínas da senzala, terreiro de café, uma grande cruz de madeira, o rego e a bica d'água; e a Fazenda Boa Vista⁹¹, no mesmo município, com casa sede, monjolo, paiol e terreiro de café.

São esses remanescentes construtivos, documentos históricos, que permitiram o reconhecimento de tipologias – modelos arquitetônicos para o estudo das influências sobre a produção de residências no sertão paulista. Da mesma forma, o estudo de novos exemplares pode também contribuir para a historiografia.

Assim, diante do grande acervo de construções visitadas por Carlos Lemos, o autor⁹² faz afirmações que podem e devem ser complementadas a partir de novos estudos, análises e comparações. Em *Casa Paulista*⁹³, conclui-se que, nesta vasta área da Bacia do Rio Grande, não houve uma constância nos planejamentos – as plantas assumiam as mais variadas disposições, contanto que sempre ficasse assegurada aquela separação de circulações, a íntima e a de cerimônia. Constante teria sido a opção: casa elevada do chão numa de suas extremidades, porão alto, estrutura autônoma de madeira e vãos estruturais preenchidos com

⁸⁹ FREITAS, 1986.

⁹⁰ Ibid., p.103.

⁹¹ Ibid., p. 139.

⁹² LEMOS, 1999, p. 98.

⁹³ Id.

adobes ou pau a pique; nos embasamentos, muros de pedra; quase todas, principalmente as mais velhas, providas de “varandas alpendradas” sob telhado de prolongo, varandas para recepção e às vezes servindo de nave para capela. Benincasa⁹⁴ ainda afirma que uma característica marcante da casa rural mineira, além do alpendre reentrante, é a escada saliente. A partir dessas afirmações e considerando os estudos de Daici Freitas⁹⁵, podemos aproximar-nos mais das casas rurais mineiras, em relação às características predominantes do seu programa de necessidades.

Sobre a casa rural mineira do século XVIII, da região aurífera do Rio das Velhas, de Vila Rica, modelo de análise para as casas sedes do início do século XIX desse Nordeste paulista, predomina a casa elevada do chão, com porão e varanda; nela, o pavimento de moradia encontra-se no nível superior e, sob ele, o porão, ocupando todo o espaço inferior ou somente parte dele. O porão, constituído a partir das características da implantação da casa no terreno, à meia encosta e respeitando a sua declividade natural, assumia a função de alojamento para agregados ou depósito de gêneros. Podia ser aberto completamente ou vedado com ripas de madeira⁹⁶.

A cozinha, parte principal da zona de serviços, localizava-se, geralmente, num dos puxados construídos para aumentar a casa. A planta quadrada predominava no corpo principal em 40% dos exemplares considerados por pesquisa de Ivo Porto de Menezes⁹⁷; os puxados eram acrescentados nessa estrutura. O forro era elaborado com madeira em tabuado corrido ou com esteiras de taquara⁹⁸. Nessas residências, predominaram as estruturas autônomas de madeira e o uso da terra, pau a pique pura ou combinada com construções de pedra, com o uso mais frequente da pedra no andar inferior.

Segundo Daici Freitas, nessa região de Ouro Preto, “a casa de fazenda do fim do século XVIII com varanda, piso térreo para serviço e piso superior para moradia da família começou a desaparecer no começo do século XIX, quando da introdução na zona rural do modelo do sobrado urbano”⁹⁹, tipologia que pode ser observada na primeira casa sede da Fazenda Prudente do Morro que, segundo relatos orais, teria sido transplantada para a cidade,

⁹⁴ BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos Campos de Araraquara, 1830 – 1930*. São Carlos: Imprensa Oficial, EduFSCAR, 2003, p. 93.

⁹⁵ FREITAS, 1986.

⁹⁶ Ibid., p. 32-43. Apesar dessas considerações apresentadas por Daici Freitas, dentro das referências bibliográficas utilizadas nesta pesquisa de mestrado não foi encontrado nenhum exemplar arquitetônico com o porão vedado com ripas de madeira ou completamente aberto.

⁹⁷ MENEZES, Ivo Porto de. *Arquitetura rural em Minas Gerais: século XVIII e início do XIX. 12 Barroco: Arquitetura Rural em Minas Gerais, século XVIII e inícios do XIX*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1983 apud FREITAS, 1986, p. 46.

⁹⁸ FREITAS, op. cit. , p. 47.

⁹⁹ Ibid., p. 49.

mantendo as mesmas características rurais, localizada hoje no entorno da Igreja Matriz de Casa Branca. Seguindo o modelo urbano, de acordo com Freitas, a parte térrea do sobrado recebia tratamento com portas e janelas, ao invés de ser aberto ou vedado com ripas de madeira, e na parte superior surgiu a sacada com peitoril de ferro, desaparecendo os beirais com cachorrada, escondidos pelas cimalhas¹⁰⁰.

Foto 10 – Fazenda Rio de São João, MG. Tipologia do sobrado total. *Fonte:* MENEZES, 1969.

Foto 9 – Casa urbana que teria sido construída segundo modelo da primeira casa sede da Fazenda Prudente do Morro. Tipologia do sobrado total. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

No entanto, é preciso ter cautela ao assumir essa afirmativa como verdadeira e questionar até que ponto o modelo da casa rural com porão teria realmente desaparecido ou se apenas teria surgido uma nova tipologia, com influências da arquitetura urbana ou como aprimoramento da casa rural adaptada à topografia acidentada de Minas Gerais, com introdução das portas e janelas no porão.

Enquanto na região do Rio das Velhas o porão era predominantemente vazado ou apenas vedado com ripas de madeira, no Sul mineiro e no Nordeste paulista já se encontravam exemplares com esse porão fechado em alvenaria, pedra ou pau a pique, com portas e janelas que permitem o acesso e a utilização desses espaços como depósitos e áreas de serviços, como na Fazenda Cachoeira. Surge, então, uma questão bastante interessante para discussão: é possível diferenciar o partido arquitetônico mineiro, que influenciou essa arquitetura paulista, dos sobrados ou das casas urbanas de porão alto do século XIX? Estaríamos diante de uma arquitetura de origens mineiras com influências da arquitetura urbana?

No meio urbano, a partir de reflexões sobre os apontamentos de Reis Filho¹⁰¹, podemos afirmar que por todo o período colonial existiram tanto a casa térrea construída ao rés do chão

¹⁰⁰ FREITAS, 1986, p. 49.

¹⁰¹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

quanto o sobrado, com o piso inferior utilizado para serviços e comércio e o piso superior para moradia. A casa urbana de porão alto surge apenas na primeira metade do século XIX de uso estritamente residencial vinculada aos aprimoramentos técnicos e à necessidade de ventilação dos assoalhos de madeira, e não como uma adaptação à topografia acidentada, como ocorria no meio rural. É preciso considerar ainda que “muitas das inovações surgidas nas casas urbanas foram também utilizadas nas residências rurais. Os porões reduzem-se a alturas suficientes para evitar a umidade [...]”¹⁰².

Fotos 11 e 12 – Fazenda Cachoeira, Casa Branca. Casa elevada do solo sobre terreno em desnível, cujo porão apresenta por portas e janelas. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 13 – Fazenda São Francisco, Uberlândia, MG. A casa apresenta-se assentada sobre suave desnível e o porão possui portas e janelas que caracterizam o seu uso como depósito. A estrutura autônoma de madeira apresenta seus esteios enterrados no chão. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 105.

¹⁰² BENINCASA, 2003, p. 113.

Desenho 4 – O sobrado urbano do período colonial. O primeiro piso era ocupado por lojas e armazéns enquanto a família habitava o piso superior. *Fonte:* REIS FILHO, 1970, p. 29.

Desenho 5 - Evolução da casa urbana no século XVIII e primeira metade do XIX. Desenhos esquemáticos. *Fonte:* REIS FILHO, 1970, p. 41.

Foto 14 – Fazenda Barra do Peixe, Município de Além Paraíba, Zona da Mata, MG. Modelo de sobrado total. *Fonte:* CRUZ, 2008, p. 345.

Na verdade, para que essa questão pudesse ser mais bem esclarecida, seria preciso confirmar se a vedação do porão presente na Cachoeira é original de sua construção ou se se trata de modificação posterior. Tal característica pode ser conferida nos exemplares do Sul de Minas Gerais, mais próximos à divisa com São Paulo e estudados por Cícero Cruz¹⁰³. É preciso considerar também que em Minas Gerais e em São Paulo existiram não só as casas rurais com porão vedado com pedra ou pau a pique e com portas e janelas, mas também alguns sobrados “ortodoxos” com térreo e o pavimento elevado, assentados no terreno em nível, assumindo a forma de um grande paralelepípedo¹⁰⁴. “Foram poucos, talvez meia dúzia, e seu programa era incomum: no térreo, atividades de serviço e, em cima, a moradia isolada”¹⁰⁵. Sobre esse “sobrado total”, Lemos ainda afirma que:

Para essa novidade em região tão apegada à tradição não encontramos uma explicação plausível, daí responsabilizarmos a presença mineira como, pelo menos, catalisadora da idéia de que, quem sabe, transportar a imponência e tudo o que ela representava do sobrado urbano para a roça longínqua do sertão de Itu¹⁰⁶.

Os espaços religiosos também eram importantes no meio rural mineiro. Nas fazendas do início do XVIII, a capela ficava frequentemente numa das extremidades do alpendre fronteiro, com uma das portas para este recinto e outra para a parte interna da casa. Pela abertura da varanda, assistiam ao ofício religioso os estranhos; pela parte interna, as mulheres. Comparadas ao restante do edifício, muito simples, essas capelas recebiam um tratamento mais requintado, com pinturas nas paredes e forros e entalhes nos altares. Em algumas fazendas, no entanto, as capelas internas foram substituídas pelas externas; onde não existiam, havia sempre um cômodo voltado para a oração, chamado “quarto dos santos”, ou a presença do cruzeiro em frente da casa¹⁰⁷, como aparece na Fazenda Cachoeira e na Prudente do Morro.

¹⁰³ CRUZ, 2008.

¹⁰⁴ LEMOS, 1999, p. 84.

¹⁰⁵ Id.

¹⁰⁶ Id.

¹⁰⁷ FREITAS, 1986, p. 50-53.

Desenho 6 – Planta da casa sede da Fazenda Boa Esperança, Município de Belo Vale, região Metropolitana de Belo Horizonte, MG. Em azul é destacada a capela ricamente decorada, localizada numa das extremidades do alpendre frontal. *Fonte:* MENEZES, 1969.

Especificamente sobre a arquitetura da região do Rio Grande, na Comarca do Rio das Mortes, cuja sede é São João Del Rei, de onde veio a maioria dos mineiros que povoaram o Sul de Minas Gerais e o Nordeste paulista, Daici Freitas¹⁰⁸ afirma que o conjunto arquitetônico caracteriza-se por ser bem mais modesto do que a arquitetura das regiões auríferas, acima referidas. Nessa região, era significativa a presença da casa sede construída ao rés do chão, sem varanda, de pau a pique, coberta de telhas, tendo a sala como peça principal.

Assim, com base nos apontamentos de Freitas¹⁰⁹, podemos concluir que a casa rural mineira do século XVIII, da região de Ouro Preto, apresenta como característica predominante a sua implantação respeitando a topografia do terreno, assentada à meia encosta, o que determina a sua configuração como uma edificação de dois níveis: o porão e o pavimento superior. A técnica construtiva mais frequente é a estrutura autônoma de madeira associada ao pau a pique e ao uso da pedra, normalmente usada no piso inferior. Uma peculiaridade da região de São João Del Rei é a presença de casas térreas de planta quadrada, cuja sala central é o elemento em destaque e na qual se adentra diretamente, sem a presença da varanda como ambiente intermediário.

A respeito das casas sedes das fazendas do Sul de Minas Gerais, retomando a pesquisa de Cícero Cruz¹¹⁰, constituem elas uma família tipológica cujas principais características são: apuro técnico da estrutura de madeira da casa, apoiada sobre alicerces de pedra e com vãos

¹⁰⁸ FREITAS, 1986, p. 54.

¹⁰⁹ Id.

¹¹⁰ CRUZ, 2008.

fechados com pau a pique, como vedação; plantas mais regulares, com o desenho em “L” separando as zonas de convivência no interior da casa; telhados sem prolongos que cubram varandas¹¹¹. Como não há varandas, as capelas e os quartos de hóspedes encontram-se no interior da residência, na qual as duas salas sempre estão presentes, cada uma com seus cômodos orbitais¹¹².

A partir dos exemplares pesquisados por Daici Freitas¹¹³, a autora conclui que a casa do Nordeste paulista da primeira metade do século XIX possui um sincretismo entre as características arquitetônicas da região do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, como uma adaptação às condições geográficas locais. Assim, a fachada principal da casa sede paulista é simples e baixa como as residências rurais da região de São João Del Rei, mas, pelas laterais e fundos, assemelha-se principalmente à região de Ouro Preto, por ser elevada do solo e constituir porão, mesmo que com altura mais baixa devido ao declive discreto dos terrenos paulistas. Podemos também acrescentar a informação a respeito do aprimoramento da técnica da estrutura autônoma de madeira pelos pesquisadores portugueses na segunda metade do século XVIII, em função do terremoto ocorrido em Lisboa em 1755, cujos conhecimentos foram aprimorados e puderam garantir uma maior qualidade da edificação.

De fato, esse partido arquitetônico apresentado por Freitas¹¹⁴ como resultado do sincretismo entre a arquitetura da região de Ouro Preto e de São João Del Rei pode ser claramente observado na casa sede da Fazenda Cachoeira, com sua elevação frontal térrea e o porão na elevação posterior, e pode ser interpretado como resultado dos primeiros anos do povoamento desse Município de Casa Branca, cujos imigrantes foram predominantemente mineiros. Esse partido arquitetônico, relacionado diretamente com as fazendas de gado de mineiros nesse sertão paulista, foi, no entanto, aos poucos sendo transformado e substituído por uma nova arquitetura associada a uma outra atividade agrária, a cafeicultura.

Os exemplares de residências aqui pesquisadas compõem esse cenário de transformações estéticas, funcionais e técnicas, mesmo que de forma sutil. Para a compreensão dessas transformações, deve-se considerar que o auge da produção cafeeira nesse Nordeste paulista firmou-se com a chegada da estrada de ferro, em 1878. Por esse tempo, chegava a São Paulo o ecletismo, antecedido por novos equipamentos da habitação proporcionados pelo progresso advindo da Revolução Industrial, que introduziram outros níveis de conforto da vida

¹¹¹ CRUZ, 2008, p. 51.

¹¹² Ibid., p. 44.

¹¹³ FREITAS, 1986, p. 168.

¹¹⁴ Id.

íntima¹¹⁵. Essas mudanças são claras se considerarmos o período dos arroubos ecléticos no meio urbano, com uma nova arquitetura estética, funcional e técnica, mas no meio rural, nesse período relacionado à segunda metade do século XIX, as mudanças podem ser consideradas sutis, relacionadas a elementos decorativos presentes nas fachadas das edificações como pilastras, cimalkas, arquivadas e tímpanos com inspiração na arquitetura clássica, como afirma Benincasa¹¹⁶, mesmo que muitos estudos tenham revelado terem sido os fazendeiros de café os responsáveis pela implementação e concretização de novas ideias importadas da Europa, além de Portugal, tanto no meio urbano como no rural.

Ao considerar as casas do Vale do Paraíba, relacionadas ao início da era cafeeira, referente à primeira metade do século XIX, Lemos afirma que, com a chegada do café, essas habitações paulistas teriam se modernizado lentamente, de dentro para fora, pois a inércia da tradição teria feito que, por muito tempo, mesmo com o tijolo, se construísse copiando a estética e a volumetria das técnicas construtivas tradicionais, como a taipa de pilão ou o pau a pique¹¹⁷. No entanto, segundo Reis Filho, essas transformações internas foram decorativas – com uso de muitos móveis, cortinas, papéis de parede e pinturas parietais – pois a distribuição dos espaços correspondia ainda aos modelos da arquitetura colonial¹¹⁸. Dessa forma, só o ecletismo teria sido efetivamente capaz de romper a tradição, a ponto de introduzir uma nova arquitetura e novos modos de morar, o que não havia conseguido o tímido neoclássico trazido pela Missão Francesa, responsável apenas por alguns elementos de composição e decoração¹¹⁹, apesar da proposta de uma estética funcional.

No Nordeste paulista, como será visto posteriormente, apesar da tentativa de diferenciar os elementos arquitetônicos de inspiração neoclássica daqueles introduzidos no período conhecido como eclético, colocar-se-á em discussão, nos exemplares casa-branquenses, se essas características aparecem isoladas ou se elas se confundem e se mesclam, aparecendo primeiramente nas edificações associadas à produção cafeeira e, posteriormente, nas casas sedes, como elementos de decoração e/ou alterando a configuração das plantas. Outro ponto de discussão será a respeito da veracidade da existência dessas novas influências estetizantes, vinculadas ao neoclassicismo e ao ecletismo, ou se teria ocorrido apenas a permanência e aprimoramento das características arquitetônicas portuguesas, que também se baseavam na arquitetura clássica. Sob esse ponto de vista, afirma Cícero Cruz:

¹¹⁵ Destacam-se os elementos de iluminação artificial a gás, que propiciaram novos horários e hábitos domésticos, e instalações sanitárias. LEMOS, 1999, p. 133, 252.

¹¹⁶ BENINCASA, 2003, p. 264.

¹¹⁷ LEMOS, op. cit., p. 134.

¹¹⁸ REIS FILHO, 1970, p. 126.

¹¹⁹ LEMOS, op. cit., p. 134.

Acreditamos que essa filiação de nossa arquitetura ao clássico esteja mais ligada à tradição portuguesa, dos solares rurais aos palacetes urbanos, oficiais ou particulares, do que ao neoclassicismo, desenvolvido no Brasil a partir da chegada da Família Real. Não devemos confiar toda a responsabilidade do gosto pelo clássico no Brasil à Missão Francesa. Isso poderia ser um reducionismo que mascara uma longa tradição da arquitetura portuguesa, na qual a dialética tradição/ ruptura esteve presente na absorção dos modelos eruditos internacionais e em sua incorporação à arquitetura local. É claro que algumas fazendas, ao longo do XIX, vão ser influenciadas pela Corte, mesmo porque a ligação entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro era muito estreita nessa época. Porém, muitas fazendas mineiras do século XVIII já apresentam tais características clássicas, portanto, antes da Corte chegar ao Brasil¹²⁰. [...] Nesta configuração, a casa rural empresta dos palacetes urbanos e dos solares portugueses (origem da maioria dos imigrantes) sua volumetria e certo gosto erudito, em que preceitos clássicos passam a ser observados como a simetria, harmonia, proporções, ritmo das aberturas nas fachadas. Além desses preceitos estéticos, a arquitetura tradicional (mineira) importa da arquitetura clássica elementos isolados do seu repertório como cornijas, capitéis, pestanas e cimalhas¹²¹. [...] Acreditamos que haja muito mais similaridades entre a estética das fazendas (mineiras) e a estética da arquitetura civil portuguesa de tradição chã ou mesmo Pombalina (que não deixa de ser chã), ou ainda dos edifícios oficiais no Brasil projetados pelos engenheiros militares, do que com o neoclássico trazido pela Corte¹²².

Na arquitetura rural paulista, na Bacia do Rio Grande, as inovações associadas ao neoclássico teriam se manifestado, por exemplo, na substituição das rótulas das janelas pela guilhotina envidraçada ou o uso de platibandas ornamentadas para esconder o telhado colonial e portas e janelas da fachada principal com bandeiras em arco pleno, em substituição ao arco abatido¹²³. Em muitos casos, no entanto, como afirma Reis Filho¹²⁴, as vergas eram retilíneas, arrematadas por uma cimalha saliente ou por um pequeno frontão. Era comum também transformar em arco pleno apenas a porta principal, de modo a destacá-la do conjunto. Igualmente frequente eram as bandeiras que, no lugar dos vidros, tivessem grades de ferro forjado, com desenhos e a data da construção na parte central.

¹²⁰ CRUZ, 2008, p. 108, 109.

¹²¹ Ibid., p. 108.

¹²² CRUZ, op. cit., p. 109.

¹²³ BENINCASA, 2003, p. 103 – 108.

¹²⁴ REIS FILHO, op. cit., p. 124, 126.

Foto 15 – Detalhe da elevação frontal da casa sede da Fazenda Brejão. Destaque para as janelas com folhas internas envidraçadas e venezianas externas, com bandeira em arco e cimalha saliente. Na escadaria de acesso, gradis de ferro e no alpendre, guarda corpo de madeira.

Fonte: foto de autoria de MPHR.

Uma inovação tipológica bastante importante foi o aparecimento das casas térreas com porão no meio urbano¹²⁵, tipologia que pode ser observada na casa sede da Fazenda Aurora, cujos elementos decorativos de vergas também estão presentes na fachada principal, assim como lambrequins no alpendre, uma característica já do ecletismo. Diante desse exemplar arquitetônico, pode-se questionar se realmente existiu o neoclássico no meio rural do sertão paulista ou se esses exemplares se referem a um ecletismo incipiente.

Foto 16 – Residência com porão alto e platibanda localizada na Praça Barão de Moji Guaçu, no entorno da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores de Casa Branca. Construção da década de 1880. *Fonte:* foto de MPHR.

¹²⁵ REIS FILHO, 1970., p. 127.

Foto 17 – Detalhe da casa de porão alto da Fazenda Aurora, Casa Branca. O ritmo das aberturas é marcado por cimalkas salientes e o telhado é arrematado por lambrequins.
Fonte: foto de autoria de MPHR.

De fato, as inovações introduzidas pelo neoclássico foram mais presentes na arquitetura das regiões mais próximas ao Rio de Janeiro, diretamente influenciadas pela vida da Corte, como o Vale do Paraíba, tanto no meio urbano como no rural. No Sertão do Rio Pardo, de acordo com Benincasa¹²⁶, as características neoclássicas teriam ficado restritas aos acabamentos de fachada, através de arranjos de composição, ornamentação e simetria, com destaque para o uso de bandeiras em arco pleno e frisos e pilastras de inspiração greco-romana. Até mesmo as platibandas teriam sido pouco utilizadas devido à dificuldade de manutenção da calha. Assim, quanto maior a distância do Rio de Janeiro, menor a influência cultural da Corte e mais tênue o chamado estilo neoclássico, fato que o autor pôde observar em seus estudos sobre a região Central e o Nordeste paulista, onde elementos do neoclássico foram utilizados porém nunca de maneira formal, a partir de uma simplificação e regionalização dessa estética sugerida como o primeiro “estilo” internacional¹²⁷. Da mesma forma que afirma Lemos¹²⁸ acima, Benincasa¹²⁹ também conclui que foi no interior dessas residências rurais que a arquitetura mais se aproximou dos salões da Corte, fato alterado com a chegada da estrada de ferro a esses longínquos sertões, quando o dinheiro dos cafezais fez subir de Santos inúmeros produtos industrializados da Europa e Estados Unidos, e, conseqüentemente, elevou também os novos padrões arquitetônicos das residências urbanas, uma nova maneira de construir.

¹²⁶ BENINCASA, 2003., p. 108.

¹²⁷ Ibid., p. 103.

¹²⁸ Ver p. 51.

¹²⁹ BENINCASA, p. 105.

Assim, “o ecletismo – propondo uma conciliação entre os estilos, foi um veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas de importância”¹³⁰.

A data de 1878, portanto, pode ser considerada como um divisor de águas. No período anterior à chegada da Mojiana a essas terras paulistas, a arquitetura rural desse sertão poderia ser associada à arquitetura rural mineira e a elementos de inspiração clássica, com o uso de bandeiras em arco pleno e frisos e pilastras. No período posterior, prevaleceria o ecletismo, embora ainda incipiente, associado ao período cafeeiro. “Entre nós, paulistas, o ecletismo foi entendido, isso não poderia deixar de ser, como uma manifestação civilizada adotada graças ao café, cujo dinheiro aos poucos foi mostrando à classe alta as novidades próprias dos povos cultos”¹³¹.

Outro ponto interessante para reflexão refere-se à afirmação de Reis Filho¹³² a respeito da perda progressiva de importância das casas rurais, em decorrência da transferência das residências permanentes dos proprietários rurais para os centros urbanos. Com isso, segundo o autor, em fins do século XIX, quando o destaque é dado ao ecletismo, já eram comuns as residências rurais que apresentavam todas as características de uma arquitetura urbana, tanto em sentido plástico como funcional. A morada da Fazenda Aurora realmente apresenta-se como uma casa urbana, inclusive sem o alpendre que parece ser de período posterior, e localizada distante do terreiro e dos outros equipamentos de beneficiamento do café, ao contrário dos padrões de implantação das casas sedes cafeeiras, com suas varandas dando vistas para os ambientes de trabalho.

Nos centros urbanos, “mesmo atendendo superficialmente aos cânones acadêmicos, o tratamento arquitetônico era variado. As paredes eram recobertas por decorações de massa, inspiradas no barroco francês e italiano, cuja superficialidade revelava a licença formal do ecletismo”¹³³. Na Fazenda Aurora também aparecem essas caracterizações nos arremates de janelas da fachada principal, bem como na Fazenda Brejão.

Em relação à técnica, diante das inovações sugeridas pelo ecletismo, paulatinamente, a alvenaria de tijolo e cal é introduzida no meio rural, a princípio nas reformas dos prédios, construção das tulhas e o uso do tijolo como revestimento dos terreiros de café. Também

¹³⁰ REIS FILHO, 1970, p. 169.

¹³¹ LEMOS, 1999, p. 251.

¹³² Ibid., p. 152.

¹³³ REIS FILHO, op. cit., p. 178.

passaram a ser utilizados novos materiais de construção, como mármore, pinhos de riga, pedras de cantaria, gesso, cal, telhas francesas, ripas, cimento, etc.¹³⁴

Outra consequência dessas transformações é o aparecimento do chalé¹³⁵, um modelo europeu de residências rurais presente na casa sede da Fazenda Santa Veridiana na configuração de um sobrado. O uso dos dois pavimentos do sobrado invadindo o espaço térreo destinado aos armazéns passou a ser índice de riqueza¹³⁶. Os chalés pretendiam adotar as características das residências rurais, construídas em madeira, de algumas regiões europeias, especialmente na Suíça, solução considerada romântica¹³⁷. O uso da madeira aparece nos pisos, forros, portas, janelas e nos arremates dos telhados e alpendres, decorados com rendilhados de madeira recortada, os lambrequins. Essas casas apresentavam a particularidade do telhado de duas águas com grande inclinação, cujas empenas eram direcionadas para a frente e para os fundos da construção. No Brasil, utilizaram-se normalmente paredes estruturais de tijolos aparentes no lugar da esperada madeira nas paredes.

Figura 18 – A casa sede da Fazenda Santa Veridiana, Casa Branca. Referência aos chalés europeus. Empenas voltadas para a fachada principal e uso de madeira no alpendre, com destaque para os lambrequins. *Fonte:* Foto de autoria de MPHR.

As residências construídas a partir da segunda metade do século XIX ou apresentavam tijolos aparentes ou tinham as paredes revestidas com massa, seguindo motivos de caráter decorativo; nos interiores, as áreas sociais podiam ser revestidas com papel de parede; nas áreas molhadas, passou-se a usar o azulejo. O piso de assoalho continuou presente nas casas sedes, agora em tábuas mais estreitas, mas havia também a possibilidade do *parquet*,

¹³⁴ HOMEM, Maria Cecília N. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira, 1867 – 1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 57.

¹³⁵ REIS FILHO, 1970, p. 158.

¹³⁶ HOMEM, op. cit., p. 57.

¹³⁷ REIS FILHO, op. cit., p. 158.

considerado um piso mais fino. Nas coberturas, a madeira aparelhada armava-se em tesoura; as telhas de barro ou as lâminas de ardósia eram importadas de Marselha¹³⁸. Em relação às janelas, as primeiras venezianas surgiram nos dormitórios e substituíram as vidraças de guilhotina como vedação externa¹³⁹.

Outro ponto interessante presente na Fazenda Santa Veridiana é o fato de que nos sobrados, de um modo geral, destinava-se o pavimento térreo às atividades masculinas, instalando-se lá os escritórios e aposentos dos empregados e de eventuais hóspedes ligados ao trato comercial. Isso na parte fronteira dos edifícios. Nos fundos do térreo, ficariam as dependências secundárias de serviços, inclusive a segunda cozinha, a de trabalhos pesados e da comida dos escravos e subalternos. Nesse esquema, o piso elevado tinha como objetivo receber visitas, hóspedes importantes ou parentes, e era reservado também à intimidade familiar.

Em relação aos programas residenciais, referentes às residências da segunda metade do século XIX, há uma especialização dos espaços e as salas de visitas passam a constituir destaque: salas para conversa, para bailaricos, para ouvir música, etc. Os banheiros também passam a configurar ambientes definidos nos programas, decorrência da implantação das redes de água e esgoto. Presentes em quase todas as residências, os alpendres são agora compostos por peças metálicas, ferro utilizado em vigas e colunas e também em elementos de jardim, como gradis e chafarizes, além de compor as ferragens de janelas e portas e peças de banheiros e fogões¹⁴⁰.

Sobre a questão da presença do alpendre nas casas sedes da fazenda cafeeira, Lemos¹⁴¹ afirma que, no último quartel do século XIX, esse elemento surge não como o corredor ou “alpendre reentrante” da casa bandeirista ou mineira, mas com o telhado projetado para fora da parede mestra. O alpendre fazia o papel de moderador de temperatura, ao impedir que o aquecimento solar esquentasse as paredes da construção, tornando os interiores mais frescos. O alpendre foi uma novidade em SP, na área cafeeira ao Norte de Campinas, mas praticamente inexistiu no Vale do Paraíba. O alpendre profundo, isto é, aquele cuja boca ou altura é menor que a distância da frente ao fundo, fazendo com que um raio de sol inclinado 45° nunca atinja a parede da casa, segundo Lemos, teria sido introduzido em SP por pessoas de fora imbuídas da tradição da sua terra de origem, sem que tivesse havido alguma reflexão sobre a oportunidade ou não daquela providência termorreguladora. Pode-se interpretar como uma simples expressão saudosista, uma vontade de repetir soluções conhecidas ou apenas interesse em

¹³⁸ REIS FILHO, 1970, p. 162.

¹³⁹ Ibid., p. 163.

¹⁴⁰ Ibid., p. 164.

¹⁴¹ LEMOS, 1999, p. 212.

continuar a usar uma dependência de onde seja possível dar ordens sem sair de casa, um posto de observação, enfim, uma herança cultural trazida na bagagem de qualquer migrante¹⁴². O autor acima citado¹⁴³ afirma que muitos eram oriundos do sertão baiano, mas podemos nos questionar se não teriam os mineiros grande contribuição sobre essa herança arquitetônica e se esse alpendre não constituiria por si só uma continuação da tradição da casa mineira.

Se retomarmos a questão da arquitetura rural mineira, já descrita anteriormente, verificaremos que apenas as moradas da região aurífera do Rio das Velhas possuíam varandas das mais variadas formas, porém as mesmas não se faziam presentes na região do Rio das Mortes e no atual Sul de Minas Gerais. No entanto, segundo Lemos¹⁴⁴, o fato é que, a partir do período cafeeiro, surgiram casas e mais casas providas de alpendre em forma de “L”, como aparece nas fazendas Campo Alegre e Prudente do Morro, ou com formato de “U”, como na Santa Veridiana. O modelo teria agradado, transformando-se em símbolo de *status* social. Até hoje, esses alpendres envolvendo as casas rurais de São Carlos rumo ao Norte são muito admirados. Uma permanência do programa, em relação à arquitetura tradicional paulista, é a presença da capela, que agora, com o ecletismo, assume nova disposição. A capela interna¹⁴⁵ ou grande oratório, como um grande armário embutido, é elemento indispensável do programa da fazenda de café, demonstrando uma persistência dos séculos. O que mudou foi a localização: agora, aparecem capelas internas ao lado das salas de visitas, com acesso restrito apenas das famílias¹⁴⁶.

Diante desse panorama da arquitetura rural do final do século XIX, destacam-se as afirmações de Benincasa¹⁴⁷, em relação às fazendas dos campos de Araraquara. Ele chega à conclusão de que as influências do neoclassicismo nesse Nordeste paulista foram muito tímidas, não compreendendo alterações no aspecto formal das edificações, mas apenas uma renovação do mobiliário e dos objetos domésticos. Assim, o ecletismo em terras paulistas apareceria em elementos isolados, como o uso de gradis metálicos e portas-balcão. O uso de venezianas com folhas envidraçadas na parte interna das janelas, ou seja, as velhas guilhotinas dariam espaço ao caixilho envidraçado preso no batente através de dobradiças metálicas. Sob esse ponto de vista, o ecletismo dominaria a produção arquitetônica rural nessa região apenas na última década do século XIX, no momento áureo da lavoura cafeeira. Muitas sedes foram construídas sob inspiração dos modelos ecléticos, mas sem rigor formal acadêmico, o que

¹⁴² LEMOS, 1999, p. 212.

¹⁴³ Id.

¹⁴⁴ Id.

¹⁴⁵ Id. Ibid., p. 184.

¹⁴⁶ Id. Ibid., p. 136, 137.

¹⁴⁷ BENINCASA, 2003, p. 237.

provocou uma confluência entre tradição colonial e modernidade. Assim, nesses campos araraquarenses, a arquitetura rural do século XIX pode ser caracterizada de forma mais marcante como reflexo da confluência entre os modos de construir paulista e mineiro associados ao ecletismo europeu¹⁴⁸.

Sobre as casas sedes das fazendas casa-branquenses, é difícil afirmar se há a predominância do ecletismo que apareceria associado às características da arquitetura mineira, ou se elas estariam associadas a uma tradição clássica advinda da arquitetura portuguesa civil, presente na arquitetura mineira. Para esta análise, cada casa sede deve, contudo, ser considerada isoladamente. Assim, o ecletismo somente poderia ser identificado claramente no caso das fazendas **Santa Veridiana e Prudente do Morro**, com suas empenas e referências aos chalés europeus; nas demais, há apenas elementos decorativos que se reportam à arquitetura clássica. A casa sede da Fazenda **Cachoeira** poderia ser interpretada como claro exemplo de arquitetura rural mineira, com sua estrutura autônoma de madeira, enquanto que a casa da Fazenda **Aurora** lembraria as moradas urbanas de porão alto, apenas com elementos decorativos de referências clássicas e, portanto, poderia ser considerada de tradição portuguesa, bem como a casa do Sítio **Capão Alto**, de proprietários originariamente portugueses, cujas referências rurais mineiras poderiam ser identificadas na sua implantação respeitando a declividade suave do terreno, que determinou o aparecimento do embasamento de pedra, ou poderia também ser interpretada como uma casa de porão alto, assim como a Fazenda Aurora. Na Fazenda **Brejão**, poder-se-ia considerar a permanência da tradição portuguesa, com implementação de elementos ecléticos isolados, como a escadaria do acesso principal e a cimalha saliente sobre as janelas, além da configuração interna da planta, com o corredor de distribuição dos dormitórios. Na casa da Fazenda **Campo Alegre** também permaneceria a tradição portuguesa, com destaque para a presença da grande varanda, referência mineira da região de Ouro Preto, e a configuração da planta em “L”, referência do Sul de Minas Gerais. Sobre as fazendas **Santa Cruz e Santa Paulina**, estas foram bastante modificadas, tendo a última sofrido acréscimos decorativos de referência neocolonial.

Figura 19 – Imagens das fazendas casa-branquenses. Sequência do texto ao lado. *Fonte:* fotos de MPHR.

¹⁴⁸ BENINCASA, 2003, p. 245.

Por outro lado, se for levado em conta o conjunto dessas casas de fazendas casa-branquenses, podemos afirmar que houve a permanência da casa elevada do solo respeitando a topografia ou segue-se a tipologia da casa de porão alto, com alterações e aprimoramentos dos usos dos porões, bem como a presença da varanda ou alpendre em suas várias configurações, com destaque para as varandas circundando as casas das fazendas Santa Veridiana, Campo Alegre e Prudente do Morro, além da permanência da grande sala central, rodeada por diversos cômodos. O ecletismo estaria associado à especialização dos espaços internos, com destaque para as várias saletas da casa da Fazenda Santa Veridiana, além dos elementos decorativos, muitas vezes isolados, como as molduras nas aberturas das fazendas Brejão e Aurora, bem como referências ao chalé e uso de empenas nas fachadas principais, como aparece na Santa Veridiana e Prudente do Morro. As principais mudanças, no entanto, estariam relacionadas aos aprimoramentos técnicos, ao uso do tijolo, presença de equipamentos sanitários e sistema de encanamento de água e esgoto, além do uso de calhas, rufos e condutores com o consequente aparecimento de telhados com desenhos diferenciados.

A partir desse panorama geral sobre a arquitetura rural mineira, o neoclássico e o ecletismo, procedeu-se a uma primeira reflexão sobre as casas sedes das fazendas de Casa Branca, com exemplos sobre a permanência das características da arquitetura mineira e as influências dos “estilos” europeus, análise que será retomada no próximo capítulo.

4 DIVERSIDADE TIPOLOGICA NA ARQUITETURA RURAL CASA-BRANQUENSE

Alguns autores já abordaram essa região do Nordeste paulista e revelaram, em seus estudos, a falta de uma unidade tipológica, como diria Cícero Cruz¹⁴⁹, em relação à arquitetura rural, ou, a partir de um ponto de vista mais otimista, poderíamos afirmar que há, especialmente no Município de Casa Branca, uma grande diversidade de características arquitetônicas, diversidade esta relacionada a fatores variados.

Vladimir Benincasa¹⁵⁰ destaca a região do Sertão do Rio Pardo, no início do século XIX, como local onde teria ocorrido um “ciclo agropecuário” vinculado diretamente com a migração de mineiros oriundos da região do Rio das Mortes e que ocuparam o Sul de Minas Gerais e o Nordeste paulista em busca de pastagens para o gado. Esse povoamento mineiro, confirmado pelos trabalhos de Bacellar e Brioschi¹⁵¹ a partir de estudos sobre maços de população e também pela pesquisa de Daici Freitas¹⁵² baseada na comparação entre os exemplares arquitetônicos pesquisados por Sylvio de Vasconcellos e Ivo Porto de Menezes, principalmente, deixou marcas culturais presentes até hoje, não só na arquitetura, mas também nos modos de viver e na alimentação da população dessa região de Casa Branca: uma cidade meio paulista, meio mineira.

Em suas pesquisas, Vladimir Benincasa¹⁵³ trata também da diversidade arquitetônica ao apresentar inúmeros aspectos das casas rurais dos campos de Araraquara, dos primeiros tempos da ocupação paulista e mineira até o auge da produção cafeeira, de 1830 a 1930. Residências que refletem tanto a simplicidade das edificações do início do século XIX, construídas segundo padrões da arquitetura tradicional mineira e paulista, quanto a sofisticação dos palacetes inspirados pelo ecletismo.

O surgimento de exemplares de casas sedes de fazendas com características extremamente diferentes, nesse curto espaço de tempo, seria decorrência principal do povoamento heterogêneo da região, com a presença de paulistas vindos das antigas zonas canavieiras da Bacia do Tietê e dos mineiros dos rios das Mortes e das Velhas, além dos africanos, italianos

¹⁴⁹ CRUZ, 2008, p. 41.

¹⁵⁰ BENINCASA, 2007.

¹⁵¹ BACELLAR & BRIOSCHI, 1999; BRIOSCHI, 1995.

¹⁵² FREITAS, 1986.

¹⁵³ BENINCASA, 2003.

e japoneses. Em seu doutorado¹⁵⁴, ao tratar especificamente sobre o Sertão do Rio Pardo, o autor reforça a importância do fluxo de mineiros para a região, fundadores das primeiras fazendas implantadas no início do século XIX, e apresenta a diversidade arquitetônica caracterizada por essas casas simples mineiras e pelos casarões do café, nos quais a linguagem formal é sempre variada, com alusão aos chalés das montanhas européias, à linguagem clássica ou renascentista e à arquitetura eclética. Com isso, afirma que “essa grande variedade na arquitetura dos exemplares dessas regiões a torna uma das mais ricas, no que tange ao estudo rural da época cafeeira”¹⁵⁵.

Do mesmo ponto de vista, Carlos Lemos¹⁵⁶, que registra de forma abrangente a arquitetura paulista, com as respectivas caracterizações portuguesas, bandeiristas e mineiras, investiga as origens de elementos arquitetônicos que persistiram durante todo o período colonial brasileiro, por toda a Província de São Paulo, que se modificaram radicalmente apenas com a chegada do ecletismo trazido pelo café, especialmente nos centros urbanos. Especificamente sobre essa região da Bacia do Rio Grande, analisa as casas trazidas pelos mineiros e a arquitetura residencial do início do ciclo cafeeiro, a que teria antecedido o ecletismo, arquitetura ainda ligada aos materiais de construção locais e ao “saber-fazer” tradicional, mas já algo comprometida com o programa de vida moderno trazido por influência dos primeiros lucros propiciados pelo “ouro verde”¹⁵⁷.

Apesar do destaque dado à migração mineira para essas terras paulistas, o levantamento da genealogia de uma família tradicional da cidade, moradores locais desde o início do século XIX, a família “Horta”¹⁵⁸ revela dados inovadores que ultrapassam a origem mineira dos primeiros povoadores, apontando também uma origem açoriana, de portugueses vindos diretamente das ilhas atlânticas com o intuito de povoarem terras brasileiras: uma peculiaridade local, rara no interior de São Paulo¹⁵⁹, que provavelmente contribuiu com algumas características arquitetônicas.

A colonização açoriana, bastante explorada por Amélia Trevisan¹⁶⁰ e rediscutida por nós no Trabalho Final de Graduação¹⁶¹, revelou lacunas na interpretação do legado – ou do suposto

¹⁵⁴ BENINCASA, 2007.

¹⁵⁵ Ibid., p. 460.

¹⁵⁶ LEMOS, 1999.

¹⁵⁷ Ibid., p. 12.

¹⁵⁸ Ver Anexo B.

¹⁵⁹ Nas referências bibliográficas consultadas, encontram-se referências à colonização açoriana no Brasil em locais como Santa Catarina e no litoral Sul de São Paulo.

¹⁶⁰ TREVISAN, 1979.

¹⁶¹ RODRIGUES, Mariana Pereira Horta. *Evolução urbana de uma cidade no interior paulista: Casa Branca no Caminho de Goiás*. São Paulo, 2006. 157p.. Monografia (Trabalho final de graduação apresentado para obtenção do título de arquiteto e urbanista). FAU, USP.

legado – desses ilhéus na cultura casa-branquense, especialmente em relação a uma arquitetura urbana, de casas que teriam sido as suas primeiras moradas e constituído a primeira rua do comércio da cidade, à beira do Caminho de Goiás.

Foto 20 – Conjunto de casas localizadas na antiga Rua do Comércio, à beira do Caminho de Goiás, em Casa Branca. Essas construções foram habitadas por açorianos na segunda década do século XIX. Atualmente, passaram por reformas e tiveram suas fachadas levemente alteradas. *Fonte:* foto de MPHR.

Embora a discussão desse “mito açoriano”¹⁶² em relação a uma arquitetura urbana não seja o alvo desta pesquisa, faz-se necessário registrar esses dados como parte de uma cultura local para poder questionar até que ponto existiria na arquitetura rural alguma influência desses colonos ali chegados em 1815 com projetos de cultivarem terras e povoarem a região. Sobre esse aspecto, poderíamos considerar como modelo para pesquisa e comparação futura as casas do litoral catarinense, região que recebeu um grande contingente da população portuguesa.

¹⁶² Na bibliografia específica sobre o histórico de ocupação e povoamento da cidade de Casa Branca, com destaque para o trabalho de Amélia Trevisan, trata-se a questão da colonização açoriana, implementada na segunda década do século XIX, como a responsável pelo povoamento e desenvolvimento do município. No entanto, a partir de estudos sobre a região, com base nas pesquisas de Bacellar e Brioschi e outros, e também em apontamentos de Ganymedes José, chega-se à conclusão de que se criou um mito em torno dessa população de ilhéus. Percebe-se que é a presença dos mineiros que realmente foi a responsável pela expansão do povoamento local e regional, já que esses açorianos permaneceram muito pouco tempo nas terras casa-branquenses e em número reduzido: dos vinte casais que ali chegaram, permaneceram apenas seis.

Em relação ao mito criado em torno de um suposto legado cultural açoriano em terras brasileiras, Lemos¹⁶³ refere-se ao “casario chão” das cidades situadas a partir de Iguape em direção ao Sul, como sendo interpretado por alguns como açoriano. Segundo esse autor, trata-se de uma adjetivação considerada romântica por intentar transformar os ilhéus aqui arribados em meados do século XVIII em agentes culturais introdutores de uma certa arquitetura residencial. Esses povoadores do litoral sul paulista, segundo Lemos, nada mais fizeram do que repetir o que já se fazia aqui nas praias tropicais. O programa da casa açoriana é, antes de tudo, reflexo do clima inclemente do Atlântico soprado pelos ventos frios do Norte. Segundo o autor, qualquer livro de arquitetura popular dos Açores mostra claramente que o centro de interesse da casa é o fogão, a lareira, a chaminé, o forno dentro da cozinha e a casa recolhida em torno do fogo – e nada disso veio para as terras paulistas.

Ainda a respeito da genealogia da família “Horta”, que revela a presença de mineiros de São João Del Rei, de Cabo Verde, no Sul de Minas Gerais, e dos açorianos vindos da Província do Fayal, a história dos seus membros ainda revela a ocupação das casas da “Rua do Comércio”, à beira do Caminho de Goiás, por esses colonos que não estariam diretamente relacionados com a produção agrícola, mas com o comércio com os viajantes e tropas itinerantes em direção a Goiás.

Dessa forma, a diversidade tipológica, já percebida por outros autores a respeito das casas sedes das propriedades rurais desse Nordeste paulista, também é revelada através das dez fazendas abordadas nesta dissertação, com edificações construídas ao longo do século XIX. Tal diversidade está vinculada diretamente com a variedade cultural, com o povoamento local. Não obstante nenhum autor tenha considerado a presença açoriana como influência cultural, diante da clareza da tradição mineira presente como legado arquitetônico, essa questão está sendo colocada ou apresentada como um ponto que poderia ser aprofundado em pesquisas futuras. Para o momento, este trabalho restringe-se apenas ao registro do conhecimento dessa parte da história casa-branquense, para que não seja alegada negligência. Como visto, a diversidade arquitetônica advém de uma colonização peculiar, caracterizada, inicialmente, pelo povoamento por paulistas, mineiros e açorianos, mas também, posteriormente, poderá ter sofrido influências da presença dos europeus e asiáticos. A cultura asiática poderia ser considerada como influência cultural que também mereceria ser pesquisada em trabalhos futuros e, até mesmo, identificada nessas edificações rurais remanescentes do século XIX e início do XX. No momento, destacar-se-ão as influências

¹⁶³ LEMOS, 1999, p. 228.

mineiras e as europeias, relacionadas às referências à arquitetura clássica greco-romana e ao ecletismo.

Outro fator relacionado à diversidade arquitetônica refere-se ao período de fundação dessas fazendas de Casa Branca, de 1830 a 1900, bem como a todas as transformações que ocorreram até o presente, que engloba diversas fases ou ciclos econômicos pelos quais passou o município: o “ciclo do gado”, o “ciclo do açúcar”, o “ciclo do algodão”, o “ciclo do café” e, atualmente, o “ciclo do álcool”¹⁶⁴. Pode-se considerar que cada momento econômico contribuiu com características próprias de organização espacial desses aglomerados rurais e sobre o próprio partido arquitetônico das construções, não só da casa sede, mas, sobretudo, das edificações de produção, já que os agenciamentos físicos modificam-se de acordo com o produto cultivado ou com a atividade desenvolvida na fazenda e aparecem espaços próprios necessários para o seu manuseio, beneficiamento e efetivação da produção. Esses vários ciclos econômicos resultaram em novas construções, agregadas às outras já existentes ou, até mesmo, em substituição a edificações consideradas ultrapassadas. Na maioria das vezes, as sedes das fazendas do século XIX constituíam unidades produtivas bastante complexas, já que não se limitavam a um único produto principal voltado para o comércio local ou para exportação. Eram cultivados também alimentos para o consumo dos moradores e trabalhadores e para o comércio com os centros urbanos próximos, incluindo a atividade pecuária e outras instalações próprias para o beneficiamento dos produtos alimentícios, como o moinho de fubá, o engenho de açúcar, a cozinha para desnatar o leite e produzir queijos e manteigas, a extração da banha dos capados e inúmeras outras atividades.

Em relação ao corpus pesquisado, em algumas dessas fazendas pode ser identificada a presença de construções de diversas fases da sua vida produtiva; em outras, apenas restaram as edificações mais recentes, resultado de reformas sucessivas ou mesmo de demolições. Algumas propriedades do início do século XIX, como a Cachoeira e a Prudente do Morro, sobreviveram a todas essas fases econômicas e ainda estão em transformação. Outras, do final do mesmo século, surgem com o café, responsável pelo grande desenvolvimento econômico do município, associado diretamente com a expansão da Estrada de Ferro Mojiana.

Podemos estabelecer, assim, dois grupos distintos de fazendas, já apontados no item 2: aquelas que surgem como fazendas de gado ou açúcar, chegando à produção cafeeira no final do século XIX, como a Prudente do Morro, Cachoeira e Santa Maria, e aquelas que surgem como fazendas de café – a Santa Cruz, Santa Veridiana, Aurora, Campo Alegre, Santa

¹⁶⁴ Dados baseados nos apontamentos de FURLANI, 2003, p. 126.

Paulina, Capão Alto e Brejão. Em relação a essas últimas fazendas cafeeiras, observa-se que aquelas que surgem entre as décadas de 1870 e 1880, no período da chegada da Estrada de Ferro Mojiana em Casa Branca, são as fazendas que mais se desenvolveram; as demais, de 1900, não conseguiram tamanho esplendor, talvez porque o café já alcançava alta produtividade nas terras mais ao Norte, nos campos de Araraquara e em Ribeirão Preto. O que se pode afirmar é que essas grandes fazendas de café identificadas em Casa Branca - Brejão, Santa Veridiana, Aurora e Prudente do Morro - são propriedades de famílias abastadas que vieram desbravar e introduzir esse novo produto exportador no local e que dominavam o conhecimento das técnicas específicas necessárias para o seu cultivo e beneficiamento, bem como as instalações próprias e os agenciamentos físicos particulares dessa atividade produtiva, conhecimentos advindos de manuais técnicos específicos, como o material de autoria do Barão do Paty do Alferes¹⁶⁵.

Como exemplo de famílias abastadas responsáveis pela expansão da cafeicultura no interior do Estado de São Paulo, destacam-se os Prado, proprietários das Fazendas Santa Veridiana e Brejão. Na Santa Veridiana, Antônio Prado tratou o café como um empreendimento: escolhia cuidadosamente as mudas do cafeeiro, estudava as técnicas mais modernas de plantio e preparo do solo e preocupava-se com os gastos e investimentos que deveria fazer para melhorias na fazenda e na produção. Com isso, na década de 1880, esta fazenda destaca-se entre as três propriedades mais lucrativas de São Paulo. Outras fazendas da família, como a Campo Alto, Santa Cruz, Guataparã e Brejão também se destacaram como modelo de gestão, inovação e rentabilidade, encabeçando a lista das mais produtivas do Brasil¹⁶⁶.

¹⁶⁵ ALFERES, Barão do Paty do. *Memória sobre a fundação e costeiro de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. 3ª edição. Rio de Janeiro, 1878.

“Nessas obras especializadas, o leitor percebe o intuito principal, que era o de ensinar os procedimentos antes de tudo racionais ligados à produção, manipulação, estocagem e transporte do café. Pela primeira vez entre nós se projetava um tipo de fazenda a partir de métodos garantidores de êxito, onde se cogitava de pormenores mil, desde a localização dos terreiros e edifícios de trabalho, observada a topografia, até as conveniências da proximidade dos cursos de água, cuja força motriz era fundamental para a movimentação dos pilões além da verificação da melhor orientação visando à melhor incidência de sol.” (LEMOS, 1999, p. 185)

¹⁶⁶ D’AVILLA, 2004, p. 214, 215, 374-377.

As famílias que se iniciaram nessa atividade já em princípios do século XX, como do Sítio Capão Alto, de baixo poder aquisitivo, poderiam até ser consideradas amadoras, se comparadas com a riqueza e o esplendor da Santa Veridiana ou Brejão. A partir desses exemplos, pode-se supor que o café exigia muito mais do que interesse e boa vontade: exigia um capital preexistente que garantisse a correta implantação da fazenda, de forma a permitir uma boa técnica de manejo e aumentar, assim, a produtividade e a qualidade do produto final para atingir bons preços no mercado de exportação¹⁶⁷.

Essas famílias abastadas – Prado, Pereira Barreto, Prudente Corrêa e outras – possuíam, inclusive, vários bens na capital paulista e em outras localidades da Província. O “capital cafeeiro”, preexistente e acumulado com as exportações, foi o que viabilizou as modificações da arquitetura colonial, permitindo a importação de novos materiais e a absorção de novos costumes e valores estéticos, incorporados da capital paulista e de viagens ao Rio de Janeiro e à Europa.

Novidades aparecem não só nas casas sedes mas também nas edificações produtivas, como terreiros, tulhas e casas administrativas. Inclusive, as inovações arquitetônicas, na maioria dos casos, apareceram primeiramente nas construções de apoio ao beneficiamento do café e depois nas moradas dos fazendeiros. Portanto, as fazendas das famílias mais abastadas revelam não mais uma arquitetura colonial, mineira, de raízes portuguesas, como diria Cícero Cruz¹⁶⁸, mas uma arquitetura com novas influências europeias, italianas e francesas, reveladas nos novos materiais empregados – como a telha francesa, o ladrilho hidráulico, as louças e as calhas; nas novas técnicas construtivas – como o uso do tijolo de barro cozido; nos novos programas; nas novas formas de habitar e também na revelação de uma estética diferente, relacionada diretamente com a arquitetura urbana da capital paulista, eclética, que pode ter encontrado particularidades no meio rural.

Essas mudanças são anunciadas por diversos autores como Nestor Goulart¹⁶⁹ e Maria Cecília Naclério Homem¹⁷⁰, que trataram da arquitetura do período cafeeiro em relação à arquitetura urbana. As questões que se colocam são: Como essas mudanças estariam apresentadas no meio rural, especialmente no Sertão do Rio Pardo? As mesmas inovações que apareceram nos centros urbanos persistiram no meio rural ou houve adaptações dos elementos?

¹⁶⁷ Lemos também trata desse assunto ao referir-se ao “cabelal” de que dispunham algumas famílias paulistas para a instalação das fazendas de café. LEMOS, 1999, p. 135.

¹⁶⁸ CRUZ, 2008.

¹⁶⁹ REIS FILHO, 1970.

¹⁷⁰ HOMEM, 1996.

Em relação às influências do neoclassicismo francês, o academicismo formal prevaleceu apenas nas cidades litorâneas, até a década de 1870, especialmente no Rio de Janeiro, cujas construções possuíam clareza construtiva e simplicidade de formas, com composição simétrica marcada por pilastras, cornijas e platibandas, além das aberturas marcadas por bandeiras em arco pleno, com rosáceas em vidro colorido. Tijolo, vidro e ferragens são profusamente usados, e nos interiores das construções aparecem saletas de receber e corredores de distribuição¹⁷¹. Nas províncias, por sua vez, especialmente nas construções rurais, os elementos neoclássicos eram empregados apenas superficialmente, como detalhes decorativos, mantendo-se os mesmos esquemas construtivos e a distribuição dos cômodos do período colonial, apenas com a introdução do corredor como elemento inovador¹⁷².

Nas edificações rurais, as transformações foram, portanto, sutis, conforme capítulo anterior¹⁷³, e referem-se a elementos de composição e decoração da fachada, principalmente em relação à caracterização das aberturas, com destaque para a presença do arco pleno que, no caso casa-branquense, curiosamente aparece apenas na Fazenda Campo Alegre.

Numa breve análise das casas sedes inventariadas, apesar de Reis Filho¹⁷⁴ destacar a permanência do uso do pau a pique, esta técnica aparece apenas na casa sede da Fazenda Cachoeira. Nas demais residências, o tijolo é uma constante, mesmo nas construções anteriores à chegada da estrada de ferro, período considerado o início do ecletismo, quando este material teria sido “popularizado”. Em relação aos elementos de tradição clássica, nota-se que todas¹⁷⁵ as casas possuem simetria na fachada principal, desde a Cachoeira com sua arquitetura tipicamente mineira até a Santa Veridiana, com seu chalé eclético. Dessa forma, não se pode considerar tal característica como um elemento do neoclassicismo francês, mas uma característica da arquitetura dessa região de Casa Branca, ou da arquitetura do Nordeste paulista do século XIX, ou mesmo uma característica da arquitetura portuguesa, presente em todo o Brasil.

¹⁷¹ REIS FILHO, 1970, p. 113 – 122.

¹⁷² Ibid., p. 123 – 134.

¹⁷³ Ver Item 3.

¹⁷⁴ REIS FILHO, op. cit., p. 133.

¹⁷⁵ Apenas as fachadas da casa sede da Fazenda Santa Cruz não podem ser considerada sob esse aspecto, devido à sua descaracterização por reformas e acréscimos.

O uso da guilhotina envidraçada externa aparece em cinco das nove moradas, incluindo a Cachoeira, construção de período anterior a 1859, e a Prudente do Morro, de 1905. Na primeira, esse elemento deve ter sido adicionado posteriormente, já nos tempos do café; o seu emprego na Prudente do Morro, porém, demonstra a permanência do uso desse elemento ao longo de décadas, mesmo quando já se utilizavam a veneziana externa e as folhas duplas de vidro interno. Curiosamente, no Sítio Capão Alto, as janelas possuem apenas os escuros internos, mesmo sendo uma construção de 1900, o que poderia demonstrar a falta de recursos dos proprietários. Com esses exemplos podemos entender o porquê de as guilhotinas envidraçadas serem externas: estas teriam sido adicionadas posteriormente, como acréscimos, em conjunto com as tábuas que originalmente se abriam para o lado interior das residências. Com o tempo, o seu uso tornou-se costumeiro e permaneceu por longos anos.

Fotos 21 e 22 – Aberturas da casa sede do Sítio Capão Alto, Casa Branca. As janelas apresentam apenas tábuas internas para fechamento e a porta de entrada apresenta bandeira em verga reta. *Fonte:* fotos de MPHR.

A platibanda não aparece em nenhum exemplar. Apenas na Santa Paulina, em decorrência de reformas, sobre a porta principal, foi construído um frontão, como uma portada com volutas.

O arco pleno, característica marcante da arquitetura da Academia Imperial do Rio de Janeiro, utilizada nas construções das províncias em substituição das vergas retas ou em arco, aparece apenas na porta principal da Campo Alegre. Quanto ao detalhe do frontão ou cimalha saliente sobre portas e janelas, como simplificação das referências da arquitetura clássica, este aparece na Brejão, na Aurora e na Santa Paulina.

O uso da bandeira com vidro sobre portas aparece em cinco dos nove exemplares, excluindo-se a Cachoeira, Aurora, Campo Alegre e Santa Paulina, enquanto que a bandeira com ferro e vidro aparece apenas na Santa Veridiana e na porta de acesso à capela na Santa Cruz.

Foto 23 – Sequência de portas com bandeiras das casas sedes das fazendas Capão Alto, Brejão, Prudente do Morro, Santa Cruz e Santa Veridiana. *Fonte:* fotos de autoria de MPHR.

Em relação aos interiores dessas moradas, o corredor como elemento de distribuição para os cômodos mais reservados aparece apenas na Brejão e Santa Veridiana. Na Cachoeira, Prudente do Morro e Capão Alto, prevalece a sala central com seus cômodos laterais. Na Aurora e na Campo Alegre, adentra-se na morada passando por um ambiente de distribuição, o vestíbulo, atualmente conhecido como “hall” de entrada, que parece denunciar a ausência de um alpendre frontal e que já aparecia nas casas sedes das velhas fazendas do Vale do Paraíba, que também apresentavam a planta em “L”, como a sede da Fazenda Amarela, em Pindamonhangaba¹⁷⁶.

Tanto na Cachoeira, casa anterior a 1859, como na segunda sede da Prudente do Morro, construção de 1905, inexistiu este elemento do corredor nas alas sociais, que aparece apenas na segunda casa como acesso à área de serviços, cozinha, copa e lavanderia.

¹⁷⁶ Sobre essas grandes sedes de fazendas cafeicultoras do Vale do Paraíba, é preciso considerar que quase todas derivam de ampliações ou reformas de construções primitivas do tempo do açúcar. LEMOS, 1999, p. 162.

Desenho 6 – Planta e corte da casa sede da Fazenda Amarela, Pindamonhangaba, SP. Construção de meados do século XIX, de taipa de pilão e pau a pique. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 162.

Em relação à presença dos elementos referentes à tradição clássica nos ambientes produtivos do período cafeeiro, destacam-se as casas administrativas¹⁷⁷. Na Aurora, o ritmo das fachadas aparece marcado por pilastras arrematadas por capitel, em tijolos salientes, material que também arremata, em arco pleno, as janelas e portas de vergas retas, compondo uma cimalha saliente, que também aparece sob os beirais do telhado. Essas cimalthas arrematando os telhados repetem-se na tulha e nas casas de colonos da Cachoeira, e na tulha e casa administrativa da Brejão e da Santa Veridiana, esta última sem pilastras, mas com cantoneiras.

A partir dessas observações, podemos destacar que em cada fazenda aparecem elementos isolados de inspiração clássica, com destaque para as casas administrativas das fazendas Aurora e Brejão, com presença de pilastras e do arco pleno. As modificações mais notáveis aparecerão apenas com o ecletismo, especialmente na Fazenda Santa Veridiana e Prudente do Morro.

¹⁷⁷ Nos exemplares casa-branquenses, essas casas administrativas referem-se aos escritórios das fazendas e não à morada dos administradores.

Foto 24 – Casas administrativas das fazendas Aurora, Brejão e Santa Veridiana. Destaque para as pilastras e cimalkas arrematando aberturas e telhados. *Fonte:* fotos de autoria de MPHR.

Foto 25 – Tulha e casa de máquinas da Fazenda Brejão. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 26 – Tulhas e casas de máquinas das fazendas Cachoeira, Prudente do Morro e Santa Veridiana.

Foto 27 – Tulha e casa de máquinas da Fazenda Aurora. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 28 – Casas de colonos das fazendas Aurora e Cachoeira. *Fonte:* fotos de autoria de MPHR.

Tratando-se dos elementos especificamente relacionados ao ecletismo, destaca-se a casa sede da Fazenda Santa Veridiana, um chalé europeu em terras paulistas, compondo um sobrado com seu telhado de duas águas arrematado por lambrequins, com madeira a compor e decorar toda a varanda que circunda a fachada principal. Curiosamente, a planta apresenta seu desenho em “U” e o uso do piso inferior provavelmente destinado às atividades masculinas. O corredor aparece na distribuição dos dormitórios. Na área social, o destaque é dado para a sala de visitas central e as saletas laterais.

A telha francesa, utilizada a partir da segunda metade do XIX, aparecerá apenas na Santa Veridiana e Prudente do Morro, enquanto que os novos materiais de revestimento das áreas molhadas, como o ladrilho hidráulico e o azulejo, aparecem em quase todos os exemplares, excluindo-se o sítio Capão Alto¹⁷⁸.

Os elementos estéticos, decorativos das fachadas, que se referem a decorações de massa a recobrir as paredes, poderiam ser relacionados com as cimalthas salientes ou os pequenos frontões que arrematam as aberturas de algumas dessas residências, que poderiam também estar relacionados ao período do neoclassicismo, ou mesmo serem interpretados já como uma referência do ecletismo; a composição geral das moradas, no entanto, denuncia a permanência da arquitetura colonial presente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, de tradição portuguesa. Destacam-se as fazendas Santa Veridiana e Prudente do Morro, ambas relacionadas não só com uma estética diferenciada mas também com um novo modo de construir, uma nova composição dos telhados e uma volumetria mais complexa: na Veridiana, a referência clara ao chalé; na Prudente do Morro, o telhado de duas águas com empenas laterais. Nas demais fazendas, prevalece a casa sede rural com seu telhado de quatro águas, sem empenas. Em

¹⁷⁸ Excluem-se também aquelas residências que não tiveram o seu interior visitado: a Campo Alegre e a Santa Paulina.

todas as edificações, no entanto, destaca-se, nas elevações, o equilíbrio entre cheios e vazios conferido pela disposição ritmada das inúmeras janelas, com as mesmas dimensões coloniais. Outro ponto para reflexão refere-se às plantas dessas casas sedes. Na Cachoeira e na Brejão, aparece a planta quadrada das casas bandeiristas e mineiras de São João Del Rei, com seus puxados de serviços. Na Aurora, Campo Alegre, Capão Alto e Prudente do Morro, a planta em “L”, típica do Sul de Minas Gerais, com a área de serviços planejada junto ao corpo social da casa, é uma característica que permanece desde a construção de 1869 até a última de 1905. A única planta diferenciada, em “U”, refere-se ao chalé da fazenda Santa Veridiana, da década de 1870. Analisando, portanto, as configurações internas dessas moradas, pode-se afirmar que houve a permanência dos modos de morar da família mineira, da região do Rio das Mortes ou da divisa com São Paulo, dos tempos mais remotos ou de ocupação mais recente. Assim, mesmo nas casas com influências ecléticas, a planta permaneceu preferencialmente mineira, com destaque para a grande sala central, apenas com o aparecimento do corredor interno como acesso às áreas íntimas da família nas fazendas Brejão e Santa Veridiana, e do “hall” de entrada ou vestíbulo na Aurora e Campo Alegre. A respeito da decoração e do mobiliário, notamos apenas o aparecimento de pinturas parietais na Prudente do Morro, Brejão e Santa Veridiana e a presença de um número maior de móveis originais antigos, excluindo-se a Cachoeira e o Sítio Capão Alto.

A conclusão é que ocorreram, sim, algumas alterações das plantas, mas não como uma sequência cronológica, como se observa no corpus pesquisado, mas inovações que poderiam ser relacionadas com a tradição de cada família, já que, por exemplo, a casa da Fazenda Santa Veridiana, claramente eclética, foi construída antes da casa do Sítio Capão Alto, uma casa colonial. Exteriormente, também houve permanências e inovações, sutis na maioria das casas, como elementos decorativos, sobressaindo-se apenas na Santa Veridiana e Brejão.

Sob esses aspectos, podemos refletir se houve realmente influências do neoclássico ou se todos esses elementos identificados referem-se ao ecletismo. Fato intrigante, porque a maioria dessas residências pesquisadas foi edificada no período anterior ao auge do ecletismo, a partir da chegada da Mojiana em 1878. Essa arquitetura estaria, então, relacionada realmente ao neoclassicismo, mesmo que sutil, ou os elementos decorativos teriam sido acrescentados posteriormente, já como uma influência do ecletismo? Ou ainda, as referências à arquitetura clássica greco-romana não seriam apenas permanência da tradição portuguesa, como nos referimos no capítulo anterior? Deve-se ainda destacar que o ecletismo, muito mais do que introdutor de uma estética, foi responsável por modernizações técnicas e novas idéias a respeito das formas de morar, como aparece nas plantas das casas sedes das fazendas Brejão e

Santa Veridiana, com destaque também para a Aurora e Campo Alegre. Curiosamente, a planta da Prudente do Morro não apresenta as mesmas inovações das fazendas referidas na frase anterior, ela ainda apresenta a sala central rodeada por cômodos laterais, relembrando a casa da Cachoeira, sem corredor ou vestíbulo. Por outro lado, a planta da Campo Alegre assemelha-se à casa da Aurora, com o vestíbulo de entrada, apesar do seu partido arquitetônico remeter claramente às origens mineiras.

E o que dizer sobre a tradição mineira de habitar o piso elevado? Essa característica permanece ao longo do século XIX? Na fazenda Santa Cruz, não há o porão, mesmo “falso”, entretanto pairam dúvidas sobre a data de fundação da fazenda e da construção; nas demais propriedades inventariadas, todos os acessos principais se concretizam por meio de escada. O porão, resultante desse piso social elevado, pode-se encontrar sob inúmeras formas: com pé-direito variável, como na Cachoeira, servindo como armazém; com pé-direito reduzido, como na Aurora, servindo apenas para ventilação do assoalho; ou com pé-direito igual ao da ala social, como na Santa Veridiana, que poderia, inclusive, ser habitado. Na Fazenda Campo Alegre, por exemplo, existe hoje uma cozinha no porão, uma função que pode ser interpretada como original, caso se considere a presença das cozinhas “externas”, anexas ao corpo principal da construção. A cozinha mineira aparece, assim, destacada do corpo social da casa, mas anexa, em nível inferior, como também ocorre na Fazenda Cachoeira.

Aprofundando a discussão sobre a implantação dessas casas sedes casa-branquenses, convém destacar a afirmação de Lemos¹⁷⁹ de que, culturalmente, todas as classes de agricultores e citadinos foram levadas a se acomodar numa só decisão espacial, viver num só piso. Essa conclusão comprova que a tradição colonial, sedimentada no planalto isolado pela serra, representada pela casa do bandeirante, fora totalmente esquecida. Tradição em que a família morava no rés do chão, no chão artificialmente aplainado. Na roça, Lemos assegura que foram os mineiros, tanto no Vale do Paraíba, quanto da zona de Campinas para o Norte, os introdutores dessas casas à meia encosta com porão, solução acolhedora da família morando num só piso elevado. Aliás, essa característica da casa elevada do solo é uma constante em todas as fazendas inventariadas, nenhuma se assentando diretamente sobre o solo. As mais recentes, da segunda metade do século XIX, não possuem mais o porão verdadeiro, como a Santa Paulina ou a Aurora, mas o falso porão, como nas casas urbanas descritas por Nestor Goulart¹⁸⁰. Porões habitáveis ou não, ou melhor, de alto pé-direito ou baixo, sempre foram

¹⁷⁹ LEMOS, 1999, p. 188.

¹⁸⁰ REIS FILHO, 1970.

usados como armazéns nas áreas rurais, ou como áreas de serviço ou comércio nas áreas urbanas. O porão transformar-se em piso habitável apenas com o ecletismo.

A “evolução” ou “mudança” da técnica construtiva utilizada é claramente perceptível. A “gaiola” e o pau a pique aparecem apenas na Fazenda Cachoeira, enquanto o tijolo passa a ser técnica predominante nas demais casas sedes, aparecendo no preenchimento dos vãos e também nos pilares e vigas. Curiosamente, o embasamento de pedra aparece em três edificações – na Cachoeira, Prudente do Morro e Capão Alto – e o assoalho sobre barrotes de madeira aparece em todos os pisos sociais, como sinônimo de *status*. Os novos materiais são empregados apenas nas cozinhas e áreas molhadas, como o ladrilho hidráulico.

Foto 29 – O uso da pedra-ferro aparece no calçamento da primeira rua da cidade de Casa de Branca, a antiga Rua do Comércio. *Fonte:* foto de MPHR.

A pedra aparece no calçamento ao redor das casas sedes, assim como nas construções de produção (estábulo e chiqueiros). Material local abundante, conhecido regionalmente como “pedra-ferro”, revestiu canais condutores de águas de açudes e pluviais e serviu de calçamento das ruas da antiga Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Casa Branca, como ainda se pode observar na antiga “Rua do Comércio”.

Foto 30 – Uso da pedra-ferro nos canais condutores de águas pluviais da Fazenda Aurora em Casa Branca. *Fonte:* foto de MPHR.

A madeira também aparece como vedo das construções de produção, nas serrarias, estábulos, cocheiras e chiqueiros, como é possível observar na Cachoeira e na Prudente do Morro, e também nos guarda-corpos de madeira recortada, elemento não presente na Cachoeira (provavelmente substituído pelo atual gradil de ferro, mas cujo cruzeiro foi construído com elementos justapostos de madeira recortada, que

talvez estivessem na composição do guarda-corpo original); na Campo Alegre, que apresenta floreiras de tijolos por toda a varanda, elemento provavelmente não original; na Capão Alto, que não possui alpendre ou varanda; e na Santa Cruz e Santa Paulina, edificações já bastante modificadas por reformas recentes. No entanto, apesar de o guarda-corpo de madeira recortada ser um elemento típico da casa rural mineira do século XVIII, este elemento aparece na Brejão, cuja casa vincula-se ao período cafeeiro, com elementos ecléticos, com referências ao neoclassicismo; da mesma forma acontece na Prudente do Morro, casa de 1905. Na Santa Veridiana, este elemento compõe o alpendre que circunda toda a parte frontal da casa, em conjunto com outros elementos de madeira, como lambrequins e colunas que compõem a fachada com referências ao chalé. Assim, o guarda-corpo de madeira recortada é uma característica da casa mineira, mas também do chalé europeu.

Foto 31 – Guarda-corpos de madeira recortada presentes nas fazendas Aurora, Brejão, Prudente do Morro e Santa Veridiana. *Fonte:* fotos de autoria de MPHR.

Ainda sobre a madeira, cada espécie assumia uma função: aroeira para a estrutura, jatobá para piso e aberturas, coqueiro para o pau a pique e cipó para as amarrações¹⁸¹. Sabe-se que as lascas das madeiras utilizadas nos esteios e baldrames das estruturas das casas sedes eram utilizadas nos cercados e que na Fazenda Cachoeira utilizou-se a aroeira e o coqueiro. A aroeira foi bastante empregada na região e aparece em várias descrições sobre fazendas, inclusive no doutorado de Benincasa¹⁸². As toras das árvores eram carregadas em carretões puxados por bois e trabalhadas nas serrarias de cada fazenda, presentes em metade dos exemplares pesquisados, excluindo-se a Fazenda Campo Alegre, a Capão Alto, Santa Cruz, Santa Paulina e Santa Maria, mas não se sabe se elas existiram ou não nos tempos áureos. Janelas e portas também são sempre de madeira, nos seus batentes e nos escuros ou, posteriormente, nas venezianas, com a implantação do vidro nas janelas de guilhotina somente na segunda metade do século XIX.

As telhas, capa e canal ou francesas, assim como os tijolos, também revelam a temporalidade das construções. Como edificação anterior a 1859, apenas a sede da Fazenda Cachoeira apresenta a técnica da “gaiola” com vedos de pau a pique e telhas originais capa e canal, que apenas não aparecem originalmente nas fazendas Prudente do Morro e Santa Veridiana.

No século XIX, muitos desses materiais utilizados nas construções eram coletados ou produzidos na própria fazenda, desde a madeira, a pedra e a terra até telhas e tijolos. As “pedras-ferro”, abundantes, encontradas soltas, eram usadas sem aparelhamento e, além dos alicerces e pisos externos, também compunham escadas externas e os canais de água. Os tijolos, utilizados posteriormente no tempo do café nas tulhas, no revestimento dos terreiros e nas casas novas, primeiramente também eram produzidos nas olarias das próprias fazendas, no caso das mais ricas, ou em propriedades próximas. O terreiro revestido desses tijolos revelava maior riqueza da propriedade e maior apuro técnico em relação ao beneficiamento de café.

Em relação às tulhas, sempre diretamente ligadas aos terreiros, em cada propriedade inventariada aparecem com mecanismos próprios de transporte dos grãos e dos processos de beneficiamento, processos estes detalhados por Argollo¹⁸³ e Rozestraten¹⁸⁴. A propósito, terreiros e tulhas sempre estavam às vistas da casa sede, mas o agenciamento e funcionamento dessas unidades são bastante diversificados em cada fazenda, suscitando indagações muito

¹⁸¹ Informações obtidas por fontes orais. Ver item 5.2.

¹⁸² BENINCASA, 2007.

¹⁸³ ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. São Paulo; Campinas: Imprensa Oficial: Editora Unicamp, 2004.

¹⁸⁴ ROZESTRATEN, Artur Simões. *Estudo sobre a evolução do maquinário de benefício do café no Estado de São Paulo no século XIX e início do XX*. São Paulo, 1994.

interessantes sobre o beneficiamento do café. Segundo Argollo¹⁸⁵, o processamento dos grãos poderia ocorrer por “via seca” ou por “via úmida”, um dos fatores para determinar a caracterização dos terreiros, que deveriam estar voltados para a face Norte, escalonados, para que os canais condutores funcionassem por gravidade, através da água corrente que carregava os grãos, distribuídos em cada patamar do terreiro através das moegas, tudo controlado por pequenas comportas de madeira ou ferro.

Foto 32 – Terreiro e tulha da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 33 – Terreiro e tulha da Fazenda Prudente do Morro. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

¹⁸⁵ ARGOLLO, 2004.

Foto 34 – Terreiro e tulha da Fazenda Aurora. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 35 – Terreiro visto do viaduto que conduz o vagonete à tulha. Fazenda Brejão. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 36 – Terreiro da Fazenda Santa Veridiana. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 37 – Terreiro e casa sede atual da Fazenda Santa Maria. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Foto 38 – Casa sede e terreiro da Fazenda Santa Paulina. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Pode-se identificar o método de beneficiamento do café por “via seca” ou por “via úmida” em quase todas as propriedades visitadas, mesmo onde a estrutura cafeeira encontra-se em ruínas, como na Fazenda Santa Maria, ou onde existe apenas a casa sede, no caso do Sítio Capão Alto, no qual a história permanece na memória de seus moradores. Apenas na Fazenda Santa Cruz não há informação sobre essa estrutura. É interessante destacar que o método de beneficiamento por “via úmida” – com presença do despulpador do café em cereja, resultando num produto para exportação de melhor qualidade do que a adoção pura e simples do processo por “via seca” de secagem do café em coco no terreiro – está presente nas fazendas de famílias da elite paulista, a Prado e a Penteado, proprietárias da Brejão, Santa Veridiana e Aurora, que investiam na produtividade das fazendas e tinham grandes volumes de exportação de café. Em contraposição, as fazendas com terreiros de terra batida apresentavam um atraso tecnológico e, conseqüentemente, não deveriam se destacar no cenário das grandes exportações, já que a falta de revestimento do terreiro implicava uma qualidade inferior do café beneficiado, como era o caso da Fazenda Santa Paulina e do Sítio Capão Alto.

As tulhas de tijolos e pedra, com seus compartimentos internos de madeira, revelam a excelência de uma primitiva “engenharia de produção”, com apurado rigor técnico, que resultava na qualidade do café brasileiro exportado pelas casas comissárias de Santos. O maquinário, ainda existente nas fazendas Brejão e Aurora, garantia a seleção dos grãos para o seu correto ensacamento, e os ramais da estrada de ferro que chegavam às grandes propriedades garantiam o rápido escoamento da produção.

A maior parte dessa produção cafeeira relacionou-se ao trabalho de colonos nesse Sertão do Rio Pardo, europeus e asiáticos, italianos e japoneses que habitaram as casas isoladas ou geminadas das colônias. Aparecem registros de trabalho escravo no século XIX apenas nas

fazendas Cachoeira, Aurora e Brejão, sendo que apenas nas duas últimas ainda pode ser encontrada a senzala, embora reformada. Essas construções sempre se situavam próximas às casas sedes, mas, em sua maioria, separadas do corpo principal daquela edificação, e constituíam-se como cubículos isolados, com uma porta e uma janela cada. Na maioria dessas fazendas do século XIX, tanto senzala como colônias podiam ser avistadas a partir dos alpendres das casas sedes, presentes em todas as nove casas sedes das propriedades casa-branquenses. A grande preocupação do proprietário da fazenda, contudo, deixou de ser o controle sobre os trabalhadores para se focar na fiscalização da produção. Por isso, nem todas as colônias se localizavam às vistas da casa sede, como ocorre na Fazenda Cachoeira. Nessa implantação, a Colônia da Serra pode ser vista da sacada da sede, enquanto a Colônia Vermelha encontra-se distante. Nas fazendas Brejão, Aurora e Santa Maria, as colônias também se localizam bastante afastadas, mas todas possuem uma organização espacial que lembra os centros urbanos do período colonial, de casas contíguas delimitando os espaços de circulação e a sua disposição próxima de capelas, como igualmente ocorre na Santa Paulina e Santa Veridiana. Em relação às senzalas, nas duas propriedades citadas, esta se localizava próxima à casa sede, e tanto senzalas como colônias tinham fácil acesso aos espaços produtivos. Nos dois casos, não há relação entre colônias e senzalas, como que as primeiras a negar a existência das segundas, uma história de exploração que os proprietários das fazendas fazem questão de esquecer. A propósito, a senzala da Fazenda Aurora foi reformada e transformada em área de serviços. Apresenta-se no prolongamento do corpo principal da casa, formando um “L”, caso único dentre as estudadas. Não se sabe se esta foi a única senzala e se nela teriam habitado apenas os “escravos de dentro”.

Outra discussão de suma importância é a respeito das varandas e alpendres citados por Lemos¹⁸⁶, tanto nas casas rurais como nas casas urbanas coloniais e do I e II Impérios brasileiros, presentes nas casas bandeiristas, nas casas rurais mineiras, nos engenhos de açúcar e nas casas sedes cafezistas.

Alpendres moderadores de temperatura ou simples coberturas sobre os vãos de acesso, esses são espaços que aparecem em oito das nove casas sedes pesquisadas, assumindo formas variadas, mas todos sob telhado rebaixado, característica que, por sua frequência, poderia ser considerada uma peculiaridade local ou um elemento de uso regional. O telhado rebaixado aparece inclusive na Cachoeira, como cobertura do alpendre reentrante ou corredor da casa bandeirista ou da casa rural mineira do século XVIII, das regiões de Ouro Preto, situado entre

¹⁸⁶ Terminologias apresentadas no capítulo anterior, p. 35. LEMOS, 1999.

as paredes mestras da construção. O alpendre frontal aparece na Santa Cruz, Brejão e Aurora, sendo que, nesta última, toma forma de um telhado de duas águas, com o desenho da água furtada e com presença de calha, induzindo à interpretação da posteridade desse elemento, dúvida que recai também sobre o alpendre da Santa Paulina, na qual este recinto é lateral. No entanto, sobre a fazenda Santa Paulina, é preciso considerar e tomar cuidado com as informações sobre a originalidade da edificação e das reformas pelas quais passou. Ao comparar fotos atuais com o desenho da casa original, observa-se que na lateral direita da construção não havia esse alpendre e pode-se ver o porão. Aliás, esse desenho revela a presença da tradição mineira, com a casa em dois níveis e o porão, estilo posteriormente disfarçado com os traços neocoloniais.

Diferentemente, aparece o alpendre frontal em “U” na Santa Veridiana e Campo Alegre, abrangendo as áreas sociais, e em “L” na Prudente do Morro.

No Sítio Capão Alto, não aparece esse ambiente: o acesso se dá diretamente na sala de visitas, o que talvez revele a “pobreza” da família e a economia de recursos ou a transformação desse alpendre em sala de receber, como já afirmava Carlos Lemos¹⁸⁷.

Quanto à Fazenda Santa Cruz, não há quaisquer dados históricos sobre essa propriedade, o que dificulta muito a sua análise. O único documento é a própria construção. O alpendre existente, com colunas novas em concreto armado, também foi construído sob telhado rebaixado, mas, nesse caso específico, analisando o conjunto, tudo indica que esse ambiente parece ser posterior ao restante da edificação.

Foto 39 – Alpendres das fazendas Aurora, Campo Alegre e Prudente do Morro. *Fonte:* fotos de MPHR.

¹⁸⁷ LEMOS, 1999, p. 77.

Foto 40 – Alpendres das fazendas Santa Veridiana, Santa Cruz e Santa Paulina. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 41 – Alpendre da Fazenda Brejão. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 42 – Alpendre da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* fotos de MPHR.

Alpendres verdadeiros ou reentrantes revelam, *a priori*, um programa de necessidades tipicamente rural, de acolhimento e distanciamento de pessoas estranhas, viajantes e tropeiros que precisavam de abrigo durante as longas viagens, o que resultou também na presença de cômodos isolados, os quartos de hóspedes, ligados diretamente a esses alpendres, mas sem acesso direto ao interior da casa, de forma a garantir o resguardo da família, especialmente das mulheres. Cômodos isolados ou com acesso independente pelo alpendre aparecem apenas na casa sede das fazendas Cachoeira e Santa Veridiana.

A presença da capela no corpo da construção da casa principal também foi uma característica marcante, tanto na arquitetura mineira quanto na arquitetura paulista bandeirante e na arquitetura rural cafeeira, associada a uma religiosidade mas também a um *status* social vinculado à importância da Igreja Católica no Brasil Colônia, aos poucos diluída com o aumento dos poderes do monarca no Brasil e a delimitação das atividades civis e sacras. Por isso mesmo, as capelas não são uma unanimidade nas propriedades. Trata-se de um recinto bastante caracterizado no interior da casa da Fazenda Santa Cruz e em meio à antiga casa administrativa da Fazenda Brejão e poderia constituir um dos cômodos laterais da Fazenda Cachoeira, que possui também a capela externa, da década de 1940. Em outras propriedades, a capela externa é contemporânea da casa sede, como na Santa Veridiana e Santa Paulina. O estudo da capela constitui foco bastante interessante, trabalhado atualmente em tese de doutorado de Silveli Russo¹⁸⁸ e que poderia constituir tema a ser aprofundado, especificamente sobre capelas rurais do século XIX.

Não se pode olvidar as cozinhas, tema abordado por Lemos¹⁸⁹. As cozinhas originais antigas sempre foram externas, podendo apresentar-se, inclusive, desniveladas em relação ao corpo social da casa. Acessadas por escadas ou por longo corredor, como na Prudente do Morro, Brejão e Aurora, são isoladas do restante da residência, mas situam-se no mesmo nível da área social; é um conceito bastante diferente do atual, cuja cozinha, muitas vezes, constitui local de encontros sociais, especialmente da família, evolução que pode ter sido iniciada com a incorporação do recinto “varanda” e acabou transformando-se em sala de jantar com a introdução da copa na década de 1940.

Nessas fazendas do século XIX, poderiam existir várias cozinhas, uma para a manipulação de cada tipo de alimento, já que tudo era produzido na própria fazenda, para o consumo interno ou comércio local, desde os doces de frutas do pomar, até a banha extraída dos capados ou das leitoas. O leite era desnatado para a produção da manteiga e do queijo curado. Todos os produtos necessários para consumo eram facilmente apanhados ao redor da casa. Hortas e pomares ofereciam legumes e frutas frescas. As carnes vinham dos criadouros, chiqueiros e currais, e das galinhas criadas soltas. Outros alimentos, como leguminosas, eram cultivados pelos colonos, em seus quintais. E o fubá também era ali produzido, triturado entre as pedras

¹⁸⁸ RUSSO, Silveli. *Espaço Doméstico, devoção e arte: construção histórica do acervo de oratórios brasileiros*. Em andamento. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁸⁹ LEMOS, Carlos. *Cozinhas, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

do moinho movido pela água corrente. Além disso, havia trocas internas e comércio local com os viajantes e com os povoados dos arredores.

Diante dessas descrições e comparações entre as fazendas casa-branquenses, podemos visualizar as características gerais dessas propriedades, com destaque para a diversidade tipológica das casas sedes. As peculiaridades de cada propriedade serão abordadas nos capítulos seguintes, com destaque para a Fazenda Cachoeira, seguida pela Prudente do Morro e Aurora.

5 FAZENDAS DO “CICLO DO GADO”

Foram sedes de importantes fazendas dedicadas principalmente à pecuária extensiva, laticínios, criação de muales e suínos, e que ocuparam primordialmente as zonas de cerrados, aptas à criação de gado bovino por conterem áreas naturais propícias à constituição de pastagens. Eram terras menos férteis que aquelas ocupadas pelas matas que, anos depois, seriam as mais procuradas pelos cafeicultores. Mesmo assim, muitas delas transformaram-se em fazendas de café, recebendo, então, equipamentos destinados ao beneficiamento dos grãos, porém, mantendo as instalações primitivas, incluindo os casarões, os pátios de tropas de burros, os estábulos e cocheiras, monjolos, ranchos para as tropas, enfim, todo um arsenal de edifícios e um modo de vida que inexistiram, posteriormente, nas fazendas constituídas durante o ciclo do café.

Nessas fazendas, principalmente as da região do Sertão do Rio Pardo, as edificações foram erguidas utilizando técnicas construtivas tradicionais de Minas Gerais, além de nelas terem sido implantadas um modo de vida muito diferente dos costumes paulistas de então. As principais edificações eram erguidas com a técnica da taipa de mão, com estrutura em gaiolas de madeira e os vãos preenchidos por uma trama de madeira e barro ou adobes. Quase toda a madeira utilizada era retirada das matas locais, verificando-se um intenso uso da aroeira, cujas lascas externas, retiradas no aparelhamento das toras, eram aproveitadas para a confecção de cercados, o que se tornou uma característica regional. De madeira também se construíram os estábulos, os ranchos para os tropeiros, os paióis. Eram fazendas rústicas, adaptadas a um padrão de vida igualmente duro. E essa tipologia arquitetônica legada pelos mineiros acabou permanecendo e sendo muito utilizada até praticamente a década de 1880, quando então irrompe o ecletismo arquitetônico.

Vladimir Benincasa

5.1 Propriedades rurais mineiras

Nas antigas zonas auríferas de Minas Gerais, na região do Rio das Velhas, cercanias de Ouro Preto, além da atividade mineradora, muitas fazendas se constituíram voltadas para a produção de alimentos e a criação de aves e gado para consumo do proprietário e seus escravos, haja vista o alto preço dos impostos sobre os alimentos importados de outras províncias. Nessas fazendas, produzia-se azeite da mamona, açúcar, aguardente, rapadura, farinha de milho, fubá, canjica, farinha de mandioca, queijos e às vezes farinha de trigo e também algodão¹⁹⁰.

As fazendas organizavam-se em torno de um pátio cercado por muro de pedras ou paliçada de lascas de madeira, espaço conhecido como terreiro, em cujas proximidades encontravam-se a

¹⁹⁰ FREITAS, 1986, p. 35.

residência do fazendeiro, as edificações de produção e a senzala. O terreiro tinha forma quadrangular e situava-se na frente da casa; era o local onde se prendiam os animais e onde circulavam homens e mercadorias. Dentre as edificações de produção, destacam-se o engenho de açúcar, o moinho, a destilaria, a casa de farinha e o monjolo, voltados para o beneficiamento da cana, do milho e da mandioca principalmente, além de armazéns, paióis, celeiros, currais, coberturas para carros de bois, ranchos para tropas, carpintarias e ferrarias¹⁹¹. Esses conjuntos arquitetônicos foram assentados preferencialmente próximos de rios ou córregos, pois a água era fundamental não só para o desenvolvimento da mineração, mas como fonte de energia para o beneficiamento de alimentos, além de facilitar os afazeres domésticos. Nesses terrenos montanhosos de Minas Gerais, as casas rurais localizavam-se a meia encosta, próximas desses cursos d'água¹⁹², respeitando a topografia, o que determinou uma das principais características da casa mineira dessa região, elevada do solo e assentada sobre esteios de madeira.

Enquanto o terreiro localizava-se na frente, os jardins mineiros situavam-se na parte de trás da casa¹⁹³, local protegido dos olhares dos estranhos, onde as mulheres podiam circular livremente. Em relação aos espaços religiosos, a capela podia aparecer em um dos lados do alpendre frontal, constituir-se como um cômodo interno da morada ou uma construção externa, mas também podia aparecer o cruzeiro de madeira, implantado próximo à casa sede¹⁹⁴.

Tratando-se do conjunto arquitetônico da região do Rio das Mortes, este é bem mais modesto do que da região abordada anteriormente. Esta região ao Sul de São João Del Rei foi, até o século XVIII, zona aurífera, transformando-se depois em zona agrícola, caracterizada sobretudo pela criação de gado e produção de queijos e toucinho. Nesta região, o terreiro bastante amplo também constitui a peça principal do conjunto arquitetônico, cercado por muro de pedra e em torno do qual enfileiravam-se a senzala, os galpões para beneficiamento dos alimentos, os depósitos e a casa sede, construída ao rés do chão¹⁹⁵, na qual adentra-se diretamente pela sala, a peça principal da residência, sem presença do alpendre frontal¹⁹⁶. Destacam-se nesses conjuntos os estabelecimentos voltados para a pecuária extensiva, os currais pegados às casas, construídos de lascas de aroeira, a leiteria ou queijaria e as cercas de

¹⁹¹ FREITAS, 1986, p. 36 – 38.

¹⁹² Ibid., p. 39.

¹⁹³ Ibid., p. 48.

¹⁹⁴ Ibid., p. 53.

¹⁹⁵ Ibid., p. 55.

¹⁹⁶ FREITAS, 1986, p. 173.

paus de aroeira ou os “valos” utilizados para dividir a propriedade em pastos diversos¹⁹⁷. A implantação respeita a proximidade de cursos d’água e a presença do cruzeiro de madeira é freqüente.

5.2 Fazenda Cachoeira: caso emblemático

A Fazenda Cachoeira pode ser considerada uma fazenda mineira em território paulista, apresentando um sincretismo entre as características das propriedades rurais da região de Ouro Preto e de São João Del Rei, tanto em relação ao conjunto arquitetônico quanto em relação especificamente à casa sede. Esta fazenda possuía a maioria das edificações de beneficiamento de alimentos próprios das fazendas mineiras em geral, como o engenho de açúcar, a casa de farinha, o monjolo e o moinho, além das características das fazendas pecuaristas da Comarca do Rio das Mortes, como a presença dos valos para conter o gado em pastos diferenciados, e incorporou, já em fins do século XIX, as instalações voltadas para o beneficiamento do café.

A casa sede também se mescla entre a casa térrea e a casa elevada do solo com porão, na qual se adentra por intermédio de um alpendre reentrante, caracterizado como a faixa fronteira das casas bandeiristas e de algumas casas mineiras da região do Rio das Velhas do século XVIII, com dois cômodos laterais.

São essas características principais que justificam o interesse nesta propriedade sob o ponto de vista da análise arquitetônica, pois ela engloba as várias fases dos primeiros tempos de povoamento e do desenvolvimento econômico da região de Casa Branca. Trata-se de uma fazenda agrícola e pecuarista mineira que acompanhou o avanço do café pelo Nordeste paulista.

¹⁹⁷ BENINCASA, 2007, p. 24.

5.2.1 Dados Gerais¹⁹⁸

Mapa 7 – Localização da Fazenda Cachoeira. Sem escala. *Fonte:* Base cedida pelo Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay do Município de Casa Branca, com informações e detalhes complementados pelo coordenador do museu, sr. Adolpho Legnaro Filho.

Ano de realização da pesquisa de campo: 2007

Localização: Município de Casa Branca com acesso pela rodovia SP-SP 340, que liga este município a Mococa.

Fundação: década de 1830

Proprietário original: Prudente José Corrêa (década de 1830); José Thomaz de Andrade e sua esposa Maria Claudina Villela (1859).

Proprietário atual: José Rubens Villela de Andrade.

Cultura original: cana-de-açúcar e pecuária extensiva (principalmente suínos).

Cultura atual: pecuária leiteira e de corte (bovinos, suínos e caprinos) e álcool.

¹⁹⁸ Fonte das informações: conversa com o proprietário atual e com sua mãe, Dona Margarida.

5.2.2 Histórico

[...] Saibam quantos esta virem, que no anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e cincoenta e nove (1859), aos três dias do mês de outubro do dito anno, nesta cidade de Casa Branca, digo nesta Villa de Casa Branca, em meu cartório compareceram de uma parte como vendedores Prudente José Corrêa, e sua mulher Dona Anna Epifania do Rosário, e de outra como comprador Jose Thomaz de Andrade e pelos ditos vendedores me foi dito [...] que de hoje para sempre vendiam ao dito comprador Jose Thomaz de Andrade uma fazenda denominada Cachoeira, com todas as benfeitorias existentes na mesma, contendo mil cento e doze alqueires, e três quartas e meia de terras de planta de milho, cuja fazenda eles vendedores houveram por troca com Tristão Antonio de Carvalho, e sua mulher, tem a mesma fazenda as seguintes demarcações: Principia na barra do Córrego da Onça no Tambahú, subindo pelo Córrego da Onça acima, até a barra para baixo do Retiro, e subindo pelo braço da esquerda até ganhar o vallo, e por este acima até ganhar outro vallo [...] até ao Congonhas [...]. Disseram mais os vendedores que vendiam, com a condição de conservar na dita fazenda Tristão Antonio de Carvalho e sua família com toda a criação e sem perturbações, do comprador e serão conservadas as benfeitorias durante o tempo que ahi estiver o dito Tristão, que será até fins de Setembro de mil oitocentos e sessenta [...].

Autos de Divisão das Fazendas: Cachoeira, Mato Seco e Potreiro Grande

A Fazenda Cachoeira, adquirida por José Thomaz de Andrade e sua esposa Maria Claudina Villela do fazendeiro Prudente José Corrêa, em 1859, inicia sua produção agropecuária com a cana-de-açúcar, e a pecuária extensiva com a criação principalmente de suínos, mas o auge de sua produção, segundo informações dos proprietários atuais, será atingido apenas em fins do século XIX, na década de 1880, com a introdução da cultura cafeeira¹⁹⁹, quando a propriedade pertencia a Domingos Villela de Andrade²⁰⁰. No entanto, segundo o documento consultado, em 1883 as terras da fazenda estavam divididas em quatro culturas, estando a menor porcentagem das terras voltada para o cultivo do café, referente a 140 alqueires, e a sua maioria ocupada por pastagens, referente a 624 alqueires.

A atividade cafeeira na fazenda é comprovada não só pelos remanescentes arquitetônicos referentes ao beneficiamento do grão, como a presença da tulha e terreiro, mas também através de documentos de época, como recibos de Casas Comissárias de Santos, com data de 1892, até anotações em Livros Correntes de 1946, onde consta a venda de café.

¹⁹⁹ Fonte: conversa com o atual proprietário José Rubens Villela de Andrade e sua mãe Dona Margarida.

²⁰⁰ Domingos Villela de Andrade torna-se o único proprietário da fazenda em 1896, por morte de José Thomaz de Andrade e sua mãe Maria Claudina Villela. Domingos Villela administrou a fazenda por mais de trinta anos e, por ocasião do seu falecimento, em 1931, a fazenda passa para José Alexandre Villela de Andrade, o conhecido Juca Villela, pai de José Leonardo Villela de Andrade e avô de José Rubens Villela de Andrade, atual proprietário. Fonte: *Autos de Divisão das Fazendas: Cachoeira, Mato Seco e Potreiro Grande*. 1941, Vol. I, 1º Offício, p. 177. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso Taunay, Casa Branca, SP.

A Fazenda Cachoeira, portanto, teve uma atividade produtiva bastante complexa, que variou da produção e beneficiamento de alimentos como o milho, arroz e feijão, à criação de gado para venda do leite e criação de porcos para extração da banha e toucinho. A variedade de produtos cultivados nesta propriedade pode ser mais bem visualizada a partir dos documentos encontrados na fazenda, que abrangem Livros Correntes, Livros de Contas, Cadernetas de colonos e Contratos de trabalho:

- Livro Corrente nº 4 – 1894/ 1895 – Fazenda Cachoeira de Domingos Villela de Andrade: aparecem anotações de produtos como sal, banha, fubá, arroz, assucar (*sic*), feijão, café, fumo, milho, sabão e toucinho.
- Livro de Contas: 1892/ 1893/ 1894 (com débitos e créditos dos colonos das fazendas), 1894 (colheita de café), 1899 (café remetido para Santos), 1929 (contagem de cafeeiros, benfeitorias, usina elétrica, criações, contas correntes e carretos), 1931 (referência a dinheiro extraído do fornecimento de leite e venda de vaccas - *sic*- de corte), 1932 (dinheiro extraído da venda de porcos), 1933 (gado e leite vendido para fábrica), 1945 (vaccas -*sic*- e capados vendidos), 1946 (café e gado vendido).
- Cadernetas com o lançamento da conta corrente de cada colono da fazenda, referente a cada ano agrícola de safra.
- Contratos de trabalho com imigrantes italianos.
- 1900: Caderneta de Notas Diversas e Colheita de Café, com o café remetido para Santos pela Casa Comissária Penteado e Dumont.
- Livro Ponto de 1896 a 1900.

Em fins do século XIX, paralelamente à produção cafeeira, a fazenda manteve a criação de suínos, bovinos e caprinos – animais de trabalho e produção e fornecedores de carne e leite – e o cultivo de produtos como o milho, o feijão e o arroz, como atividades complementares e suplementares, além do cuidado com hortas e pomares e a comercialização dos produtos excedentes não consumidos na fazenda.

Em inícios do século XX, introduz-se na fazenda a primeira usina hidrelétrica da região, na cachoeira do Rio Congonhas, que abasteceria o município de Casa Branca até meados da década de 1930. A produção de café e milho perdura até a década de 1980. Atualmente

persiste a pecuária leiteira e de corte. Parte das terras foi arrendada para cultivo da cana, com o objetivo de produzir álcool combustível. É recente o interesse pelo turismo rural e cultural (ecoturismo), como alternativa para difundir e manter a estrutura arquitetônica e paisagística remanescente dos séculos XIX e XX.

As diversas fases pelas quais passou a fazenda também podem ser caracterizadas pela mão de obra. Os cativos habitaram senzalas que não existem mais e italianos habitaram colônias numerosas ao lado de trabalhadores livres brasileiros, os meeiros. No momento, há poucos colonos na fazenda, substituídos pelos maquinários modernos.

5.2.3 Conjunto Arquitetônico²⁰¹

Foto 43 – Foto aérea sobre a sede da Fazenda Cachoeira, Casa Branca. *Fonte:* Google Earth* 2007.

²⁰¹ Bens da Fazenda Cachoeira e Matto Secco, em 1931:

- 2152 alqueires de terra de primeira, segunda e terceira qualidade, campos e cerrados
- casas de colonos simples e duplas
- tulhas
- machina de beneficiar café
- paioes
- engenho de serra
- ranchos
- curraes
- usina elétrica, com acessórios e represa dagua
- casa da sede da fazenda
- gado vaccum: 493 cabeças de diversos tamanhos e idades, como vaccas de leite de 1ª, 2ª e 3ª cathegoria, vaccas de corte, novilhos, garrotes, bois, de carro e bezeros.
- Muares e cavallares: burros de carroça, burros de idade avançada e imprestáveis, burros novos, cavallos de sella e potros.
- 110600 pés de café de diversas idades e diversos preços
- frutos pendentes: 3300 arrobas
- móveis: carros, carroças, carrinhos de leite
- 40 carros de milho

Fonte: AUTOS DE INVENTÁRIO DO CAPITÃO DOMINGOS VILLELA DE ANDRADE, EM QUE É INVENTARIANTE JOSÉ ALEXANDRE DE ANDRADE (1931) – Consta nos “Autos de Divisão das Fazendas Cachoeira, Mato Seco e Potreiro Grande (01/abril/1941)”. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso Taunay, Casa Branca.

Mapa 8 – Implantação do conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Cachoeira, Casa Branca. *Fonte:* pesquisa de campo e conversa com José Rubens Villela de Andrade e Ascendino Thomé, ex-funcionário da fazenda.

Legenda:

- 1- casa sede da fazenda
- 2- jardim e pomar
- 3- pomar
- 4- área de lazer recente e antiga senzala
- 5- antiga administração e escola
- 6- antiga cocheira ou garagem
- 7- estrebaria
- 8- bebedouro para animais
- 9- paiol
- 10- casa de morada do administrador
- 11- local para engorda de porcos
- 12- chiqueiro
- 13- antiga tulha e casa de máquinas
- 14- antigo lavador e canais condutores
- 15- antigo terreiro de café
- 16, 17- açudes
- 18, 19, 20- casas de colonos
- 21- estábulos
- 22- tronco de contenção de gado
- 23- antigo terreiro de café
- 24- bezerreiro

- 25- curral
- 26- serraria
- 27- casa de colono
- 28- capela e cruzeiro
- A, B- canais de água corrente
- C- localização da antiga roda d'água
- D- cachoeira e antiga usina hidrelétrica

Foto 44 – A cachoeira do Rio Congonhas nas terras da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

A paisagem em que se insere a sede da Fazenda Cachoeira é composta por um relevo pouco acidentado, em leve declive, com presença de matas nativas e cursos d'água, como o Rio Congonhas com a sua cachoeira, que outrora fornecera energia não só à fazenda, mas também ao município ao qual pertence. Todas as edificações ainda existentes foram construídas com material da própria fazenda. A madeira – jatobá, peroba ou aroeira – ainda é encontrada nas matas que cercam a sede da propriedade, e o uso das pedras-ferro é característica marcante da maioria das

construções das fazendas antigas do Município de Casa Branca e região.

O conjunto arquitetônico remanescente dos séculos XIX e XX vincula-se às atividades agropecuárias que ali se desenvolveram, ao cultivo da cana e à criação de gado bovino, caprino e suíno, num primeiro momento, e posteriormente ao café, que acrescentou novas edificações ao conjunto arquitetônico já existente, sem suprimi-lo, no entanto, tendo o café, a pecuária e o cultivo de bens para consumo e comércio local coexistido até meados da década de 1980.

Do programa de necessidades dos primeiros tempos de atividade da Cachoeira, ainda podemos encontrar todo o conjunto de construções que atendiam à criação de porcos e gado bovino, construções estas da década de 1860: a cocheira, a estrebaria, o chiqueiro e os estábulos, além de construções complementares como a serraria, canais de água e açudes, além do moinho de fubá, cujas pedras encontram-se desmontadas na antiga serraria.

Do café, introduzido na fazenda no último quarto do século XIX, encontram-se remanescentes a tulha e os terreiros, bem como as casas de colonos e a serra mecânica.

No plano do imaginário e da memória, permanecem as histórias sobre a senzala, o moinho de fubá, o monjolo, a roda d'água, a usina hidrelétrica, a casa do eletricitista e a olaria.

Há, portanto, todo um complexo arquitetônico organizado em função das duas principais atividades agropecuárias que se complementavam: a criação de gado e a cafeicultura. As

construções e o gerenciamento da fazenda garantiam a sustentabilidade da propriedade num sistema quase autárquico, no qual a atividade rural era composta da produção agrícola e do processo de beneficiamento de seus bens primários, chegando ao produto final pronto para exportação, no caso do café, e para comercialização direta, no caso do leite e carne, além do milho, feijão e arroz, estes últimos em menor escala.

Nesse conjunto arquitetônico, destaca-se também o cruzeiro de madeira²⁰² – marco da implantação de fazendas mineiras do século XVIII – localizado próximo ao acesso frontal da casa sede, avistado desde a porteira.

Foto 45 – O cruzeiro de madeira localizado em frente da casa sede da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* foto de autoria de MPHR.

Além dos limites da sede da fazenda, que contempla todas essas edificações, ainda são encontrados os “valos”, utilizados como “cercas invisíveis” para conter o gado: trata-se de valetas profundas no solo, atualmente recobertas por vegetação, mas, segundo depoimentos, utilizados também como “trincheiras” onde eram “enterrados” os corpos dos escravos. Assim

²⁰² FREITAS, 1986, p. 53.

afirma a senhora Ledowirges: “(...) esse buraco (o valo) diz que nunca ia acertar (...) isso aí é amostra onde enterrava os escravos (...)”²⁰³.

5.2.4 Construções relacionadas à pecuária extensiva

Foto 46 – Pátio delimitado pelo bebedouro para animais, cocheira e estrebaria, visto da sacada da casa sede.
Fonte: foto de autoria de MPHR.

Uma das estruturas mais interessantes do complexo produtivo vinculado à pecuária extensiva é o pátio formado pelas construções 6, 7 e 8 – cocheira, estrebaria e bebedouro, delimitado por um muro de arrimo de pedra e barro e um cercado de madeira.

A antiga cocheira, de madeira, coberta com telhas de barro francesas, que substituíram as telhas capa e canal, hoje serve como depósito. No local, encontram-se antigos carros de bois usados até a década de 1960, carretões utilizados para o transporte de grandes toras de madeira, arados e maquinários antigos. A cocheira e a estrebaria eram construções relacionadas a atividades complementares à pecuária extensiva, primeira atividade desenvolvida na fazenda, e que ainda hoje auxiliam na criação de gado bovino e caprino. A estrebaria consiste numa construção com fundação de alvenaria de pedra e barro, paredes de alvenaria de tijolos e algumas vedações de madeira, aberturas de madeira e cobertura de telhas de barro francesas, que substituíram as telhas capa e canal originais. O revestimento do piso é de pedra-ferro.

²⁰³ Entrevista concedida por Ledowirges Thomé, esposa de Ascendino Thomé, em 26/06/2009 a MPHR.

Foto 47 – Vista da antiga cocheira da Fazenda Cachoeira, atual depósito. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 48 – Vista interna da antiga cocheira da Fazenda Cachoeira, atual depósito de carros de bois, carretões de puxar madeira e antigos equipamentos agrícolas. *Fonte:* foto de MPHR.

de tijolos e vedações de madeira. Piso de pedra-ferro. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 50 – Vista lateral da estrebaria. Vedação em madeira. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 49 – Vista frontal da estrebaria da Fazenda Cachoeira. Construção

Foto 51 – José Leonardo, pai do atual proprietário, em frente à estrebaria na década de 1970. *Fonte:* Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay, de Casa Branca.

O bebedouro é formado por um muro de pedra e barro, cuja cobertura e estrutura de madeira não são originais.

Foto 52 – Vista do bebedouro para animais da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 53 – Local para engorda dos porcos: piso de pedra-ferro e muro de pedras. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 54 – Chiqueiro. Piso de pedra-ferro. Muro de pedras e tijolos. No canto superior direito, a tulha. *Fonte:* foto de MPHR.

As construções 11 e 12 referem-se à criação de suínos, atividade que remete aos primeiros tempos de ocupação da fazenda. A carne e a banha de porco eram muito utilizados para alimentação na própria fazenda e também para comercialização, atividade que persistiu com intensidade até a década de 1940. As edificações relacionadas a essa atividade, local para engorda dos porcos e o chiqueiro, foram construídas em alvenaria de pedra e barro com algumas vedações, e a estrutura do telhado de madeira coberta com telhas capa e canal, substituídas por telhas francesas. O piso é de pedra-ferro.

Por trás da estrebaria e entre os chiqueiros, passam os canais de água corrente, que são drenados do Rio Congonhas. Esses canais, da década de 1860, auxiliam no trato dos porcos e demais animais da fazenda, passando inclusive pelo local onde existia a antiga roda d'água.

Foto 55 – Canal de água (A) que passa nos fundos da estrebaria. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 56 – Canal de água (B) que abastece chiqueiro e local de engorda dos porcos. *Fonte:* foto de MPHR.

A morada dos escravos era muito próxima à casa sede – ambas da época das primeiras atividades da fazenda –, posicionada lateralmente ao acesso principal frontal da casa do fazendeiro, e tinha seis ou sete quartos grandes. Um sino na frente da casa era utilizado para acordar os trabalhadores. A parte térrea da casa, o acesso principal, dava vistas para a morada dos escravos, formando um pátio frontal, que provavelmente constituía o antigo terreiro dos mineiros pecuaristas. A senzala foi demolida com a intenção de apagar da história

da fazenda o capítulo da escravidão negra, já que alguns relatos confirmam períodos de violência contra aqueles trabalhadores, que deviam ser muitos, como aponta o comentário do senhor Ascendino Thomé²⁰⁴:

“(...) próximo à serraria tinha a Colônia da Serra, o monjolo, o moinho de fazer fubá, a máquina de arroz e a máquina de café (...) e por ali tinha cerca de 300 a 400 daquela aranha que punha na canela dos crioulos para não fugir (...) isso aí eu alcancei (...) em 1950 elas ainda estavam lá.” (Entrevista a MPHR, em 26/06/2009)

A antiga serraria, ou engenho de serrar madeira, era uma das construções obrigatórias para a implantação de uma fazenda nova, pois reduziria pela metade os custos de implantação da mesma. A própria casa sede, com sua estrutura em madeira, conta-se, teve todos os seus esteios e baldrames fabricados no local, com a madeira das matas virgens. Dessa forma, essa construção de madeira provavelmente seja contemporânea da casa sede, anterior a 1859, mesmo que a serra ali ainda existente tenha sido introduzida em período posterior, nos tempos do café. Neste local, também se encontram as pedras do antigo moinho de fubá.

²⁰⁴ Ascendino Thomé, ex-funcionário da fazenda, morou na propriedade de 1925 a 1960 aproximadamente, e é marido de Ledowirges Francisco Thomé.

Foto 57 – Antiga serraria ou engenho de serrar madeira. No local, ainda encontramos a serra mecânica. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 58 – As pedras do antigo moinho de fubá. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 59 – A antiga casa administrativa ou escritório da Fazenda Cachoeira. Alpendre frontal com piso elevado do solo. *Fonte:* foto de MPHR.

Próxima à porteira que separa a sede das terras cultivadas, encontra-se a antiga casa administrativa construída à moda mineira, elevada do solo, com parte da varanda frontal em estrutura de madeira e parte em tijolos, como todo o restante da construção. Também aqui todas as aberturas possuem vergas retas, característica presente em todas as edificações da fazenda, excluindo-se a casa sede, com suas janelas de vergas curvas. Ao seu lado, a escola, construção da década de 1980 em tijolos de cimento, e quase em frente, a singela capela,

construída entre 1944 e 1947, e o cruzeiro de madeira recortada, como balaustradas justapostas.

Foto 60 – À esquerda, a escola da década de 1960 e, à direita, a casa administrativa. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 61 – A capela da Fazenda Cachoeira construída em 1947. *Fonte:* foto de MPHR.

5.2.5 Construções relacionadas à cafeicultura

Enquanto o conjunto de edificações remanescentes do século XIX, referente à atividade pecuária, ainda continua em uso, a estrutura cafeeira encontra-se abandonada, mas íntegra fisicamente. Sem uso desde a década de 1980, quando se encerrou a produção cafeeira nessa propriedade rural, as construções típicas desta atividade – tulha e terreiros – são vestígios de um tempo de grande vida e atividade na fazenda, até mesmo nas décadas de 1930 e 1940, época lembrada pelo senhor Ascendino Thomé com grande saudade, quando havia na fazenda cerca de 38 famílias de colonos e 10 famílias de meeiros. Algumas colônias dos imigrantes italianos, que chegaram no final do século XIX e início do século XX, ainda estão habitadas pelos poucos funcionários que residem na propriedade; outras encontram-se em ruínas. Essa estrutura da produção cafeeira não alterou o conjunto arquitetônico do início do século XIX, referente à pecuária, apenas incorporou novas edificações à paisagem.

Fotos 62 e 63 – Casa da Colônia Vermelha na Fazenda Cachoeira e detalhe da cimalha de tijolos sob o beiral do telhado. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto

64 – Outro modelo de residência da Colônia Vermelha. Duas casas geminadas com alpendre sob telhado de prolongo. Os cunhais são arrematados por pilastras. *Fonte:* foto de MPHR.

Além da atual porteira que delimita a sede da fazenda, deparamos com uma das casas da antiga Colônia Vermelha, onde morou o senhor Ascendino Thomé. Além desta, havia também a Colônia Olhos D'água e a Colônia da Serra, já dentro do conjunto da sede, próxima à antiga serraria. As habitações da Colônia da Serra eram conhecidas como casas brutas e comportavam duas famílias cada, ao passo que as habitações da Colônia Vermelha comportavam apenas uma família. São construções provavelmente do final do século XIX, quando teriam chegado os primeiros imigrantes italianos, segundo demonstram os cadernos de alguns colonos. Trata-se de construções térreas de alvenaria de tijolos, com alpendres frontais e áreas de serviços sob telhados de prolongo, com cunhais em sobressalto, caracterizando pilastra com fuste e capitel, e a elevação frontal com cimalha em tijolos colocados diagonalmente. Apesar desses detalhes decorativos, todas as aberturas possuem enquadramento com vergas retas; não há vidraças, apenas folhas de madeira com abertura para o interior.

A respeito dos aspectos construtivos, todas as edificações desse período cafeeiro utilizam-se de tijolos de barro cozido e telhas francesas. A edificação próxima ao terreiro abriga a tulha e a casa de máquinas, tendo sido construída com alvenaria de tijolos revestidos de argamassa coroada por cimalha também de tijolos, assim como as casas dos colonos. A estrutura é formada por pilares e vigas salientes de alvenaria de tijolos, com o baldrame apoiado sobre um alicerce de pedra e barro, no qual aparecem aberturas de madeira. Na elevação frontal, as janelas de vergas retas possuem vidraças externas tipo guilhotina e escuros internos. As portas possuem bandeira superior, também com verga reta. Internamente, ocupando metade da área da edificação, há dois compartimentos de madeira utilizados para o armazenamento do café, com sua parte superior acessada por escada também de madeira.

Desenho 6 – Croqui de corte longitudinal que possibilita visualizar a organização do conjunto arquitetônico cafeeiro em relação à casa sede e entender a relação entre a tulha/ casa de máquinas e o terreiro de café. Numa implantação costumeira, a tulha deveria localizar-se em nível inferior ao terreiro, para maior facilidade do transporte dos grãos. Nesta fazenda, a tulha encontra-se em nível superior ao terreiro. *Fonte:* desenho de MPHR.

Foto 65 – A tulha vista da sacada da casa sede. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 66 – Vista frontal da tulha e casa de máquinas. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 67 – Vista da lateral esquerda da tulha. No canto inferior direito, o lavador de café. *Fonte:* MPHR.

Foto 68 – Indicados pelas flechas vermelhas, pode-se ver parte da estrutura de uma espécie de aqueduto que levava a água do canal de água (B) até o lavador de café, de onde os grãos escoavam para os terreiros através dos canais condutores em nível (não subterrâneos) até as moegas receptoras. *Fonte:* dados de fontes orais e foto de MPHR.

Foto 69 e 70 – À esquerda, canais condutores em nível percorrendo todo o terreiro. Na foto superior, moega receptora. *Fonte:* Fotos de MPHR.

Foto 71 – Vista geral do terreiro em degraus com leve inclinação para escoamento das águas pluviais. No canto superior direito, os fundos da tulha, localizada em nível superior ao terreiro. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 72 – No interior da tulha e casa de máquinas, encontra-se o vagonete utilizado para recolher o café seco no terreiro. *Fonte:* foto de MPHR.

No espaço destinado para a disposição dos maquinários de beneficiamento do café, pode-se encontrar apenas o carrinho de mão ou vagonete, que deveria transportar o grão do terreiro para a tulha.

O terreiro é pavimentado, revestido com tijolos comuns e composto por vários tabuleiros retangulares construídos em degraus, devido à declividade do terreno, sendo que os muros divisórios constituem-se como pequenos arrimos de alvenaria de tijolos. Na sua parte mais elevada, ainda se pode observar o lavador, de alvenaria de tijolos, que era abastecido por água do canal B, transportada através de uma espécie de aqueduto. Do lavador, saíam os canais condutores para transporte dos grãos de café até os vários níveis do terreiro, complementados por um sistema de comportas de ferro e moegas receptoras.

Essa arquitetura relacionada à produção cafeeira, formada pelo terreiro e seus acessórios e a tulha, conduz à identificação do processo de beneficiamento do café que teria sido utilizado nesta fazenda: o método por via seca. Resta entender como o café era transportado do terreiro para a tulha, já que, costumeiramente, esta era construída em nível inferior ao terreiro e o café levado através de vagonetes em rampas suaves até a parte superior da tulha. Provavelmente, na Cachoeira, fossem utilizados elevadores de caçamba dentro da tulha para o recebimento do café e abastecimento da mesma. No entanto, na propriedade, ainda vemos o carrinho de mão ou vagonete, porém não há rampas no terreiro nem elevador, apenas uma escada de madeira para acesso da parte superior da tulha. É possível que as sacas de café fossem transportadas diretamente nos ombros dos trabalhadores escada acima, para o seu armazenamento nos grandes compartimentos de madeira.

Os relatos do senhor Ascendino Thomé trazem revelações interessantes para a reconstituição desse espaço produtivo. Segundo ele, a tulha remanescente na fazenda foi a segunda construção destinada a esse fim. Originalmente, havia outra edificação, localizada ao seu lado direito, local onde ainda existem ruínas de pedra, em nível intermediário em relação ao terreiro, inferior ao nível da atual tulha.

“(...) então, na época em que o finado seu Juca Villela me mostrou aquelas gemas (de colocar) nas canelas dos crioulos pra não fugir (...) elas ficaram enterradas aí onde foi a primeira tulha de café (...) depois daqui que fizeram lá porque começou a nascer água e ela foi desmanchando e construíram a outra. Assim contavam os homens antigos, que aqui melejava água, então começou a pender a tulha pra cá. Quando nós mudamos pra cá (década de 1920) essa tulha já era feita e essa aqui estava começando a cair, mas com uma parte ainda boa. Foi na última limpeza que fizemos aqui, em 1950, que o seu Juca falou das gemas enterradas (...)”.²⁰⁵

²⁰⁵ Entrevista de Ascendino Thomé a MPHR, em 29/06/2009.

5.2.6 A casa sede²⁰⁶: descrição e contextualização

Foto 73 – Vista frontal da casa sede da Fazenda Cachoeira. O acesso principal da morada encontra-se levemente elevado do solo, com faixa fronteiria de recepção formada por alpendre reentrante ou varanda entalada e dois cômodos laterais com acesso independente. *Fonte:* foto de MPHR.

²⁰⁶ Móveis na casa sede da Fazenda Cachoeira, em 1931:

- 1 meza de sala de jantar
- 7 mezinhas pequenas
- 2 armários
- 1 escrivaninha regular
- 2 bancos de madeira
- 5 cadeiras de palhinha
- 7 cadeiras velhas
- 6 camas para solteiro
- 3 catres velhos
- 2 camas para casal
- 1 cadeira de balanço
- 1 relógio de parede
- 2 caixas de madeira para roupa
- 1 armário pequeno
- 1 banheiro
- 2 caixões para arroz

Fonte: AUTOS DE INVENTÁRIO DO CAPITÃO DOMINGOS VILLELA DE ANDRADE, EM QUE É INVENTARIANTE JOSÉ ALEXANDRE DE ANDRADE (1931) – Consta nos “Autos de Divisão das Fazendas Cachoeira, Mato Seco e Potreiro Grande (01/ abril/ 1941)”. Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Afonso Taunay, Casa Branca.

Foto 74 – Vista da lateral esquerda da casa sede da Fazenda Cachoeira. *Fonte:* foto de MPHR.

Desenho 7 – Croqui da elevação frontal e da lateral esquerda da casa sede da Fazenda Cachoeira. Acesso principal levemente elevado do solo e fachada posterior assobradada, com porão no nível inferior. *Fonte:* desenhos de MPHR.

A casa sede da Fazenda Cachoeira, de período anterior a 1859, apresenta-se rodeada por árvores do pomar e jardins no seu acesso frontal, com horta e galinheiro nos fundos da construção, e por uma área de lazer construída recentemente, com piscina e quartos para hóspedes, próxima ao antigo local onde se encontrava a senzala.

A residência domina a paisagem. Construída a meia encosta, respeitando a declividade do terreno, configura-se como uma casa assobradada na face posterior – da qual se tem uma visão geral das unidades produtoras da fazenda, desde a área de criação dos porcos e do gado bovino até a estrutura cafeeira, a tulha e o terreiro – e térrea na face anterior, levemente elevada do solo, cujo acesso ao alpendre é dado por suave escadaria. Os fundos da edificação, onde posteriormente foi construída a sacada, voltam-se para os ambientes de serviços, enquanto o acesso principal, térreo, volta-se para uma área de jardim e árvores frutíferas organizadas sobre um plano delimitado por um muro de arrimo de pedras. Nesse pátio frontal, localizava-se a senzala, que formava ângulo reto com a casa sede e podia ser vigiada através do alpendre frontal.

Foto 75 – A implantação da casa sede respeita a topografia do terreno, levemente em declive, e surge o porão no piso inferior. Na imagem, aparecem esteios verticais e baldrames horizontais da estrutura autônoma de madeira. *Fonte:* foto de MPHR.

O desnível da construção, assentada a meia encosta, determina a presença do porão, que revela a estrutura do embasamento em alvenaria de pedra e barro, enquanto no restante da casa se observa a técnica construtiva das “gaiolas”, na qual as paredes externas, com 28 cm de espessura, possuem uma estrutura autônoma de madeira cujos esteios e baldrames foram compostos em aroeira, provavelmente com preenchimento desses vãos externos com adobes ou pau a pique, com argamassa de revestimento, enquanto nas divisórias internas, com 20 cm de

Foto 76 – Janela com verga curva “canga de boi” no interior do alpendre frontal. *Fonte:* foto de MPHR.

espessura, utilizou-se certamente o pau a pique ou taipa de mão tradicional, no qual se mescla a utilização de bambus e toras de coqueiro, ou simplesmente de coqueiro, com ripas de bambu, as amarrações de cipó e o preenchimento de barro. Todos esses materiais, da madeira ao barro, foram extraídos da própria fazenda²⁰⁷. Esteios, baldrames e frechais aparentes compõem as fachadas, e toda a construção apresenta um equilíbrio entre cheios e vazios, com janelas e portas com vergas retas ou com vergas curvas em arco, em forma de “canga de boi”²⁰⁸, com vidraças de guilhotina externas e escuros internos.

Sob o baldrame de madeira que sustenta as paredes mestras da edificação, revelada na elevação lateral esquerda, encontram-se duas camadas de materiais distintos. A camada

²⁰⁷ As informações sobre os materiais usados na construção da casa sede foram fornecidos pelos proprietários da fazenda, além de observação local.

²⁰⁸ Diz-se verga em curva com centro rebaixado, verga alteada ou canga de boi. FREITAS, 1986, p. 28.

superior parece ser de adobe; a inferior é de pedra não lavrada. Os esteios ou pé direitos não parecem simplesmente apoiar-se sobre esse embasamento de pedra, ou seja, não se assentam sobre a soleira de um alicerce de pedra, mas mergulham no interior daquela alvenaria. Em alguns pontos são abraçados pelas pedras, não aparecendo o ponto de contato destes com o solo. Em outros pontos, no entanto, os esteios parecem encontrar o solo, como na fachada principal e lateral direita.

Foto 78 – À direita, detalhe do encontro do esteio com o embasamento de pedra: presença do “nabo”. Essa peça de madeira de forma cilíndrica denota que a estrutura seria enterrada no solo e não apoiada sobre a base de pedra. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 77 – Encontro do esteio da estrutura autônoma de madeira com o embasamento de pedra. Entre o embasamento de pedra e o baldrame de madeira, preenchimento de adobe ou tijolo. *Fonte:* foto de MPHR.

Desenho 8 – Esquema da estrutura autônoma de madeira com preenchimento dos vãos com pau a pique. O nabo aparece enterrado no solo. *Fonte:* VASCONCELLOS, 1979, p. 50.

De acordo com Sylvio de Vasconcellos²⁰⁹, as estruturas autônomas de madeira podem ser fincadas diretamente no chão, e neste caso podem aparecer os falsos alicerces apenas para o preenchimento dos vãos entre o baldrame e o solo, ou podem essas estruturas de madeira ser apoiadas sobre embasamento de alvenaria.

Neste caso da Fazenda Cachoeira, nota-se a presença do nabo, parte inferior do esteio que se apresenta em forma cilíndrica, ao contrário da seção retangular do restante da peça vertical, denotando que essa estrutura seria enterrada no solo e o embasamento de pedra seria apenas um preenchimento do espaço entre o baldrame e o solo e não necessariamente um alicerce

verdadeiro.

Foto 79 – Detalhe do encontro entre baldrame e esteio. *Fonte:* foto de MPHR.

As sambladuras entre esteios e baldrames revelam encaixes de um minucioso trabalho de marcenaria e carpintaria, sobre os quais parecem ter sido adicionadas ferragens.

²⁰⁹ VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: UFMG, 1979, p. 33, 34.

Foto 80 – O piso das alas sociais da casa sede é de assoalho de madeira apoiado sobre barrotes. *Fonte:* foto de MPHR.

Os barrotes que sustentam o tabuado corrido apoiam-se sobre vigas transversais aos baldrames das fachadas frontal e posterior.

Foto 81 – Na elevação lateral esquerda da casa sede, na abertura do porão, podemos observar os barrotes que sustentam o assoalho das salas e dormitórios. *Fonte:* foto de MPHR.

No interior do porão, pode-se entender melhor a estrutura da edificação. Aparece o tabuado corrido apoiado sobre os barrotes e estes sobre as vigas de madeira que descarregam os esforços sobre os baldrames que transparecem nas fachadas e que sustentam as paredes mestras. Em alguns pontos internos, há colunas de madeira diretamente sob os barrotes; em outros, as vigas de madeira aparecem engastadas em colunas de seção quadrada, que coincidem com a cumeeira do telhado. Nos limites da construção, sob as paredes mestras

externas, aparece o embasamento de pedra, tipo canjicado, com pedras grandes intercaladas com pedras pequenas; em outros, aparece o preenchimento do vão com adobe ou tijolo, sem cimento.

Foto 82 – A estrutura da casa sede vista do interior do porão: pilares e vigas de madeira sustentam os barrotes, sobre os quais assenta-se o tabuado corrido de madeira. Nos limites laterais da construção, paredes de pedra e algumas vedações de tijolos. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 83 – Elevação posterior da casa sede. As setas vermelhas indicam os encaixes dos barrotes transparecendo na fachada. Da mesma forma ocorre na elevação frontal. *Fonte:* foto de MPHR.

Percebe-se que a parte nova da casa, sob a sacada posterior, não possui a mesma estrutura de madeira do corpo principal da edificação, tendo sido construída em alvenaria de tijolos. Observando esta fachada lateral esquerda, também se constata que nos pontos mais baixos do porão, as vergas das aberturas coincidem com o baldrame da estrutura da gaiola.

O telhado principal é composto de quatro águas; há também dois telhados de três águas rebaixados que se repetem na parte fronteira e traseira da construção, em um desenho simétrico, cobrindo frontalmente o alpendre. Internamente, o forro de madeira na sala de visitas é do tipo tabuado liso, plano e seguindo a inclinação da cobertura na sala de jantar. Sustentando a cumeeira do telhado de quatro águas, há quatro pontaletes, que, originalmente, compunham uma parede divisória. O telhado de três águas que recobre a parte frontal da construção, onde estão o alpendre e os dois cômodos laterais, tem os caibros assentados diretamente sobre o frechal, sobre o qual também descarregam cargas os cachorros de madeira. Interessante notar que esse elemento de sustentação do beiral do telhado aparece unicamente nesta cobertura do acesso frontal, não se repetindo na parte traseira da construção, assim é viável que se questione a função de sustentação

Foto 84 – O alpendre frontal da casa sede e os cachorros de madeira arrematando o beiral da cobertura. *Fonte:* foto de MPHR.

desse elemento que poderia ser apenas decorativo. O guarda-pó de madeira, no entanto, aparece em todo o beiral do corpo principal da casa sede.

Foto 85 – A ala de serviços da casa sede. Na atual churrasqueira, ficava o forno de pão e atrás dele a cozinha, localizada em nível inferior ao piso social. À direita, sob telhado mais baixo, encontra-se a área de serviços. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 86 – O interior da cozinha, localizada em nível inferior ao piso social da residência. A abertura da direita dava acesso ao forno de pão. *Fonte:* foto de MPHR.

Outro ponto a ser destacado é a cobertura da cozinha inferior, desse puxado de serviço. Apresenta-se em duas águas com um telhado de prolongo que recobre o local onde se localizava o forno de pão, sustentado por colunas de madeira. Na área de serviços externa, outro puxado da construção, também aparecem duas colunas de madeira sustentando o telhado. Destaca-se a coluna de madeira da esquerda, da foto ao lado, que apresenta um desenho diferenciado. Seria

esta coluna original nessa posição? Não estaria ela primitivamente no alpendre frontal, tendo sido substituída pelas atuais colunas de tijolos?

Foto 87 – Vista interna da área de serviços localizada em nível inferior ao piso social da casa sede. Em destaque, as colunas de madeira que sustentam o telhado.

Foto 88 – Pisos encontrados na casa sede: assoalho de madeira, cerâmica vermelha, ladrilho hidráulico, tijolo queimado e pedra-ferro. *Fonte:* fotos de MPHR.

Rodeada externamente por um calçamento de pedra-ferro, internamente, o piso é composto por tábuas de madeira corrida, ladrilhos hidráulicos e cerâmica vermelha, além do tijolo queimado nas áreas de serviços.

Em relação à planta da edificação, pode-se observar um corpo principal em formato retangular, próximo de um quadrado, com uma faixa fronteira de recepção e de atividades ligadas ao ambiente externo, formada por um alpendre reentrante e dois cômodos laterais isolados do corpo principal da edificação, que atualmente abrigam depósito e escritório. Segundo relatos de Ascendino Thomé²¹⁰, que morou na fazenda até a década de 1960, o cômodo do lado direito funcionava como quarto de hóspedes, mas não há vestígios de que o outro cômodo tenha abrigado uma capela, como era usual em algumas casas mineiras da região de Ouro Preto.

Internamente, há uma grande sala central rodeada pelos dormitórios, com alguns puxados na parte traseira que compõem as áreas de serviços. A casa possui dois acessos principais originais, pelo alpendre e pela cozinha inferior, com um acesso recente por um dos quartos.

²¹⁰ Entrevista na Fazenda Cachoeira, em 29/06/2009.

Desenho 9 – Planta da casa sede da Fazenda Cachoeira. Em azul, o corpo principal original da construção, de período anterior a 1859, com a parte de serviços anexa, em lilás escuro. No desenho em azul, aparecem algumas divisórias que foram demolidas. Em lilás claro, construção da década de 1940. Em reforma de 1970, algumas paredes internas de pau a pique também foram substituídas por tijolos e as telhas capa e canal foram trocadas por telhas francesas. Em cinza, acima, desenho esquemático da cobertura do corpo principal da edificação.

Legenda: usos atuais da casa sede

1- Alpendre	17- Cozinha
2- Escritório	18- Cozinha e lavanderia
3- Depósito	19- Área de serviços
4- Sala de estar	20- Churrasqueira (forno de pão)
5- Sala de jantar	21- Dispensa
6- Copa	
7, 8, 9 e 10- Dormitórios	
11- Sala íntima	
12- Dormitório	
13- Banheiro	
14- Sacada	
15- Corredor com armário embutido	
16- Banheiros	

Foto 89 – Vista interna do alpendre frontal. *Fonte:* foto de MPHR.

O acesso principal à morada dá-se pela parte térrea da construção, elevada do solo cerca de 1,40 m. A escada de tijolos substitui a escada original de madeira e conduz ao alpendre frontal entalado entre as paredes mestras da construção, sob um telhado de três águas levemente rebaixado em relação ao telhado principal. Este acesso coberto é protegido por um guarda-corpo metálico que apresenta detalhe de brasão da família Villela de Andrade. Nas suas laterais, há dois cômodos pequenos de plantas quadradas e isolados do restante da construção, acessados unicamente pelo alpendre frontal. Este é revestido por cerâmica vermelha, enquanto os cômodos laterais são revestidos por ladrilhos hidráulicos. Adentrando a morada, o espaço revela uma grande sala que comunica o alpendre até a sacada da sala de jantar.

Foto 90 – Vista interna da sala de visitas. *Fonte:* foto de MPHR.

Originalmente havia uma divisória interna, que separava as duas salas hoje contíguas. Restaram as estruturas que organizam frontalmente a sala de visitas e, nos fundos, a sala de jantar, pontaletes ou esteios que sustentam a cumeeira do telhado. A área de serviços é organizada em dois níveis, uma cozinha no piso superior e outra no piso inferior, atualmente utilizada como lavanderia. Ainda percorrendo os puxados de serviços, encontramos o acesso ao antigo forno de pães e bolos e outra cobertura externa que abriga alguns utensílios domésticos não mais utilizados, como o fogão a lenha econômico, o moedor de café e a roda de ferro para retirar a garapa da cana. No interior da residência, podemos ainda encontrar outros objetos antigos, como baús para guardar roupas, mas é no porão que se encontram os utensílios que podem revelar como era a vida no cotidiano doméstico dessa residência no século XIX, como batedores de manteiga, esfregões e ferros a carvão. O piso

que reveste as áreas sociais é o tabuado de madeira, em corte estreito na sala e em tábuas largas nos dormitórios. Nas cozinhas, a cerâmica vermelha; nas áreas externas cobertas, o tijolo queimado. O forro da área social é de madeira, enquanto na cozinha inferior aparece a telha vã.

No corpo principal da edificação, no piso social, a simetria é uma constante tanto na fachada frontal quanto nas laterais, com equilíbrio entre cheios e vazios. As aberturas possuem enquadramento de madeira, com predominância de vergas curvas em forma de “canga de boi”, com as janelas retangulares com guilhotinas externas e duas folhas de escuros internos. As janelas com vergas retas e com tamanhos menores aparecem apenas nos cômodos laterais do alpendre e na sala de jantar, dando vistas para a sacada. Neste local aparece também uma porta e uma janela dividindo a mesma ombreira.

Foto 91 – Vista interna da sala de jantar e porta de acesso à sacada. *Fonte:* foto de MPHR.

No desenho da planta da casa e nos detalhes construtivos, podemos identificar três fases de construções distintas. A primeira, anterior a 1859, foi construída em pau a pique, pelo sistema das gaiolas. A segunda, de 1940, construída em tijolos. Numa terceira fase de

reformas, na década de 1970, foram recuperadas as vedações, com substituição do pau a pique interno por paredes de tijolos; foi trocado o assoalho antigo da sala central, e as telhas capa e canal foram substituídas por telhas francesas. As fases de construção se misturam e formam uma edificação em que convivem os usos sociais e íntimos da família, enquanto o espaço de serviços está quase isolado, mas agregado e ao lado do corpo principal da casa. A edificação apresenta-se em bom estado de conservação, com manutenção constante, apesar de utilizada eventualmente.

5.2.7 Interpretação da casa sede

Sob o ponto de vista das influências culturais que possam ter incidido sobre a elaboração e construção da casa sede da Fazenda Cachoeira, diante do histórico do povoamento da região estudada, convém considerar as casas de morada dos bandeirantes, dos mineiros e dos açorianos, vinculados aos primeiros anos de posse de terras desse Arraial de Casa Branca. No entanto, as características das residências dos açorianos não serão aqui abordadas, haja vista a necessidade de uma pesquisa específica sobre esses ilhéus, como já referido em outros capítulos da presente dissertação.

Desenhos 10 e 11 – Planta da casa sede da Fazenda Cachoeira, em Casa Branca, e planta da casa do Sítio do Calu, em Embu, modelo de casa bandeirista com cozinha em puxado. Desenhos na mesma escala. *Fonte:* Planta 10: MPHR. Planta 11: LEMOS, 1999, p. 48.

Assim, num primeiro momento, caso se analisasse unicamente a planta da casa sede da Fazenda Cachoeira, identificar-se-ia uma influência das casas ditas bandeiristas²¹¹, moradas daqueles desbravadores paulistas que se fixaram no Planalto de Piratininga no século XVII e também ao longo da Bacia do Tietê, cujas raízes culturais permaneceram nos tempos do açúcar, no século XVIII e início do XIX²¹². As moradas caracterizam-se pela planta

²¹¹“Parece que foi Luís Saia o primeiro a usar a expressão “bandeirista” para designar a produção do mameluco de São Paulo em suas próprias terras, distinguindo-a, assim, de suas obras no sertão, onde buscava escravos e ouro, quando fundou arraiais e construiu à sua moda.”

LEMOS, 1999, p. 11.

²¹² Ibid., p. 75, 78.

retangular, a faixa fronteira formada por alpendre ladeado por dois cômodos, a casa em três lanços e a grande sala central²¹³.

Durante a pesquisa, chegou-se a cogitar sobre a possibilidade de uma influência bandeirante sobre a casa sede da Cachoeira. Realmente, a história da ocupação e povoamento desse Sertão do Rio Pardo teve início com a saga bandeirante, desses paulistas que percorreram o Caminho de Goiás e que teriam permanecido nos pousos como sesmeiros e posseiros. Segundo essas considerações históricas, teriam sido esses paulistas os responsáveis pela expansão da ocupação da região, precedendo a chegada dos mineiros²¹⁴.

É verdade, no entanto, que nenhum autor estudioso da arquitetura paulista, como Katinsky²¹⁵ e Lemos²¹⁶ fez referência a uma possível influência cultural bandeirante além das terras percorridas pela Bacia do Tietê, especialmente na Bacia do Rio Grande, que abrange as terras do Nordeste Paulista. Katinsky e Lemos falam das casas de “tradição bandeirista”²¹⁷ nas fazendas de açúcar da Bacia do Tietê, já no século XVIII, mas a respeito das influências sobre o Nordeste paulista, há referências unicamente à migração mineira, no século XIX.

²¹³ Programa tipo da residência rural paulista seiscentista, segundo apontamentos de Luís Saia, que devem ser considerados com cautela já que se trata de estudo pioneiro:

- inteira separação da família e trabalho
- criação de uma faixa formada por capela – alpendre – quarto de hóspedes
- residência familiar
- escolha de uma plataforma plana
- desenvolvimento da planta dentro de um retângulo
- paredes de taipa de pilão constituindo vedação e estrutura
- aproveitamento dos forros de quartos
- telhado de quatro águas com telhas canal e dupla curvatura
- separação entre família e os demais através da faixa do alpendre
- desenvolvimento da parte da família em torno de uma sala

SAIA, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 108.

²¹⁴ BRIOSCHI, 1995, p. 217, 218.

²¹⁵ KATINSKY, Júlio Roberto. *Casas Bandeiristas: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo*. São Paulo, 1976. 186 p.. Tese (Doutorado) – FAU, USP.

²¹⁶ LEMOS, 1999.

²¹⁷ Katinsky apresenta a distinção entre as “casas bandeiristas” e as “casas de tradição bandeirista” que apresentariam as seguintes caracterizações:

- o pé-direito sob o frechal na varanda nunca é inferior a 3,50m
- as envasaduras externas acompanham o alteamento da casa, ocasionando janelas com altura por volta de 2,00m e portas de 2,50m
- não apresentam incisões decorativas nas ombreiras e vergas
- a sala contígua à varanda continua sem forro, comunicando-se com todos os cômodos da casa, sempre atingindo a parede externa posterior
- há um compartimento (construído frequentemente de taipa de pilão) como se fosse um anexo à casa, destinado à cozinha e serviços, porém com ligação direta com a sala maior
- as casas são construídas em três lanços, exclusivamente
- com o tempo, o quarto de hóspedes foi incorporado ao restante da casa, por meio de porta interna ou eliminação da parede divisória
- desaparece a dupla curvatura dos panos do telhado, aproximando-se do desenho dos telhados de casas mineiras e portuguesas da época

KATINSKY, op. cit., p. 90.

Foto 92 – Sítio do Rosário, Itu, Bacia do Tietê. Casa de tradição bandeirista. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 130.

Desenho 12 – Planta da casa do Sítio do Rosário, Itu. *Fonte:* LEMOS, 1999, p. 130.

Se for analisada a casa sede da Cachoeira como um todo, em relação à planta, elevações e implantação, constatar-se-á que, com efeito, as peculiaridades da casa do bandeirante não se repetem neste exemplar casa-branquense. A casa térrea assentada sobre uma plataforma plana, a predominância dos cheios sobre os vazios, o telhado de quatro águas com dupla curvatura e a presença do sobrado ocupando o forro ou sótão sob a cobertura não são características da casa da Cachoeira.

Se forem comparadas as imagens dessas moradas tipicamente bandeirantes com a casa da Cachoeira, pode-se afirmar que há semelhanças, sim, em relação à configuração interna das mesmas, mas essa constituição da planta retangular, com a faixa fronteira de recepção e a sala

central foi também característica de algumas casas mineiras²¹⁸. De fato, não se pode esquecer que também muitos paulistas ocuparam aquelas terras de Minas Gerais, quando da descoberta do ouro na região do Rio das Velhas, mas foram principalmente os portugueses que povoaram aquelas terras. Contudo, uma pesquisa histórica mais aprofundada poderia revelar as mesmas origens portuguesas das casas dos bandeirantes e das casas rurais mineiras do século XVIII²¹⁹. No entanto, a morada rural mineira foi adaptada a terrenos montanhosos, acidentados, e incorporou uma técnica diferenciada, própria para uma edificação assentada em desnível, normalmente a meia encosta: a estrutura autônoma de madeira preenchida com pau a pique ou adobe. Em contrapartida, no Planalto de Piratininga, a implantação da casa deu-se sobre plataforma plana, cuja técnica mais usual teria sido a taipa de pilão.

O histórico do povoamento mineiro no século XIX a respeito desse sertão²²⁰ não deixa dúvidas sobre as influências mineiras sobre a produção arquitetônica de Casa Branca, tendo em vista o número considerável de migrantes que ali se fixaram. Observando-se as evidências arquitetônicas, pode-se afirmar, sim, que se trata de fazenda paulista com claras influências mineiras, ou uma fazenda mineira em terras paulistas.

A confirmar estas afirmações, o conjunto arquitetônico da Fazenda Cachoeira possuía quase todos os elementos do conjunto mineiro, a saber: cruz de madeira próxima à frente da casa sede, moinho de fubá, engenho de açúcar, monjolo, paiol, casa de farinha, leiteria, curral, valos, cercas de lascas de aroeira e muros de pedra.

Assim, a Cachoeira, além de se configurar originariamente como uma fazenda pecuarista nos moldes daquelas do Sul de São João Del Rei, a sua casa sede apresenta um sincretismo entre a arquitetura da casa rural da região aurífera da antiga Vila Rica e da região da Comarca do Rio das Mortes.

A casa sede desta fazenda, vista de frente, é térrea, como as de São João Del Rei, mas já apresenta o alpendre com os cômodos laterais, como as casas rurais de Ouro Preto, de cuja região também advém a característica da casa elevada do solo, com porão, própria de regiões de topografia acidentada. Internamente, a sala central apresenta-se atualmente como um único espaço, mas era, originalmente, dividida em dois ambientes, como denunciam os pontaletes que sustentam a cumeeira do telhado, da mesma forma que as casas mineiras em geral. Assim,

²¹⁸ “Nota-se que essa faixa (fronteira) nunca foi exclusividade paulista, pois em todas as propriedades rurais brasileiras encontramos esse agenciamento assumindo diferentes modelos”.
LEMOS, 1999, p. 31.

²¹⁹ Segundo Lemos, “todo mineiro era necessariamente um reinol de formação, pois por essa época haveria no máximo uma terceira geração descendente de imigrados de Portugal, criada nos arraiais de mineração (...). Esses recenseamentos coloniais também mostram mineiros casados com paulistas da velha cepa vale-paraibana”.
LEMOS, op. cit., p. 136.

²²⁰ Ver FREITAS, 1986 e BRIOSCHI, 1995.

nesta edificação prevalecem os traços da casa rural da região aurífera de Minas Gerais, da zona rural de Ouro Preto.

Sobre as casas rurais mineiras em geral, destaca-se o trabalho de Ivo Porto de Menezes²²¹, que apresenta um panorama geral dessas moradas:

A sede é vasta residência que se abrem em varanda fronteira, geralmente de telhado puxado, com capela e quarto de hóspedes nas laterais. Térrea ou elevada, coloca, na parte inferior, depósitos e quartos dos agregados, enquanto a superior abriga a família. O acesso a essa parte se faz, nas térreas, diretamente por um ou três degraus, simplesmente colocados, em pedra, sobre o chão, ou alteados em madeira, geralmente externos à casa. [...] Os compartimentos distribuem-se no grande retângulo coberto por telhado de quatro águas, comunicando-se uns com os outros, em sequência direta, algumas vezes por corredores e varandas. O crescimento é espontâneo, através de puxados, em especial o da cozinha e banheiro, como *asas de galinha*, no saboroso dizer de Lúcio Costa. [...] O acabamento, no geral simples, vai melhorar com a presença dos vidros nas janelas guilhotinas, colocadas *a posteriori*, na porta de almofada ou nos forros que, da esteira de variados desenhos, alteados ou de nível, passam ao tabuado de nível [...]. As varandas, fronteiras, laterais ou traseiras [...]. Sobressai, na sede, quase sempre, a capela, geralmente abrindo-se para a varanda fronteira [...].²²²

O autor supracitado apresenta três modelos de construções, com destaque para a Fazenda Boa Esperança²²³, localizada no Município de Belo Vale, em Minas Gerais, modelo para comparação com a Fazenda Cachoeira.

A fachada fronteira da casa sede da Boa Esperança obedece ao padrão de varanda ou alpendre ladeado por quarto de hóspedes e capela, que se elevou sobre o telhado para melhor iluminação, quebrando a simetria da fachada. Esta faixa fronteira também aparece na Cachoeira, mas a planta da sede mineira já se apresenta em “L”, com varandas laterais. Com este exemplar, confirma-se a presença da faixa fronteira não só nas casas bandeiristas, mas também nas casas rurais mineiras.

²²¹ MENEZES, 1969.

²²² Id.

²²³ Esta fazenda pertenceu à família Monteiro de Barros, que já a possuía em 1790, sendo adquirida pelo Barão de Paraopeba de seus construtores, os Mendonças. MENEZES, 1969, Fazenda Boa Esperança.

Foto 93 – Casa sede da Fazenda Boa Esperança, Belo Vale, Minas Gerais. Varanda fronteira ladeada por capela e quarto de hóspedes. *Fonte:* MENEZES, 1979.

Desenho 13 – Planta da casa sede da Fazenda Boa Esperança. Em destaque, a varanda fronteira. *Fonte:* MENEZES, 1979.

5.3 Fazenda Prudente do Morro: modelo de transformação da casa sede

O Ecletismo que atinge as áreas provincianas de São Paulo na década de 1880 também deixou marcas na arquitetura rural casa-branquense, e é revelado na casa sede da Fazenda Prudente do Morro pelos aspectos externos da construção, acabamentos e técnicas construtivas. No entanto, algumas características das casas rurais mineiras do século XVIII não a deixaram de influenciar. A casa apresenta-se elevada do solo, com embasamento de pedra, e sua planta em “L” é típica das casas do Sul de Minas Gerais, estudadas por Cícero Cruz²²⁴. Além disso, ainda sobrevivem algumas edificações dos primeiros anos da fazenda, associadas à pecuária extensiva, bem como ao café, introduzido precocemente. É uma fazenda paulista, de raízes mineiras, cuja atividade cafeicultora destacou-se desde a década de 1850 e cujos lucros viabilizaram a construção da atual casa sede, na década de 1900, no auge das exportações.

²²⁴ CRUZ, 2008.

5.3.1 Dados Gerais²²⁵

Mapa 9 – Localização da Fazenda Prudente do Morro. Sem escala. *Fonte:* Base cedida pelo Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay do Município de Casa Branca, com informações e detalhes complementados pelo coordenador do museu, sr. Adolpho Legnaro Filho.

Ano de realização da pesquisa de campo: 2008

Localização: Município de Casa Branca com acesso pela rodovia SP-SP 215, Casa Branca – Santa Cruz das Palmeiras.

Fundação: década de 1830

Proprietário original: Prudente José Corrêa

Proprietário atual: Ayrton Bryan Corrêa

Cultura original: gado e café

Cultura atual: cana-de-açúcar para produção de álcool combustível, citricultura e cereais irrigados.

²²⁵ Fonte das informações: conversa com Alexandre de Barros Corrêa, um dos filhos de Ayrton Corrêa.

5.3.2 Histórico

A família Corrêa adquiriu terras nessa região do Estado de São Paulo ainda nos primórdios da ocupação na província, por volta do século XVIII. Possuía uma sesmária compreendendo terras que hoje se estenderiam do Município de Moji Guaçu a São Simão, além de propriedade em terras da atual capital paulista, na região da Avenida Faria Lima, onde se encontra construído o Shopping Iguatemi, propriedade que serviu no século XIX de entreposto para remeter o café das fazendas do interior paulista para o Porto de Santos²²⁶. No local, uma das ruas recebeu o nome de “Prudente Corrêa”, em homenagem ao capitão Francisco Prudente José Corrêa, que nasceu em Mar D' Espanha²²⁷, no Sudeste de Minas Gerais, região mais próxima ao Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1839 e faleceu em São Paulo, em 27 de maio de 1910. Este capitão foi também agricultor, proprietário de terras e povoador²²⁸. Sua história revela as origens mineiras da família Corrêa, ainda que seja desconhecido o grau de parentesco entre este Francisco Prudente José Corrêa e o Prudente José Corrêa proprietário da Fazenda do Morro. Outra fonte também confirma a origem mineira da família, mas refere-se à genealogia do Capitão Prudente José Corrêa, conhecido como Prudente do Morro, primeiro proprietário da Fazenda Prudente do Morro, que teria nascido em Rio Pardo de Minas, no Norte de Minas Gerais, e falecido em Casa Branca em 1867²²⁹.

Assim, esta propriedade, como típica fazenda de origem mineira em terras paulistas, surge, então, na década de 1830, como uma fazenda de gado, com posterior implantação da cafeicultura. Estes dois momentos econômicos refletem-se nas construções relacionadas à pecuária extensiva e também na arquitetura das casas sedes. Conta-se que a primeira sede da

²²⁶ Fonte: conversa com Alexandre de Barros Corrêa, um dos filhos de Ayrton Bryan Corrêa, o atual proprietário da fazenda.

²²⁷ Segundo Lemos, o café chegou primeiramente no Vale do Paraíba, ocupando terras que iam desde Mar de Espanha a leste, em Minas Gerais, até Bananal, em São Paulo (LEMOS, 1999, p. 137). Com esta afirmativa, podemos supor que a família Prudente Corrêa já havia plantado o café no Vale do Paraíba e deslocava-se para o Nordeste paulista à procura de terras mais produtivas, seguindo o fluxo de expansão da cafeicultura pelo Estado de São Paulo. Destaca-se sobre esta região ainda a afirmação de Lemos sobre a forte homogeneidade em seus usos e costumes. “E, como essa área pioneira do café era relativamente despovoada, a vocação urbana do fazendeiro novo fez com que surgissem naqueles ermos fluminenses algumas cidades (...)” como Vassouras e Bananal. Cidades consideradas pelo autor como fluminenses em território paulista, cidades cortesãs, plenamente desvinculadas da civilização bandeirante, com fortes ecos da corte. Com estas referências, a pesquisa sobre as influências culturais que poderiam ter incidido sobre a sede da Fazenda Prudente do Morro poderia ser aprofundada, considerando a arquitetura fluminense do Vale do Paraíba.

²²⁸ Fonte: <http://www.dicionarioderuas.com.br>; pesquisa realizada dia 30/08/2009.

²²⁹ Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br, pesquisa realizada em 15/06/2009.

fazenda foi transposta para o centro da cidade de Casa Branca, ao lado da Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores, e que foram construídas na fazenda a segunda e a terceira sedes, esta última de 1904 ou 1905. A primeira teria sido construída em taipa de pilão, mas foi transposta para a cidade e reconstruída em tijolos²³⁰.

Foto 94 – Casa urbana da família Prudente Corrêa, localizada no entorno da Igreja Matriz de Casa Branca construída nos mesmos moldes que a primeira casa sede da Fazenda Prudente do Morro. *Fonte:* ROZESTRATEN, 1994, ficha de classificação das fazendas. Foto de MPHR.

A sede que ainda se observa na fazenda é de tijolos, assim como as demais construções relacionadas ao período cafeeiro. Havia na fazenda uma olaria, onde se fabricavam os tijolos e as telhas que seriam usados nas construções.

O emblema da família Prudente Corrêa encontra-se em alguns objetos guardados pela família, como tijolos (nos quais aparecem as iniciais “PJC”), fôrmas de madeira para sua fabricação, telhas e também em móveis da casa sede (nos quais aparecem apenas as iniciais “PC”, seguindo o mesmo desenho do emblema do Conde de Pinhal).

Além de imigrantes italianos, a fazenda recebe, por volta de 1922, a última leva de imigrantes japoneses que desembarcaram na cidade de Santa Cruz das Palmeiras. Foram 12 famílias que ali se instalaram e trabalharam na produção cafeeira²³¹.

Foto 95 – “PC”, emblema da família Prudente Corrêa. *Fonte:* foto de MPHR.

²³⁰ Conversa com Alexandre Corrêa; ROZESTRATEN, 1994. Ficha de classificação de fazendas elaborada pelas alunas Kátia Nakashigue, Luciana Schumacher, Neusa Osima e Priscila Marcus.

²³¹ MENDES, Luiz Affonso. *Santa Cruz das Palmeiras, de 1765 à Revolução Constitucionalista de 1932*. Santa Cruz das Palmeiras: Editora A Cidade, 2000, p. 119.

5.3.3 Conjunto Arquitetônico

Foto 96 – O Rio das Tabaranas que passa pela propriedade. *Fonte:* foto de MPHR.

Todo o conjunto arquitetônico da sede da Fazenda Prudente do Morro encontra-se implantado próximo ao Ribeirão das Tabaranas. No ponto mais alto, encontra-se a casa sede de 1905, com a área de lazer e a casa para hóspedes localizadas ao redor da piscina e cercadas por belo jardim, pomar e lago. Bem próximos à casa sede, encontra-se o terreiro de café, a tulha e casa de máquinas, a serraria, o antigo escritório, a estrebaria e as antigas casas dos colonos. Ainda podem ser vistas as chaminés da antiga olaria.

A casa sede encontra-se em ótimo estado de conservação, servindo como moradia de parte da família Corrêa. As demais construções igualmente estão bem conservadas. Apenas o terreiro tem aparência de abandono. A família demonstra grande apreço pela propriedade, principalmente pela casa sede, conservando-a integralmente em seus mínimos detalhes, tanto externos como internos, tendo a edificação passado por uma grande reforma na década de 1990, quando ainda era viva a esposa de Ayrton Corrêa, a senhora Maria Hortência, inspiradora e guia de todos os cuidados com a preservação do patrimônio.

Como a implantação da fazenda data da década de 1830, associada inicialmente à pecuária extensiva e posteriormente ao café, há na propriedade edificações relacionadas a essas duas atividades agropecuárias.

5.3.4 Construções relacionadas à pecuária extensiva e à cafeicultura

Foto 97 – Cocheira, estrebaria e estábulo. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 98 – Detalhe da estrebaria, construção de tijolos com embasamento de pedra. *Fonte:* foto de MPHR.

Dos primeiros tempos, ainda encontram-se as construções ligadas ao trato do gado bovino²³², a cocheira, a estrebaria, e o estábulo ou curral, além da serraria, que recebeu posteriormente a serra mecânica, ainda presente no local. As construções são de alvenaria de tijolos com embasamento de pedra e barro com argamassa de cal, cobertas com telha capa e canal. Destacam-se a cocheira e a estrebaria com aberturas em arco e vedação em madeira, e a serraria, referente a uma estrutura de madeira que sustenta a cobertura, encontra-se nos fundos na tulha, já recoberta com telhas francesas.

²³² Sobre as fazendas dos séculos VXIII e XIX, é preciso considerar que os animais eram necessários em qualquer tipo de propriedade rural, tanto como fornecedores de alimentos, carne e leite, como auxiliares nas demais atividades da fazenda, inclusive no transporte de sacas de café. Além disso, terras impróprias para cultivo em função da declividade transformavam-se em pasto.

Foto 99 – A antiga serraria, construída perpendicularmente à tulha. *Fonte:* foto de MPHR.

O conjunto de construções relacionadas à atividade cafeeira engloba o terreiro, a tulha, a casa de máquinas, o edifício da administração e as casas de colonos. Não há vestígios de senzala, nem mesmo como história oral.

Trata-se de construções em tijolos, os mesmos que eram produzidos na olaria da fazenda, localizadas próximas à casa sede, de onde se podia controlar toda a produção e as atividades da fazenda.

Desenho 14 – Localização da tulha e terreiro em relação à casa sede da fazenda. *Fonte:* MPHR.

O terreiro de piso pavimentado é recoberto por tijolos de barro comuns retangulares e foi construído em plataforma única dividida por pequenas muretas de 20 cm de altura, para facilitar a secagem de diferentes lotes de café, muretas estas que podem coincidir com canais condutores. Vários acessórios, que eram necessários para o beneficiamento do café pelo método por via seca, complementam a estrutura deste terreiro. O lavador é de alvenaria de pedra e era abastecido por água conduzida apenas pela força da gravidade. O café, trazido diretamente da colheita, era lavado e separado neste compartimento e, então, direcionado pelos canais condutores até o terreiro, para secagem. Neste terreiro, com alguns trechos em

ruínas, pode-se observar um condutor lateral construído em alvenaria de tijolos, que percorre toda a plataforma, e um aqueduto central provavelmente abastecido por condutores transversais e que desembocaria em outro canal condutor inferior, que possui pequenas comportas de ferro. O café seco no terreiro era levado até a tulha, localizada em nível inferior, através de plataformas com trilhos, que eram percorridos por vagonetas e adentravam na parte superior da tulha. Essas plataformas já não existem, mas na tulha, construção de alvenaria de tijolos coberta com telha francesa, ainda podem ser observados os acessos superiores. Este esquema formado pelo terreiro, plataformas e tulha pode ser observado num quadro encontrado na casa administrativa. Esta casa também é feita de alvenaria de tijolos e possui alpendre frontal.

Desenho 15 – Esquema do terreiro de café e da tulha: planta e corte.

- 1- muro de arrimo de pedras
- 2- receptor de café
- 3- lavador
- 4- canal condutor lateral
- 5- aqueduto central
- 6- canais condutores transversais
- 7- canal inferior
- 8- comportas de ferro
- 9- viaduto de ligação entre o terreiro e a tulha

Foto 100 – A casa sede vista do terreiro. As muretas de pedra e tijolo correspondem ao receptor e lavador de café vindo direto da colheita. Destes compartimentos os grãos eram distribuídos pelo terreiro através de um sistema de drenagem com água corrente, através de canais condutores.. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 101 – Detalhe do lavador e receptor de café. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 102 – Aqueduto central. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 103 – Vista do terreiro em direção à tulha, situada em nível inferior. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 104 – Tijolo com a inscrição “PJC” (Prudente José Corrêa) e o piso do terreiro. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 105 – Canal inferior com comportas de ferro. À esquerda, casa administrativa. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 106 – A tulha vista do terreiro. Construção de tijolos. Na parte superior das portas, aberturas por onde adentravam os viadutos com as vagonetas carregadas de café seco. *Fonte:* foto de MPHR.

Desenho 16 – Pintura que mostra a comunicação entre o terreiro e a tulha: viadutos de madeira cobertos com telha, por onde corriam, sobre trilhos, as vagonetas carregadas de café. *Fonte:* Pintura de Kali, avó de Alexandre de Barros Corrêa.

5.3.5 A casa sede: descrição e contextualização

Foto 107 – Vista frontal da casa sede da Fazenda Prudente do Morro. *Fonte:* foto de MPHR.

A casa sede da Fazenda Prudente do Morro situa-se em local privilegiado, na parte mais alta da propriedade. Insere-se numa paisagem desenhada por belos jardins, pelo pomar e por dois laguinhos artificiais. Não faltam as palmeiras imperiais alocadas simetricamente em relação à elevação frontal, as jabuticabeiras do pomar e o cruzeiro de madeira.

A escada do acesso principal localiza-se no centro da varanda e conduz diretamente à sala de recepção de visitas. Os demais acessos conduzem aos ambientes de serviços, mas foram colocadas portas balcão em alguns dormitórios com acesso direto ao exterior, característica não comum das residências do início do século XX e, portanto, consideradas como modificação da planta original. Da varanda ou alpendre que circunda a casa, ambiente protegido por guarda-corpo de madeira recortada, pode-se ver todas as instalações da fazenda, desde o antigo terreiro de café até as casas de colonos, ou seja, tem-se uma visão privilegiada do entorno, especialmente dos espaços de beneficiamento do café.

Foto 108 – Em primeiro plano, o lago artificial e o cruzeiro de madeira. Ao fundo, a elevação lateral da casa sede. À esquerda, situa-se o pomar de jabuticabeiras. *Fonte:* foto de MPHR.

Construída elevada do solo, sobre porão alto cercado de arcadas que sustentam a varanda e formam um passeio coberto ao rés do chão, possui alicerce de alvenaria de pedra e cal

Foto 109 – Detalhes da arcada que circunda toda a casa sede. O piso original foi rebaixado em 0,50 m. Embasamento de pedra e edificação em tijolos, com pilares e vigas de madeira. *Fonte:* fotos de MPHR.

No interior do porão, estão aparentes as vigas de madeira que sustentam o assoalho apoiado sobre barrotes. O piso social foi edificado em alvenaria de tijolos, fabricados na olaria da própria fazenda, e a casa é coberta com telhas importadas diretamente da França, de

Marselha²³³, assim como os ladrilhos hidráulicos utilizados nas áreas molhadas e de serviço. O piso da área social e dos dormitórios é de tábua corrida de madeira, e as portas e janelas são de madeira maciça.

Foto 110 – Vistas do interior do porão: detalhes das vigas e barrotes de madeira que sustentam o assoalho do piso superior; o embasamento de pedra; o novo piso de ladrilho hidráulico. *Fonte:* MPHR.

Foto 111 – Vista da porta de acesso da sala de visitas. Portas e janelas com vergas retas. *Fonte:* foto de MPHR.

A elevação frontal apresenta simetria na disposição da porta e das janelas originais, com acréscimo de uma janela menor do lado esquerdo. Essa simetria repete-se no desenho das empenas laterais. As janelas apresentam todas as vergas retas, com duas folhas de venezianas internas e duas folhas de vidraças externas. As portas das salas possuem bandeira superior de vidro desenhado, tanto aquelas que dão acesso ao exterior quanto as que separam ambientes internos, todas também com

vergas retas.

²³³ Esta informação foi fornecida pelo proprietário Alexandre Corrêa, no entanto a presença da olaria na propriedade coloca em dúvida essa afirmação de que as telhas tenham sido importadas diretamente da França e não produzidas na própria fazenda.

A edificação é conservada em seus mínimos detalhes, desde o madeiramento, que passa por descupinização anual e manutenção mensal com óleo de peroba, até os móveis antigos, coleções adquiridas ao longo de anos, e móveis originais com o emblema da família Prudente Corrêa (“PC”). Na década de 1990, segundo informações do proprietário, fez-se uma reforma completa, quando todo o madeiramento original foi recuperado, a pintura renovada e alguns ladrilhos hidráulicos substituídos por réplicas feitas no Brasil. O porão constitui o ambiente que sofreu maiores transformações, pois foi reformado para que seu uso se tornasse mais frequente como um ambiente para festas. O piso foi rebaixado em 0,50m, permitindo que as fundações de pedra ficassem aparentes, e cômodos foram incorporados ao ambiente, como quartos, sanitários e adega. Para reforço da edificação, já que foram removidas algumas paredes de alvenaria de pedra, construiu-se uma cinta de concreto armado, que complementa toda a estrutura de pedra e madeira.

Foto 112 – Vista interna do porão: detalhe de viga de madeira original e de viga de concreto adicionada em reforma da década de 1990. *Fonte: foto de MPHR.*

A intervenção realizada no porão é bastante discreta e permite a qualquer visitante a clara distinção entre o original e o novo, já que as vigas e pilares de concreto foram deixados visíveis, bem como as vedações de tijolos novos. No entanto, algumas transformações modificaram o desenho original da casa de uma maneira mais agressiva. O rebaixamento do piso do porão e a sua transformação em um espaço habitável resultaram na necessidade de abertura de vãos para a sua ventilação e iluminação. Não só foram abertas janelas e portas na alvenaria de pedra, feitas com enquadramento de tijolos aparentes, como também o desenho das arcadas foi modificado, o que pode ser percebido pela comparação entre os desenhos realizados em 1993 por alunos da FAUUSP e por fotos recentes. Aumentou o número de arcadas e criou-se o atual passeio revestido com piso de tijolos.

Desenho 17 – Croqui da elevação frontal. Em 1993, a casa ainda não tinha sido reformada. O número de arcadas do embasamento era menor. *Fonte:* ROZESTRATEN, 1995, ficha de classificação da fazenda.

Além disso, uma análise da cobertura da casa, com diferenças de inclinação, também denota reformas e acréscimos de épocas distintas, cujo resultado é um desenho complexo e confuso. O corpo principal da residência relacionado ao uso social é recoberto com um telhado de duas águas, deixando aparentes as empenas nas fachadas laterais, arrematadas com cimalha e óculo. Segue-se o telhado que recobre a área de serviços, também de duas águas, em sentido transverso ao outro. Sob esses telhados, aparece o alpendrado recobrindo toda a varanda que circunda a casa.

Foto 113 – Alpendre da elevação lateral direita da casa sede da Fazenda Prudente do Morro. Forro e guarda-corpo de madeira. *Fonte:* foto de MPH.R.

Nas varandas, o tipo de forro é o tabuado liso, de madeira inclinada, seguindo a água da cobertura. Nos ambientes internos, o forro é plano e apresenta desenho de saia e camisa. Em relação à planta desta residência rural, apresenta-se em forma de “L”, composta por um corpo principal e um puxado, com a área social frontal e a área de serviços aos fundos, separadas por um corredor. Adentra-se na morada pela sala de visitas central, rodeada por uma saleta ou escritório à direita, duas suítes à esquerda e, aos fundos, a sala de

jantar da qual se acessam mais duas suítes e o corredor de serviços. Curiosamente, há, neste

corredor de serviços, acesso para mais duas suítes, possivelmente fruto de uma reforma que tenha alterado a configuração da planta original. Por este corredor, penetra-se na copa, na cozinha e na despensa.

Desenho 18 – Planta da casa sede da Fazenda Prudente do Morro. Piso social.

Abaixo, canto inferior direito, desenho da cobertura.

Fonte: desenho de MPHR.

Legenda:

- 1- alpendre
- 2- sala de visitas
- 3- escritório/ saleta
- 4- sala de jantar
- 5- dormitório
- 6- banheiro
- 7- copa
- 8- cozinha
- 9- despensa

Foto 114 – Pisos de áreas internas da casa sede: assoalho de madeira nas áreas sociais e ladrilhos hidráulicos para áreas molhadas. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 115 – Pisos da casa sede: ladrilhos hidráulicos com diversos desenhos. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 116 – Interior da casa sede. Sala principal acessada pela escadaria frontal. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 117 – Sala de jantar da casa sede: porta e janelas de acesso ao alpendre lateral. *Fonte:* MPHR.

Foto 119 – À direita, corredor que interliga a sala de jantar da casa sede à copa e cozinha. *Fonte:* MPHR.

Foto 118 – À esquerda, interior de um dos dormitórios da casa sede: mobiliário antigo. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 121 – À direita, interior da casa sede: cozinha. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 120 – À esquerda, interior da casa sede: copa. *Fonte:* foto de MPHR.

5.3.6 Interpretação da casa sede

Foto 122 – O jardim visto do alpendre da lateral direita da casa sede: declive em direção ao rio. À direita, o pomar de jabuticabeiras, gramado e os lagos. *Fonte:* foto de MPHR.

A casa sede da Fazenda Prudente do Morro, edificada na primeira década do século XX, apresenta um sincretismo entre o ecletismo arquitetônico, que influenciou a arquitetura brasileira desde a segunda metade do século XIX, e a arquitetura mineira, cujos traços estão presentes nas construções das fazendas pecuaristas do Nordeste paulista, de inícios do século XIX. Assim, o ecletismo, relacionado diretamente ao período cafeeiro, neste caso, não suprimiu definitivamente as raízes mineiras da arquitetura rural dessa região de Casa Branca. Com isso, a origem mineira da família Prudente Corrêa permanece revelada na arquitetura das construções da fazenda.

Dentre as principais mineiridades que permaneceram, destacam-se, no conjunto da casa e seu entorno imediato, as jabuticabeiras do pomar e o cruzeiro de madeira. Especificamente sobre a morada do fazendeiro, destaca-se a sua constituição como casa elevada do solo, no entanto, não como a casa rural mineira que respeita a topografia do terreno, mas foi construído um

muro de arrimo e a casa foi assentada sobre plataforma plana, constituindo-se como uma residência sobre porão alto, que se configura como um embasamento de pedra, sobre o qual se assenta uma estrutura de madeira que sustenta o assoalho do piso social, apresentando planta em “L” rodeada por varandas, como aquela residência mineira da Fazenda Boa Esperança²³⁴.

Foto 123 – Lateral esquerda da casa sede. Construção elevada do solo, assentada sobre plataforma plana com terreno nivelado com muros de arrimo. *Fonte:* foto de MPHR.

Da arquitetura eclética, inserem-se na paisagem as palmeiras e os lagos artificiais. Na casa, a alvenaria de tijolos, o uso de ladrilhos hidráulicos, telhas francesas e janelas com venezianas, apesar da permanência das guilhotinas, além das bandeiras nas portas externas e internas, com vergas retas. Destaca-se também na planta, o aparecimento dos banheiros como parte original da casa e o telhado de duas águas sobre a ala social. Sobre a cobertura principal, curiosamente, esse

telhado de duas águas apresenta empenas laterais, e não frontal e posterior como ocorre na Fazenda Santa Veridiana, o que poderia ser interpretado como uma permanência do telhado colonial, com as águas voltadas para a frente e para os fundos da edificação.

²³⁴ Ver página 130.

Foto 124 – Lateral esquerda da casa sede: empena com óculo e cimalha. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 125 – Alpendre da casa sede. Vista das janelas com venezianas internas e guilhotina envidraçada externa. *Fonte:* foto de MPHR.

5.4 Fazenda Santa Maria da Pinga²³⁵

Mapa 10 – Localização da Fazenda Santa Maria da Pinga. Sem escala. *Fonte:* Base cedida pelo Museu Histórico e Pedagógico Alfredo e Alfonso Taunay do Município de Casa Branca, com informações e detalhes complementados pelo coordenador do museu, sr. Adolpho Legnaro Filho.

Ano de realização da pesquisa de campo: 2006

Localização: Município de Casa Branca com acesso pela estrada vicinal que liga este município a Tambaú.

Fundação: 1828.

Proprietário original: família Antonio Pereira de Castro. Em 1912, a fazenda é vendida para o Dr. Francisco Thomás de Carvalho.

Proprietário atual:

Cultura original: cana-de-açúcar para produção de aguardente e, posteriormente, cafeicultura.

Cultura atual: cana-de-açúcar para produção de álcool combustível.

²³⁵ Dados gerais fornecidos pelo Museu de Casa Branca.

A Fazenda Santa Maria da Pinga, visitada no ano de 2006, apresentava, naquela ocasião, um conjunto arquitetônico formado por construções relacionadas ao beneficiamento da cana-de-açúcar para a produção de aguardente, do século XIX; a colônia de imigrantes vindos para a lavoura cafeeira, dos anos 1900; e ruínas da estrutura de beneficiamento do café, com o terreiro e canais condutores, que se refere a um sistema de distribuição do café pelo terreiro através de água corrente, construções também do século XX. Todas as demais construções relacionadas ao café foram demolidas, como a casa sede, senzala, tulha e casa de máquinas. No ano de 2007, correram notícias de que toda a antiga colônia havia sido demolida para dar lugar à plantação de cana-de-açúcar, terras que foram arrendadas para usinas de álcool combustível.

Foto 126 – O conjunto arquitetônico relacionado à colônia de imigrantes, dos anos 1900, é formado por casas contíguas, agrupadas duas a duas, situadas em local distante da sede central da fazenda. Nestas construções, podemos observar a utilização de pedra, areia e tijolos e a configuração interna dessas casas de morada é composta por sala, dois quartos e cozinha, com banheiro e lavanderia externos. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 127 – Vista geral da colônia. Em 2006, algumas dessas residências ainda estavam habitadas. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 128 – Detalhes das aberturas das casas da colônia: vergas retas de madeira e tijolos. A parede descascada revela o uso de pedra na vedação. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 129 – Detalhes das casas da colônia: a construção assentada sobre embasamento de pedras; o piso externo ao redor da casa era de tijolos; e as paredes de tijolos e/ou pedras. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 130 – Interior das casas da colônia: casas sem forro, com piso de tijolos. No interior de uma dessas casas foram encontradas portas e janelas de madeira com vergas em arco pleno, provavelmente da antiga casa sede, já demolida. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 131 – Vista geral do complexo de beneficiamento da cana-de-açúcar para produção de aguardente. Construções provavelmente da década de 1830, data aproximada de fundação da fazenda. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 132 – O conjunto do engenho de cana mereceria estudos mais aprofundados, para pesquisas futuras. A arquitetura do depósito construído em tijolos apresenta proporções clássicas e simetria na fachada principal. A ventilação na cobertura de quatro águas é outro ponto de destaque. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 133 – Vista interna do depósito: construção de tijolos sobre embasamento de pedra. Tanto no alicerce quanto no piso foi utilizada a pedra-ferro, abundante na região. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 134 – Na Fazenda Santa Maria, restaram poucos vestígios de que ali um dia se desenvolveu a atividade cafeeira. Podemos encontrar apenas o terreiro e os canais condutores, um complexo sistema de canalização da água para transporte do café dos lavadores até o terreiro de secagem. Na imagem, vemos o terreiro construído em três níveis, com muros de arrimo de pedras. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 135 – Vista do último muro divisório de um tabuleiro do terreiro de café que funciona como um muro de arrimo construído com pedras, tipo canjicado. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 136 – Vista do terreiro de café. A seta indica o local das ruínas da antiga casa sede da fazenda. Permanecem as palmeiras do antigo jardim. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 137 – Vista de muro divisório e de muro de arrimo com canal condutor em sua base, que conduzia o café do lavador até o terreiro por meio de água corrente. *Fonte:* fotos de MPHR.

Foto 138 – Vista do açude que alimentava o sistema de canalização de água para que os canais condutores pudessem transportar os grãos de café do lavador até o terreiro. *Fonte:* foto de MPHR.

Foto 139 - Sistema de água corrente composto por comportas de madeira e canais condutores. Detalhe de uma das comportas que controlava a água que correria no canal condutor. *Fonte:* foto de MPHR.